



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

SUSY ANNE ALMEIDA CABRAL

**A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM INSCRIÇÕES URBANAS:
UMA INVESTIGAÇÃO SEMIÓTICA DAS INSCRIÇÕES FEITAS NOS *CAMPI* DO
CENTRO DE HUMANIDADES DA UFC**

FORTALEZA

2018

SUSY ANNE ALMEIDA CABRAL

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM INSCRIÇÕES URBANAS:
UMA INVESTIGAÇÃO SEMIÓTICA DAS INSCRIÇÕES FEITAS NOS *CAMPI* DO
CENTRO DE HUMANIDADES DA UFC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C122c Cabral, Susy Anne Almeida.

A construção de identidades em inscrições urbanas : uma investigação semiótica das inscrições feitas nos campi do Centro de Humanidades da UFC / Susy Anne Almeida Cabral. – 2018.

151 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.

1. identidade. 2. prática semiótica. 3. inscrição urbana. 4. narratividade. 5. transgressão.
I. Título.

CDD 410

SUSY ANNE ALMEIDA CABRAL

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM INSCRIÇÕES URBANAS:
UMA INVESTIGAÇÃO SEMIÓTICA DAS INSCRIÇÕES FEITAS NO CAMPI DO
CENTRO DE HUMANIDADES DA UFC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a. Carolina Lindenberg Lemos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A todas as estudantes de pós-graduação que, durante um mestrado ou doutorado, deparam-se com a maternidade e permitem-se priorizá-la acima de qualquer pesquisa. Que sejam benditos todos os atrasos que nos trazem nossas crianças!

AGRADECIMENTOS

Não é possível terminar uma tese cuja produção deu-se dentro dos primeiros anos de maternidade e, exatamente por isso, durou cinco anos e meio sem ter muitas pessoas a quem agradecer. Penso que estas sejam as páginas mais difíceis de escrever, porque são as únicas páginas de uma tese em que a autora tem a permissão discursiva para colocar-se subjetivamente. Não à toa, foram as últimas a serem produzidas.

Agradeço ao Deus trino, por ter permitido que, nas tramas do desenvolvimento humano, ficasse conosco a narrativa de que o mundo e a humanidade foram criados via enunciação. Agradeço a Ele ainda por nos ter dado este *poder* tão divinamente humano que é a linguagem, pelo fato de ser ela o caminho para criarmos nossos mundos, nossas formas de vida e mesmo nossas formas de concebê-Lo. Um Deus que se deixa ser chamado de Palavra é, certamente, um Deus que se revela via linguagem (João 1:1).

Agradeço à minha mãe, ao meu pai e às minhas irmãs, pelo apoio que me deram ao longo de todo o curso de doutorado e, principalmente, pelo suporte emocional dado nos dias em que estar cursando uma pós-graduação foi algo imensamente doloroso. Dirijo à minha mãe as mesmas palavras que dirigi na página de agradecimentos da minha dissertação de mestrado: se este doutorado consumiu cinco anos e meio da minha vida, consumiu outros tantos da vida da minha mãe. Os elogios que foram feitos a mim em virtude deste trabalho devem-se, antes de tudo, a essa pessoa linda de quem eu tenho a honra e o orgulho de ser filha. Amo vocês, família!

Agradeço ao meu vô Chico (**in memoriam**), pelo estímulo que sempre me deu. Vô, sempre me lembro do seu choro emocionado quando eu me graduei em Letras. Como eu gostaria de poder lhe dizer: “Vô, sou doutora agora e se alguém, um dia, fizer alguma referência à minha pesquisa, é seu nome que aparece: CABRAL (2018)!”. Que saudade, seu Chico!

Agradeço à minha avó Anginha, por ser um farol de força, garra e sensatez que, pela graça de Deus, ilumina toda a nossa família.

Agradeço ao Thomas, pelas vezes em que pude compartilhar o peso emocional de uma pós-graduação e pelo suporte financeiro ao longo do curso.

Agradeço ao professor Ricardo, orientador deste trabalho, por ter tido para comigo a paciência e a compreensão que fazem dele um orientador digno do termo alemão *Doktorvater*.

Agradeço aos professores Ivã Carlos Lopes, João Batista, Carolina Lindemberg e José Américo por aceitarem o convite para compor a banca e enriquecerem meu trabalho com seus comentários.

Agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo financiamento de parte da pesquisa.

Agradeço à querida aluna Cecília Menezes pela tradução de páginas inteiras de textos ainda em francês do Fontanille e pelas vezes em que me abraçou como uma mãe.

Agradeço à pediatra da minha filha, Caroline Tabatinga, por fornecer documentos necessários para comprovar minha necessidade de prorrogação do prazo de defesa.

Agradeço à minha terapeuta, Natália Parente Pinheiro, também por fornecer documentos necessários para comprovar minha necessidade de prorrogação do prazo de defesa e, mais que isso, pela escuta atenta e perspicaz que muito ajudou a vencer os sofrimentos e as frustrações que o doutorado trouxe consigo.

Agradeço às amigas e aos amigos que, pessoal ou virtualmente, acompanharam as aventuras e desventuras de quem teve que conciliar maternidade e pós-graduação.

Agradeço a minhas ex-alunas e meus ex-alunos do curso de Letras (Português-Alemão), importantes na conclusão deste curso de um modo que certamente não supõem.

“Ad augusta per angusta.”

Provérbio latino

RESUMO

Neste trabalho, pretendemos examinar um conjunto de cinco inscrições urbanas feitas em distintos *campi* do Centro de Humanidades da UFC por inscriteiros diversos. Nosso escopo é investigar a emergência de uma identidade que atravesse os textos selecionados, de modo que se possa apontar tanto uma arqui-identidade desses enunciadores apoiada nessa prática semiótica, que é a prática de produção das inscrições urbanas, como uma identidade da própria prática. Para tanto, optou-se por abordar essa investigação segundo os preceitos da semiótica discursiva, em razão de ela trabalhar com a concepção de que a identidade do sujeito é construída no próprio ato em que este enuncia, isto é, sua imagem é construída por seu próprio discurso. Além dos autores caros à constituição primeira da semiótica de orientação francesa, fundamentamo-nos também em Fontanille (2005) e Correa (2016) para conduzir nossa pesquisa. Das ideias do primeiro, depreendemos a tese de que os processos semióticos podem ser reconhecidos em nosso mundo natural e/ou cultural como estruturas actanciais, isto é, pode-se lançar sobre eles um olhar analítico conforme o conceito greimasiano de narratividade *lato sensu* (LEITE, 2017). O segundo abre a possibilidade para que tratemos de diversas manifestações de arte urbana, presentes nos *campi*, pelo nome de inscrições urbanas, tenham elas a materialidade e o suporte que tiverem. Verificamos, portanto, se há, dentro dessa narratividade, uma coerência semiótica que possa ser apontada como comum a todos os enunciadores e à prática das inscrições urbanas no *campus*. Concebemos, assim, as inscrições urbanas como objetos semióticos surgidos dentro de uma prática semiótica específica, que, por seu turno, é constituinte não apenas de um simulacro, mas de uma forma de vida. No tocante a nosso *corpus*, essa forma de vida é pautada pela transgressão.

Palavras-chave: identidade, prática semiótica, inscrição urbana, narratividade, transgressão.

ABSTRACT

This study aims to analyze, according to Greimasian semiotics, the construction of discursive identities on five examples of street art which were made in different campuses of Humanities courses by different producers. Our goal is to investigate the emergence of an identity that is common to all the texts, so that we can say there is an archi-identity of these enunciators based on this semiotic practice, which is the practice of street art production. Moreover, we think this identity can also be understood as an identity of the practice itself. To achieve this goal this work was made according to discursive semiotics, as already said, because this theory understands that the identity of a subject is built in the enunciation act, which means that the image is a result of the discourse. In addition to the classical authors of this semiotic theory, our work is based on Fontanille (2005) and Correa (2016). The first one gives us the conception that semiotic processes can be recognized in our natural and/or cultural world as actantial structures, so that we can analyze them according to the Greimasian concept of *lato sensu* narrativity (LEITE, 2017). The second one enables us to name the several street art manifestations at the campuses as urban inscriptions, independent of the materiality and the support they have. We investigate if there is, inside of this narrativity, a semiotic coherence that can be understood as common to all the enunciators and to the practice of urban inscriptions at the campuses. We conceive therefore the urban inscriptions as semiotic objects which emerge inside of a specific semiotic practice. This practice constitutes a simulacrum and a form of life. In relation to our corpus, this form of life is characterized as transgressive.

Keywords: identity, semiotic practice, urban inscription, narrativity, transgression.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dinâmica identitária.....	26
Figura 2 – Posições do sujeito no quadrado semiótico	32
Figura 3 – Relação do sujeito (S) com o destinador (D).....	33
Figura 4 – Convergência de propostas	35
Figura 5 – Pintura de um útero em uma das paredes do ICA	57
Figura 6 – Inscrição sobre o lado interno de uma porta de banheiro feminino	58
Figura 7 – Níveis de pertinência	61
Figura 8 – Inscrição em porta de banheiro feminino 1	70
Figura 9 – Inscrição em porta de banheiro feminino 2	71
Figura 10 – Inscrição de E1 e E2 em banheiro feminino do CH 1.....	83
Figura 11 – Inscrição de E3 em banheiro feminino do CH 1.....	83
Figura 12 – Inscrição no bloco da Diretoria do Centro de Humanidades da UFC	88
Figura 13 – Inscrição no bloco da Diretoria do Centro de Humanidades da UFC a partir de outra perspectiva	88
Figura 14 – Muro do CH 3 repleto de pichações	92
Figura 15 – Disposição não linear de inscrição	96
Figura 16 – Finalização de inscrição iniciada em outra parte	96
Figura 17 – Inscrição editada no bloco da Diretoria do CH	97
Figura 18 – “Abaixo a ditadura”	98
Figura 19 – Inscrição no bloco do Departamento de Letras Vernáculas da UFC	102
Figura 20 – Inscrição em um dos muros do bosque da área III do CH	109
Figura 21 – Inscrições presentes na área III do CH	110
Figura 22 – Edição sobre a inscrição “SE FICAR TIRANDO ONDA COM ESSE PAPO DE MACHISTA EU VOU CORTAR TUA PICA!”	115

Figura 23 – Inscrição “DEUS SEJA LOMBRADO!”	116
Figura 24 – Inscrição “Não quero saber se é homem ou mulher, quero saber se fode gostoso.”	121
Figura 25 – Comparação entre os materiais utilizados em inscrições diferentes	126

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2	SOBRE IDENTIDADES E SUJEITOS.....	21
2.1	A definição de identidade em Greimas e Courtés (2011)	21
2.2	O conceito de identidade na sociossemiótica de Eric Landowski	24
2.3	O conceito de identidade sob o ponto de vista da tensividade	28
2.4	O conceito de identidade segundo Coquet	31
2.5	Convergência de propostas: uma saraiva de sujeitos	33
3	DO CONCEITO DE INSCRIÇÕES URBANAS.....	43
4	POR UMA SEMIÓTICA DA PRÁTICA	60
5	DAS ANÁLISES	81
5.1	Centro de Humanidades – Campus 1.....	87
5.1.1	CADÊ A GREVE? #FORATEMER	87
5.1.2	PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!	102
5.2	Centro de Humanidades – Campus 3	109
5.2.1	SE FICAR TIRANDO ONDA COM ESSE PAPO DE MACHISTA EU VOU CORTAR TUA PICA!	109
5.2.2	DEUS SEJA LOMBRADO	116
5.3	Inscrições em banheiros.....	121
6	CONCLUSÃO.....	128
	REFERÊNCIAS	133
	ANEXO A – INSCRIÇÃO EM UMA DAS PAREDES DO INSTITUTO DE CULTURA E ARTE DA UFC.....	138

ANEXO B – INSCRIÇÃO FEITA NA PARTE INTERNA DE UMA PORTA DE BANHEIRO FEMININO DO CENTRO DE HUMANIDADES I.....	139
ANEXO C – INSCRIÇÃO NA PARTE INTERNA DE UMA PORTA DE BANHEIRO FEMININO DO CENTRO DE HUMANIDADES I.....	140
ANEXO D – RECORTE DA INSCRIÇÃO ANTERIOR.....	141
ANEXO E – INSCRIÇÃO SOBRE ABORTO EM PORTA DE BANHEIRO FEMININO (ENUNCIADOR 1)	142
ANEXO F – INSCRIÇÃO SOBRE ABORTO EM PORTA DE BANHEIRO FEMININO (ENUNCIADOR 2)	143
ANEXO G – INSCRIÇÃO SOBRE ABORTO EM PORTA DE BANHEIRO FEMININO (ENUNCIADOR 3)	144
ANEXO H – INSCRIÇÃO FEITA NA PAREDE DO PRÉDIO DA DIRETORIA DO CENTRO DE HUMANIDADES DA UFC.....	145
ANEXO I – MURO DO CENTRO DE HUMANIDADES III REPLETO DE PICHAGENS	146
ANEXO J – RECORTES DE MURO DO CENTRO DE HUMANIDADES III REPLETO DE PICHAGENS	147
ANEXO K – INSCRIÇÃO SOBRE O MURO DO DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS DA UFC	148
ANEXO L – INSCRIÇÃO FEITA SOBRE MURO NO CENTRO DE HUMANIDADES III DA UFC.....	149
ANEXO M – MURO DO CENTRO DE HUMANIDADES III REPLETO DE INSCRIÇÕES	150
ANEXO N – INSCRIÇÃO SOBRE MURO DO CENTRO DE HUMANIDADES III	151

ANEXO O – INSCRIÇÃO SOBRE A PARTE INTERNA DE UMA PORTA DE BANHEIRO FEMININO DO BLOCO TUPINAMBÁ NO CENTRO DE HUMANIDADES I DA UFC.....	152
--	------------

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção de arte urbana constitui campo de presença onde relações intersubjetivas de manipulação são elaboradas, pois nessa prática semiótica, como em qualquer prática enunciativa e ato de comunicação, enunciadores produzem textos com um dado objetivo para com os enunciatários. Além disso, constitui campo de presença onde a manipulação flagrada em tais relações fundamenta-se, acreditamos, na identidade que os enunciadores ou inscrites urbanos constroem para si. Tomando, então, os inscrites como enunciadores, entendemos que seu *fazer persuasivo* consiste, entre outras coisas, no estabelecimento de jogos de imagens. Tais imagens produzem um efeito de verdade o qual pode levar o enunciatário a aderir a um determinado ponto de vista. Esse efeito de verdade é, em grande parte, produzido pelo tipo de inserção que tais textos têm nos ambientes em que seus enunciatários circulam. Inscrites urbanas, feitas em ambientes acadêmicos ou não, impõem-se a seus leitores porque invadem espaços públicos ou coletivos consagrados antes a outras práticas semióticas, de modo que inserem-se na vida diária daqueles que, a partir delas e sob efeito de seus conteúdos e de sua expressão, podem vir a pensar sobre o que ali está posto.

Tal como muitos textos sincréticos ou multimodais produzidos em nossos dias, a prática da inscrição urbana é constituída, semioticamente, por um enunciador que, valendo-se de elementos verbais e/ou não verbais, e, sobretudo, dos suportes de inscrição, comporá seu discurso com o intuito de captar a atenção do enunciatário e, mais que isso, persuadi-lo não apenas do ponto de vista que apresenta em seu texto-enunciado, mas também da identidade que cria para si numa dada situação semiótica. Por essa razão, para darmos conta da complexidade descritiva desse tipo particular de configuração semiótica, é preciso, então, considerar na nossa análise, além do texto-enunciado e do sincretismo de linguagens no plano da expressão, os suportes e as cenas predicativas dessa prática semiótica, ou seja, é preciso levar em conta outros níveis de pertinência semiótica, como propõe Fontanille (2008).

Como veremos em nosso trabalho, é possível que um dos propósitos comunicativos que um produtor de arte urbana pode ter diga respeito somente à fama que quer conquistar entre seus pares, de forma que seu texto *quer*, entre outras coisas, *dizer* que ele é competente para o fazer pretendido. Noutros termos, um de

seus objetivos comunicativos pode ser evidenciar que a prática semiótica em questão, transgressora por natureza, é por ele dominada, o que faz dele um transgressor, ou seja, um sujeito competente para o fazer próprio dessa prática, que busca e constrói sua identidade não somente se identificando com seus pares, mas também dirigindo-se polemicamente aos enunciadores que ignoram, discordam ou condenam esse tipo de prática semiótica.

Se falamos, porém, em transgressão, é preciso falar em destinadores-manipuladores contra os quais os inscrites, destinatários-manipulados de seus programas narrativos, se insurgem. Ver-se-á que há entre os autores de inscrições urbanas nos *campi* e as instâncias administrativas e/ou docentes da universidade um contrato fiduciário estabelecido anteriormente que é, no programa narrativo do inscrite, rompido. Este contrato está na dependência direta da relação hierárquica que existe entre os destinadores-manipuladores e os destinatários-manipulados, pois aqueles desempenham o papel de actantes que *sabem e podem* fazer estes entrarem em conjunção com um *saber* que procuram. Entretanto, como veremos em algumas das análises, o destinatário-manipulado também espera um *fazer* determinado de seu destinador. Na ausência desse *fazer*, protesta por meio da inscrição, porque julga que, não realizando esse fazer, seu destinador-manipulador apresenta-se incompetente para aquele primeiro fazer estabelecido. Com o intuito, então, de que o objetivo comunicativo seja eficazmente alcançado, os inscrites valem-se de uma prática que, por fim, constrói para si a identidade de transgressores e, mais ainda, para os *campi* do Centro de Humanidades o simulacro de locais que abrigam a transgressão. No que tange à identidade do enunciatário, ver-se-á que, por vezes, o enunciatário procura construir uma identificação entre ambas e, em outros momentos, procura polemizar com a voz que atribui a seu enunciatário.

Voltamo-nos, assim, nesta pesquisa, para as imagens, isto é, para a construção das identidades discursivas dos actantes da enunciação a partir dos textos-enunciados e da própria prática semiótica em questão, a saber, a da produção e circulação desse tipo de arte urbana presente no ambiente acadêmico. Interessamo-nos saber se é possível apontar uma identidade que possa ser indicada como do estudante do Centro de Humanidades ou, ainda, do próprio *campus* a partir dessa prática. Referimo-nos ao *campus* porque, conforme Fontanille (2008b), o lugar desempenha papel actancial fundamental para a relação discursiva entre sujeitos que

se estabelece a partir do cruzamento das práticas que ali ocorrem. Ele é, por assim dizer, dentre os elementos que constituem a prática da inscrição urbana em ambiente universitário, aquele que, a nosso ver, apresenta-se como mais relevante para o estabelecimento do caráter transgressor, sem desconsiderarmos, naturalmente, a própria natureza da prática.

Isto posto, indicamos mais claramente que o que guia nossa pesquisa concerne à construção da identidade discursiva dos sujeitos inscrites e do *campus* do Centro de Humanidades a partir da prática apontada, como já mencionado. Indagamo-nos qual simulacro é construído para esses actantes dentro dos textos-enunciados correspondentes, sincréticos todos, e dentro dessa prática. Sobretudo, questionamo-nos como a articulação entre os elementos de ordem linguística e não linguística vem a constituir tais simulacros. Respeitante à definição de texto sincrético, indicamos, em linhas gerais, que esse tipo de texto, em semiótica, é assim chamado em virtude da articulação de linguagens que o compõe, como se sabe.

Se, em nosso trabalho anterior (CABRAL, 2013), partimos do pressuposto de que as revistas *VEJA* e *IstoÉ* intentavam construir para si as imagens de imparciais, aqui podemos falar em enunciadores que claramente marcam seus posicionamentos. Os textos que compõem nosso *corpus* revelam, portanto, as ideologias que lhe são subjacentes. Nossa hipótese geral é, por conseguinte, a de que a direção argumentativa que os respectivos textos tomam aponta para uma identidade transgressora que só é possível expressar, dentre outras razões, em função do local onde se escolheu transgredir. Se, por um lado, o *campus* atua como um local de subversão, por outro, atua como um local seguro, onde se podem estabelecer ou romper contratos fiduciários sem que as sanções negativas alcancem os insubmissos.

Especificamente, propomo-nos a investigar i) a articulação da linguagem verbal e não verbal e de seus suportes nas inscrições quando da construção das identidades mencionadas, ii) a força de assunção enunciativa desse conjunto de elementos que forma a situação semiótica da prática de inscrição e como cooperam para essa construção e iii) os papéis actanciais assumidos pelos enunciadores/enunciatários das cenas predicativas da prática e como colaboram para a composição das identidades em questão.

Conjecturamos, então, que i) a articulação das linguagens verbal e não verbal recria na expressão o conteúdo que se pretende transmitir. Assim, por exemplo, quando um inscitor *quer fazer* seu leitor *fazer* algo ou adotar determinada postura ideológica, obterá tal efeito de sentido por meio não apenas do que é apresentado linguisticamente, em sentido estrito, mas também por meio dos elementos plásticos. O ponto fulcral de nossa hipótese é que a montagem do plano da expressão enseja algumas possibilidades de interpretação pertinentes ao plano do conteúdo que se quer veicular. Além disso – e, no que tange à expressão, este ponto é, a nosso ver, dos mais importantes – o suporte é determinante para a elaboração do sentido dentro da prática que analisamos, em virtude do papel que desempenha dentro da cena predicativa.

Quanto ao acionamento de operações enunciativas quando da construção identitária, supomos que ii) por meio das breagens os enunciadores colocam-se discursivamente muito próximos dos enunciatários. Esse procedimento coopera para a construção de uma dada invariante discursiva desses actantes, pois, se o lugar onde se faz uma inscrição é um dos componentes de sentido, é plenamente coerente pensar no efeito de subjetividade que uma debreagem enunciativa alcança quando associada ao fato de a inscrição ter sido feita, por exemplo, sobre a porta de um banheiro. Quanto ao ponto iii), pode-se afirmar que as categorias do plano da expressão determinam, ao menos parcialmente, a construção de identidades na medida em que sua ordenação e disposição planar oferecem ao destinatário-manipulado (ou leitor) um modo de construção do sentido. Defendemos a hipótese de que a organização estratégica da prática semiótica da inscrição urbana opera com o cruzamento de práticas distintas, a fim de fazer com que os actantes de uma passem a ter algum papel actancial em outra também.

No que tange à semiótica discursiva, teoria à luz da qual executamos esta pesquisa, afirmamos que, concebida por Greimas inicialmente na década de 60 do século passado, ela serviu de arcabouço teórico para estudos voltados, desde o princípio, para uma análise do discurso que procurava acessar o plano do conteúdo não apenas por meio de um plano de expressão estritamente linguístico, mas também por planos de expressão de natureza plástica. Interessava aos semioticistas de então, neste primeiro momento da teoria, o(s) sentido(s) dos textos revelado(s) por meio da análise do plano do conteúdo. Para que se pudesse desnudar tal plano, concebeu-se

o percurso gerativo do sentido, método que, entre outras coisas, possibilitou apreender os textos a partir da perspectiva da ação. A semiótica greimasiana olha, portanto, para a organização narrativa de um texto considerando-a um espetáculo, “um pequeno drama”, porque simula o fazer do homem sobre o mundo. Assim, em uma análise semiótica de textos, era preciso, como ainda é, discriminar participantes da narrativa simulada e identificar-lhes o papel que desempenham.

Ora, por meio de tais considerações, entende-se a adequação de tal arcabouço teórico aos propósitos aqui apresentados. Afinal, “a comunicação é a ação dos homens sobre outros homens, criando relações intersubjetivas e fundando a sociedade.” (FIORIN, 2004, p. 14). Ademais, os estudos recentes em semiótica discursiva têm se voltado para a análise da dimensão plástica do plano da expressão, a despeito de sua complexidade. Tais pesquisas, fundamentadas, sobretudo, nas ideias de Floch e Fontanille, têm analisado essa articulação de linguagens em inúmeros objetos semióticos, como histórias em quadrinhos (PIETROFORTE, 2012; DISCINI, 2009), cartazes de filmes (TEIXEIRA, 2009) e videocliques (MONTEIRO, 2009), entre outros. No entanto, não são muitos ainda os trabalhos que, valendo-se das propostas de análise de textos sincréticos e de análise de práticas sociais e/ou culturais, abordam exclusivamente inscrições urbanas em ambientes universitários, apesar da forte presença que elas têm nesses espaços, o que lhes é até característico. Tampouco, tratam da construção de identidades discursivas neste tipo de texto, objetivo desta pesquisa.

Análises semióticas de textos sincréticos que nos servem como fundamento são as de Hernandes (2001 e 2005), Oliveira (2009), Santos (2007) e Rodrigues (2008), entre outras. Quanto aos estudos sobre a conceituação do que seja arte urbana, podemos apontar Correa (2016), que desenvolveu sua pesquisa à luz da semiótica francesa também, e Gabbert (2007). Contudo, tais trabalhos, embora toquem em questões pertinentes à construção de identidades discursivas ou à conceituação de *street art*, não esgotam a questão, evidentemente. Por tal razão, a fim de trazer contribuições para tal campo do conhecimento e de lançar um pouco mais de luz sobre a construção discursiva de simulacros, debruçamo-nos sobre o objeto de estudo aqui apresentado.

Isto posto, afirmamos que esta tese, que se pretende alinhada com os avanços em semiótica aos quais aludimos, divide-se em cinco capítulos, além destas

considerações iniciais. No capítulo 2, “Sobre identidades e sujeitos”, discutimos os conceitos de identidade, simulacro e imagem-fim a partir de diversos semioticistas, apontando para o que há em comum em cada uma das abordagens e para as convergências teóricas que possuem entre si. No capítulo 3, “Do conceito de inscrições urbanas”, aproximamo-nos do cerne de nosso trabalho, pois nele definimos o que se entende por inscrições urbanas e tecemos considerações a partir de Vieira-Sobrinho (2017) sobre seu caráter contraventor, bem como apresentamos a metodologia para deslindar as tramas de textos verbovisuais (TEIXEIRA, 2009). No capítulo 4, “Por uma semiótica da prática”, procedemos a considerações sobre as noções do que seja prática semiótica, por meio das quais definimos cena predicativa, situação semiótica, macropredicado e narratividade, entre outros conceitos. No capítulo 5, “Das análises”, aplicamos todos os conceitos até então discutidos na análise de nosso *corpus*. Tal capítulo é subdividido em cinco itens, correspondentes a cinco análises. Por fim, destacamos nas “Considerações Finais” as conclusões a que chegamos e sugerimos possibilidades de continuidade da pesquisa realizada.

2 SOBRE IDENTIDADES E SUJEITOS

“Mas é que também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar forma, nada me existe.
 (...) Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução?
 E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma?
 Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa – a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes – então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada.” (LISPECTOR, 2009, p. 12)

O objetivo deste capítulo é proceder a uma apresentação dos conceitos centrais de nossa tese, os conceitos de identidade e constituição de sujeitos. A ideia é fornecer, no âmbito da teoria semiótica, uma definição coerente e, ao mesmo tempo operacional, que possa balizar as nossas análises. Assim, valer-nos-emos das propostas feitas por Greimas (1973), Greimas e Courtés (2011), Coquet (1984 e 2013), Fontanille (2011), Fontanille e Zilberberg (2001) e Landowski (2012) a fim de mostrar como esses semioticistas entendem os conceitos em questão e trabalham com ele em suas análises de estruturas significantes.

Como indica a bibliografia mencionada, nosso ponto de vista concerne ao arcabouço teórico tradicional da semiótica greimasiana, bem como a seus desenvolvimentos atuais. Nosso intento é mostrar, à luz da contribuição de Saraiva (2012), como suas propostas convergem quanto à concepção do que vem a ser sujeito ou constituição de identidades.

Isto dito, observemos como Greimas (1973) e Greimas e Courtés (2011) tratam da questão da identidade.

2.1 A definição de identidade em Greimas e Courtés (2011)

O conceito de identidade atravessa todo o edifício teórico da semiótica greimasiana. Já em *Semântica Estrutural* (1973), Greimas, ao tratar da estrutura elementar da significação, remete-nos a Saussure (2006) ao lembrar-nos de que a língua constitui-se de oposições, isto é, o que nela há são termos que, em relação *in*

praesentia ou *in absentia*, definem-se mutuamente, entendendo definição aqui da maneira mais ampla possível.

Por estrutura Greimas (1973) compreende a presença de dois termos em relação, ou seja, ao menos dois termos-objetos opõem-se de tal forma que entre eles há uma relação de continuidade e/ou descontinuidade, conjunção e/ou disjunção. Aos conceitos de continuidade e conjunção corresponde, naturalmente, a ideia de identidade, dado que, “para que dois termos-objetos possam ser captados juntos, é preciso que tenham algo em comum”; aos conceitos de descontinuidade e disjunção, a ideia de não-identidade ou diferença, pois, “para que dois termos-objetos possam ser distinguidos, é preciso que sejam diferentes” (GREIMAS, 1973, p. 29).

O corolário que daí advém é o que segue: pode-se falar em identidade e não-identidade apenas se tivermos termos que se oponham um ao outro, porque “um só termo-objeto não comporta significação” (GREIMAS, 1973, p. 28), de modo que somente é possível falar em significação se houver uma relação responsável por sua instauração.

Para Greimas e Courtés (2011), o conceito de identidade, por sua vez, necessariamente, evoca o de alteridade, por tratar-se de um par interdefinível. Ou seja, cabe falar em *outro* quando há um *mesmo* ao qual o primeiro se opõe, numa relação imanente de pressuposição recíproca. Não há exagero, então, em afirmar, com base nos semioticistas mencionados, que a identidade é a condição *sine qua non* da alteridade e vice-versa.

O conceito de “identidade serve”, também, “para designar o traço ou o conjunto de traços (em semiótica: semas ou femas) que dois ou mais objetos têm em comum” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 251). Perceba-se que, aqui, é possível falar em **identificação** de um termo com outro em razão de semas que lhe são comuns e, mais ainda, que a alteridade permanece pressuposta, uma vez que, se há identificação, há também um conjunto sêmico restante responsável pela distinção dos eventuais termos em oposição.

Se, porém, os termos em oposição forem, digamos, manifestações distintas de um mesmo indivíduo ao longo de sua existência narrativa, há que se falar em identidade como “princípio de permanência que permite ao indivíduo continuar o ‘mesmo’, ‘persistir no seu ser’, (...) apesar das modificações que provoca ou sofre”

(GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 252). Nesta acepção, entende-se identidade como categorias sêmicas recorrentes, sejam temáticas, sejam figurativas. Compreende-se o conceito, assim, como uma isotopia que não cessa de se manifestar, de se imiscuir nos modos de existência ou nos papéis actanciais que um actante assume em seu percurso narrativo ou, ainda, no discurso de um determinado ator discursivo. Cumpre falar, portanto, em identidade como “procedimento de anaforização que permite a identificação de um ator em todos os instantes de sua existência discursiva” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 252), ou seja, como procedimento de manutenção da isotopia discursiva operado pelo enunciador. É, por conseguinte, o sema ou o conjunto semântico recorrente o definidor da identidade de um dado termo.

Considere-se ainda que os semioticistas em questão, ao tratarem do conceito de sujeito discursivo, aproximam-no dessa acepção de identidade que vimos abordando. Esse sujeito pode ser (re)conhecido porque, em razão dos procedimentos de anaforização, mantém sua identidade ao longo de um dado discurso (GREIMAS & COURTÉS, 2011). Isto também se aplica à constituição da identidade do sujeito da enunciação, uma vez que este é constituído enquanto constitui seu discurso, ou seja, o discurso por ele produzido é o que o faz nascer semioticamente, em função das isotopias temáticas e figurativas ali engendradas, entre outros recursos discursivos de que lança mão no ato da produção linguística. Lembremos que a enunciação é, por um lado, “o lugar de exercício da competência semiótica” e, por outro, “a instância da instauração do sujeito (da enunciação)” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 167). Vejamos o que nos ensinam os autores do *Dicionário de semiótica*:

O lugar que se pode denominar *ego hic et nunc* é, antes da sua articulação, semioticamente vazio e semanticamente (enquanto depósito de sentido) demasiado cheio: é a projeção (...), para fora dessa instância, tanto dos actantes do enunciado quanto das coordenadas espaçotemporais, que constitui o sujeito da enunciação por tudo aquilo que ele não é; é a rejeição (...) das mesmas categorias, destinada a recobrir o lugar imaginário da enunciação, que confere ao sujeito o estatuto ilusório do ser.

É, portanto, no ato de leitura do outro, operado pelo enunciatário – vale lembrar: termo compreendido pelo conceito de sujeito da enunciação tanto quanto o é o termo enunciador –, que o outro passa a significar, ou seja, a ser, semioticamente pensando. É neste ato de linguagem, isto é, neste ato de fazer significar, que tomam **forma** os sujeitos – e, aqui, podemos entender forma na acepção mais hjelmsleviana

do termo ou, ainda, clariceana, para remetermos à epígrafe de nosso capítulo. Como também nos ensina Greimas (1973, p. 28), “percebemos diferenças e, graças a essa percepção, o mundo ‘toma forma’ diante de nós, e para nós”.

Concluindo tais colocações, remetemos o leitor a Benveniste (2005), que assenta a linguagem na natureza humana, de tal forma que aquela, segundo ele, define esta e é o fundamento do conceito de *ego*¹. Ressalta o autor que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (p. 286), o que equivale a dizer que a consciência de si mesmo, em termos greimasianos, resulta da apreensão da relação de dois termos-objetos, pois “é numa realidade dialética que englobe os dois termos” – a saber, *eu* e *tu* – “e os define pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (p. 287).

Isto dito, vemos que aquilo que Lopes (1997, p. 35) afirma sobre as propriedades estruturais da língua, fundamentado em Saussure (2006) e em Greimas (1973), pode ser aplicado, em parte, à concepção de sujeito em Linguística ou Semiótica: “elemento nenhum pode ser definido por sua natureza ou (o que dá no mesmo) isoladamente, mas sempre e só por referência a outro elemento qualquer da mesma formação”.

Procedamos, agora, à abordagem landowskiana dos conceitos em questão.

2.2. O conceito de identidade na sociossemiótica de Eric Landowski

Landowski (2012, p. 3) delinea uma definição de identidade, a partir dos ensinamentos de Greimas, levando-nos a reconhecer, mais uma vez, que é a *relação* entre termos, e não os termos em si, o elemento responsável pela instauração do sentido, ou seja, é a estrutura que se impõe, segundo ele, como objeto de análise semiótica. Tal princípio aplica-se, por um lado, à elaboração de uma teoria semiótica, como já se sabe, e, por outro, à análise de discursos e práticas significantes. Justifica-se tal postura epistemológica com o fato de que, “para que o mundo faça sentido e seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado – como um sistema de relações” (LANDOWSKI, 2012, p. 3), de modo que

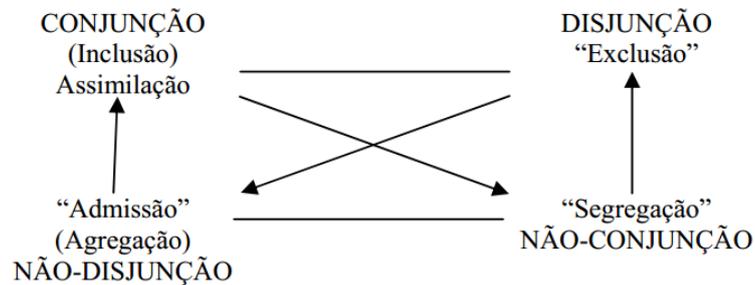
1 “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’.” (BENVENISTE, 2005, p. 286)

oposições como *dia x noite, vida x morte, cultura x natureza, aqui x acolá* evidenciem-se.

No que tange à análise de construção de identidades e constituição de sujeitos em discursos, não se procede de outra forma. O sujeito parece ser fadado a constituir-se, segundo Landowski (2012), unicamente por meio da diferença, por necessitar dos outros que se lhe opõem para existir semioticamente. Assim, o que constituirá a forma da identidade de um dado sujeito é, por um lado, o modo como ele se define em relação à imagem de si que os outros fornecem a ele e, por outro, o modo por meio do qual objetiva a alteridade do outro, numa relação transitiva, ao atribuir a ela conteúdos atinentes às diferenças que, por sua vez, distinguem um do outro. Saraiva (2014, p. 96) lembra-nos de que tal perspectiva é pertinente por colocar “em cena um jogo de ‘simulacros em construção’, de imagens-fim dos sujeitos, em sua identidade e alteridade, fundados na relação mútua e indissociável da qual todos dependem”. Enunciar é, por conseguinte, definir posicionamentos em relação a sujeitos outros e a si mesmo, ou seja, é constituir-se, enquanto constrói sentidos. Segundo Landowski (2014), a construção do sentido e a constituição de sujeitos, processos inescapavelmente atrelados um ao outro, instituem a condição à qual estamos irrevogavelmente sujeitos, a saber, a condição de construtores de sentido, de atribuidores de sentido.

A fim de analisar como se estabelece a dinâmica instauradora de sujeitos, Landowski (2012) propõe um esquema de análise das práticas semióticas constituidoras da identidade e da alteridade. Conforme Saraiva (2012, p. 97), “essa dinâmica tem o mérito de apresentar, em um quadrado semiótico, os quatro processos por meio dos quais uma identidade se forja no contato com os valores e com a(s) alteridade(s) que a atravessam”. As quatro configurações, então, que ensejariam a formação de uma identidade são a assimilação, a exclusão, a admissão e a segregação, como é possível ver na figura abaixo.

Figura 1 – Dinâmica identitária



Fonte: LANDOWSKI, 2012, p. 15.

De acordo com o quadrado proposto por Landowski (2012), constata-se que o semioticista francês pensa a constituição de identidades a partir das relações de conjunção e disjunção. Assim, a assimilação corresponde à plena conjunção entre sujeitos e objetos; a exclusão, à plena disjunção entre eles; a admissão, a uma não disjunção, isto é, a um estado em que não há, em termos simples, uma separação entre sujeitos e objetos; e, por fim, a segregação, a uma não conjunção ou a um estado em que não há uma ligação entre sujeitos e objetos.

Landowski (2002) chama a atenção para o fato de que os termos da dinâmica identitária indicados no parágrafo anterior nada mais são que denominações léxicas cujo fim reside em tornar possível tratar essa questão mais didaticamente. Em outros termos, ele opta por analisar a construção de identidades conforme o quadrado semiótico em virtude de seu benefício metodológico, dado que ele permite proceder a “*descrições estruturais* que se podem dar de cada uma das configurações que se esboçam sucessivamente, assim como da maneira pela qual elas se articulam ou se opõem umas às outras para formar uma rede de diferenças inteligíveis” (LANDOWSKI, 2012, p. 15)². Não se trata, portanto, de uma perspectiva ontológica da identidade, cujos conceitos seriam dados *a priori*. Interessa a ele perscrutar os processos que geram sujeitos via discurso e, dado que o quadrado semiótico corresponde à articulação lógica de categorias semânticas (GREIMAS & COURTÉS, 2011), abordar a dinâmica identitária dentro dele deixa evidente, já de partida, que a identidade aqui é concebida como recorrência de sentidos, conforme aludimos acima, que se manifestam, inescapavelmente, por relação. Procedendo, então, às definições

² Grifo do autor.

dos metatermos que propõe, Landowski (2012, p. 16) compreende o conceito de *segregação*, paradoxalmente, segundo um reconhecimento do Outro como parte integrante de si, de modo que ele é aceito “em seu país, em sua cidade, em sua casa”, ainda que o lugar que lhe seja reservado seja aquele que se considera mais indigno. A relação pressuposta entre o Si e o Outro é a de uma conjunção anterior que se encontra em franco processo de dissolução via discursos e práticas de segregação. O Outro torna-se, por conseguinte, progressivamente mais estranho ao Si, entretanto, constitui uma parte inescapável de “sua” própria identidade, a partir da qual ele se define por oposição.

Admissão, por seu turno, diz respeito à não-disjunção e, em oposição à segregação, deixa entrever uma relação anterior entre indivíduos ou comunidades fundadas na separação, ou seja, na disjunção entre elementos, na total exclusão do Outro. Admitir o Outro significa, portanto, caminhar para “uma certa forma de coexistência mais feliz, na medida em que, ao favorecer por princípio a aproximação entre identidades distintas” (LANDOWSKI, 2012, p. 21), enseja um “polimento” de diferenças, uma “redução do múltiplo e do diverso ao uno e ao uniforme”. Entretanto, é preciso deixar claro que admitir não quer dizer anular o Outro, uma vez que uma plena integração entre o Si e o Outro equivale já à plena conjunção, isto é, à assimilação do Outro e ao conseqüente apagamento das diferenças. A isto a admissão resiste, embora tenda à assimilação, da mesma forma que a segregação não se resolve na exclusão, ainda que tenda a ela. A condição e a finalidade do suposto contrato de admissão é, então, justamente “a adesão comum ao princípio da não-confusão das identidades” (LANDOWSKI, 2012, p. 24). Não são, logo, as diferenças de identidade que desaparecem, mas apenas os efeitos de sentido dessas singularidades que poderiam acarretar uma plena disjunção ou conjunção.

Saraiva (2012), de posse de tal ferramenta metodológica, relaciona-a às propostas teóricas de Fontanille e Zilberberg (2001) e Coquet (1984), fornecendo-nos uma convergência de proposituras concernentes à constituição de identidades que nos permite flagrar tal fenômeno de modo ainda mais acurado. Mencionamos, a seguir, as propostas de Fontanille e Zilberberg, para, posteriormente, dedicarmo-nos às ideias de Coquet e à convergência de concepções teóricas feita pelo semioticista cearense citado acima.

2.3. O conceito de identidade sob o ponto de vista da tensividade

A semiótica tensiva, formulada nos moldes de Claude Zilberberg, é um dos desenvolvimentos recentes da teoria semiótica. Como sabemos, essa teoria se assenta sobre os seguintes postulados, entre outros: a existência semiótica é concebida como presença apenas se essa existência for “objeto de saber para um sujeito cognitivo” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 124), isto é, para um sujeito que apreende um dado objeto, percebe-o e a ele atribui significação. O “eu” semiótico, porém, não se limita às propriedades linguísticas por ser, nos termos dos autores citados, um “eu” sensível, “afetado, muitas vezes atônito, quer dizer, comovido pelos êxtases que o assaltam, um ‘eu’ mais oscilatório do que identitário” (p. 128). Tal oscilação pode ser representada da seguinte forma: ao entrar em contato com um dado objeto-valor, para o sujeito, a presença desse objeto configura-se, com frequência, como espanto, por tratar-se de uma presença realizada. Passado esse arrebatamento, digamos, tem lugar a virtualização dessa presença, que faz dela um hábito. O papel da semiótica é compreender, então, essas vivências da significação, que oscilam, a partir da perspectiva do sujeito, do valor de irrupção ao valor de estada. Considere-se ainda que, segundo os semioticistas apontados, a dimensão do sujeito é a do afeto, uma vez que ele se constitui a partir da relação afetante com aquilo que está no seu entorno, quer próximo, quer atual. Como definem Fontanille e Zilberberg (2001, p. 128):

“O ‘eu’ semiótico habita um espaço tensivo, ou seja, um espaço em cujo âmago a intensidade e a profundidade estão associadas, enquanto o sujeito se esforça, a exemplo de qualquer vivente, por tornar esse nicho habitável, isto é, por ajustar e regular as tensões, organizando as morfologias que o condicionam.”

Uma vez que é o sujeito quem “se esforça (...) por tornar esse nicho habitável”, ajustando e regulando tensões, é possível falar num campo de presença determinado pelo centro dêitico a partir do qual modalizações, aspectualizações e breagens são instauradas no discurso. Cabe, portanto, afirmar que a presença semiótica é necessariamente baseada na relação entre sujeitos e objetos e nas tensões advindas dessa relação. Em razão disso, afirmam Fontanille e Zilberberg (2001, p. 129) que deve-se compreendê-la “como uma ‘presença de x a y’”, sendo x e

y grandezas resultantes de uma função chamada percepção, isto é, sendo x e y um sujeito e um objeto.

Assim sendo, não poderíamos deixar de analisar a constituição de identidades a partir do que propõe. As relações de conjunção, não-conjunção, disjunção e não-disjunção que esboçamos acima, presentes em toda relação entre sujeito e objeto que possa ser pensada nos moldes da narratividade de acordo com a semiótica greimasiana, estruturam-se sobre a mesma base das relações “e...e” e “ou...ou” de que falam Fontanille e Zilberberg (2001) ao tratarem das correlações estabelecidas entre os gradientes da intensidade e da extensidade, quando da constituição do valor.

Os semioticistas franceses associam tais relações aos princípios de *exclusão* e *participação*, introduzidos pela antropologia. O primeiro princípio tem como operador, evidentemente, a disjunção, enquanto o segundo, a conjunção. Eles afirmam que “os microuniversos discursivos parecem conjugar esses dois princípios e se satisfazer com um *modus vivendi*” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 27), o que, conforme demonstraremos mais adiante, é bem procedente afirmar no que tange à constituição de identidades e sujeitos.

Ao regime de exclusão, de acordo com os semioticistas mencionados, corresponderia, então, o operador *triagem*, que possui caráter disjuntivo e, conseqüentemente, exclui participantes, à semelhança da exclusão landowskiana, delineada acima. Se processos de triagem alcançam seu extremo, tem-se a confrontação do *exclusivo* e do *excluído*, isto é, do pretensamente *puro* e *impuro*. No regime de participação, cujo operador é a conjunção, o operador é a *mistura*, que inclui participantes, em oposição à triagem. A confrontação que se estabelece em função desse regime é do *igual* e do *desigual*. “(...) no caso da igualdade, as grandezas são intercambiáveis, enquanto no da desigualdade, as grandezas se opõem como ‘superior’ e ‘inferior’.” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 29).

Relacionando, pois, as operações de triagem e mistura e a constituição de axiologias e tensividades no discurso com a própria noção de o sujeito dar-se a conhecer via atividade enunciativa, o que requer, inelutavelmente, a lida com sistemas de valores aos quais se presta conta ou se renuncia, Saraiva (2012) mostra-nos que os sujeitos constituem-se em função da densidade sêmica que vão assumindo no percurso gerativo do sentido. Tal consistência sêmica é ainda mais evidente no nível discursivo, em razão dos temas e das figuras ali presentes.

O processo de instauração de identidades dá-se, assim, segundo o pesquisador citado, a partir das operações de *abertura/fechamento*, *triagem/mistura*, *tensão/relaxamento* e *expansão/concentração*, consoante as quais os simulacros são compostos. Tal afirmação justifica-se pelo fato de tais operações serem, no campo dos valores e da tensividade, o meio pelo qual o Outro é traduzido pelo sujeito enunciativo, isto é, o meio pelo qual o simulacro do Outro ganha corpo. Naturalmente, ao traduzir o Outro, o sujeito que enuncia também enuncia-se, pois ficam assim evidentes “as relações que o *si* mantém com as representações, em seu discurso, das alteridades com quem dialoga” (SARAIVA, 2012, p. 102)³. É legítimo, portanto, assumir a concepção de que um centro de referência, desde o qual o Outro será lido, instaura-se nos discursos. Esse centro é erigido pelas operações mencionadas e é patente para aquele que recebe o discurso.

Consideremos que, trabalhando com as operações de *triagem* e *mistura*, isto é, estando em disjunção e conjunção, respectivamente, com determinados objetos, um sujeito não apenas constitui sua identidade, mas também a identidade dos actantes de seus enunciados. Não é, portanto, apenas seu *modus vivendi* que se revela por meio da enunciação, mas também o *modus vivendi* dos actantes do seu discurso. No entanto, o que não se pode negar é que as identidades desses últimos ajudam a compor, de mesmo modo, a identidade do sujeito enunciador, pois ele é o centro de referência que mencionamos acima. Assim, as redundâncias semânticas presentes nos discursos talharão aquilo que Fontanille (2011) chama de *permanência* ou *identidade*, uma vez que constituirão as isotopias discursivas.

Fontanille (2011, p. 152) lembra-nos de que “a identidade de atores, bem como a dos actantes, transforma-se continuamente, isto é, ela própria é composta de identidades transitórias”, de modo que dois percursos podem ser distinguidos. De um lado, temos os percursos fechados, correspondentes a papéis que são desempenhados, e, de outro, os percursos abertos, concernentes a atitudes que são assumidas. “O papel é uma identidade acabada (...) que pressupõe sempre uma práxis enunciativa graças à qual ele se estabilizou e objetivou.”, lembra-nos Fontanille (2011, p. 152). A atitude, porém, “coloca o actante em devir: pela graça de um gesto inesperado, de uma ousadia no comportamento ou de uma propriedade revelada e não previsível”. Considere-se que tanto um tipo de identidade transitória como o outro

3 Grifo do autor.

apontam para o conceito de isotopia, pois apenas as figuras e os temas presentes no discurso permitirão apontar o que é papel desempenhado ou atitude assumida. Além disso, na construção de um dado sujeito, no qual alternam-se papéis e atitudes, apenas as recorrências de determinados conteúdos em oposição a outros nos permitirão reconhecer o que, num sujeito, corresponde a um papel ou uma atitude.

No que tange a modalidades inerentes às identidades apontadas, Fontanille (2011) afirma que o sujeito de identidade estereotipada *pode fazer e deve fazer*, isto é, pode e deve desempenhar um papel, enquanto o sujeito de identidade em devir *sabe fazer e quer fazer*, ou seja, sabe e quer assumir um gesto inesperado.

Ao fim de nosso trabalho, pretendemos ter convencido nosso leitor de que, a partir das inscrições presentes no *campus* do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), é possível apontar a identidade de um sujeito “de Humanas”, que desempenha um papel do que acredita ser um estudante de Ciências Humanas, construindo tal identidade por meio do operador *triagem*, uma vez que exclui outros daquilo que considera seu grupo, enquanto acredita estar operando por meio de *mistura*.

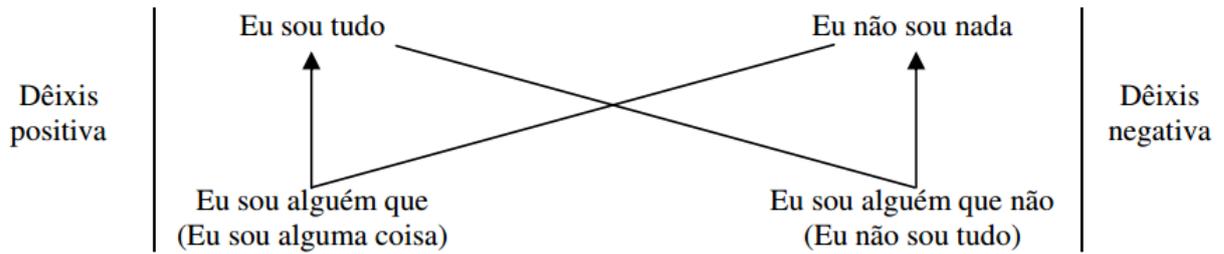
Passemos, agora, à perspectiva de Coquet.

2.4. O conceito de identidade segundo Coquet

Coquet (2013), bebendo em fontes benvenisteanas, compreende o sujeito como *campo posicional*, a partir do qual o sujeito enunciante define-se, bem como determina, via relação, outros sujeitos e objetos. *Ego*, por conseguinte, é o *centro de enunciação*, o centro de referência a que já nos referimos, pois, “de minha posição, que é meu centro de perspectiva, calculo a distância que me separa dos objetos; eu experimento sua pregnância.” (p. 195). Aquele que enuncia, portanto, ao enunciar, instaura em seu discurso a forma daquilo que percebe e, porque a percepção do Outro ou de objetos de discurso correspondem a uma percepção de si, como já demonstrado, instaura ainda sua própria forma. De modo mais claro, podemos afirmar que aquele que enuncia delinea identidades no ato de enunciar.

Tal afirmação justifica-se, segundo Coquet (1984), pelo fato de o sujeito assumir sua identidade no termo neutro do quadrado semiótico. Isto é, a identidade compõe-se quando o sujeito atribui a si uma dêixis positiva e outra negativa, conforme ilustra o quadrado abaixo (SARAIVA, 2012):

Figura 2 – Posições de sujeito no quadrado semiótico



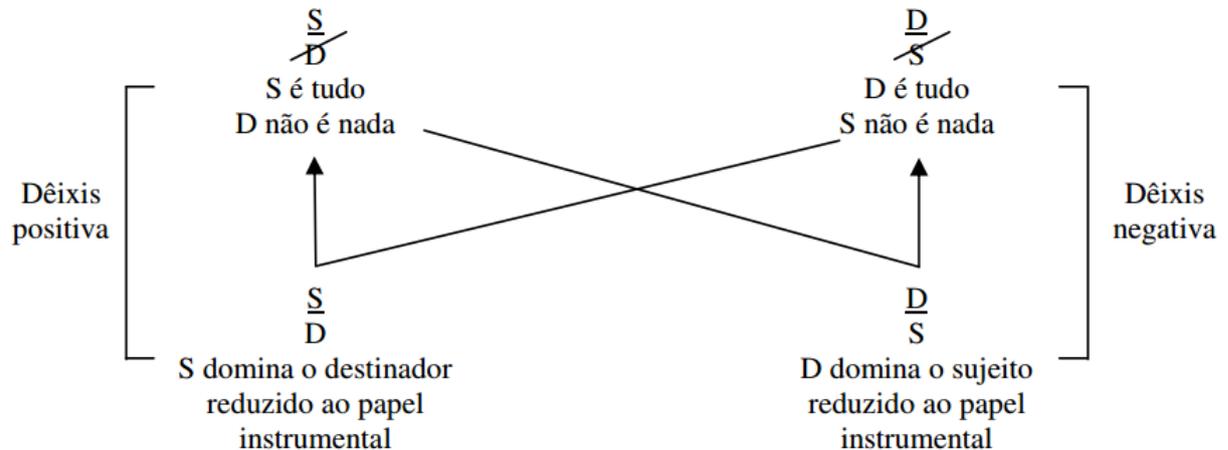
Fonte: COQUET, 1984 apud SARAIVA, 2012, p. 104.

No termo *eu sou alguém que*, o sujeito assume objetos de valor e valores modais específicos, de modo que constrói sua identidade positivamente, ao enunciar-se. No termo *eu sou alguém que não*, por outro lado, outros objetos de valor e valores modais são repudiados, o que corresponde a uma construção de identidade operada pela negação. Nos termos de Saraiva (2012, p. 104), “para Coquet (...), é na conjunção do *eu sou alguém que* e do *eu sou alguém que não* que a identidade do sujeito se forja.”.

Vemos, então, que, para Coquet (1984), são as relações de conjunção e disjunção as responsáveis por delinear identidades, uma vez que elas operam a seleção dos objetos-valor que serão euforizados ou disforizados, respectivamente. Tal postura teórica leva-nos, mais uma vez, a Greimas (1973), para quem só seria possível falar em significação se houvesse uma relação entre termos a fundar essa mesma significação. Um sujeito, então, *significa* aquilo que *parece ser* – pois quem o “lê” tem acesso somente ao *parecer* – em razão precisamente da forma que assume a partir das relações de conjunção ou disjunção que estabelece com determinados objetos-valor e/ou valores modais.

Coquet (1984) considera ainda a relação de um destinador (D) com o sujeito (S) como elemento componente de sua identidade, conforme o quadrado semiótico apresentado abaixo:

Figura 3 – Relação do sujeito (S) com o destinador (D)



Fonte: COQUET, 1984 *apud* SARAIVA, 2012, p. 105.

A partir desse diagrama, vê-se que a identidade constitui-se também a partir da relação de S com actantes que *podem* ou *querem* determinar-lhe o *dever* e/ou o *fazer*, ou seja, os destinadores. De acordo com Saraiva (2012, p. 106),

(...) a identidade do sujeito enunciante também deve ser buscada na tensão que se estabelece entre o centro de referência e a presença (no campo discursivo) do(s) destinador(es) com o qual(is) o sujeito mantém um contrato fiduciário. Essa tensão revela as condições semióticas do sujeito, quanto à sua competência, em sua relação com códigos prescritivos de possíveis destinadores.

No que tange à nossa pesquisa, caber-nos-á apontar, por um lado, o destinador a quem o sujeito enunciante das inscrições que abordamos se submete ou contra quem se insurge e, por outro, delinear a identidade desse mesmo sujeito a partir da tensão que se estabelece entre os dois. Isto faremos a partir das relações de conjunção e disjunção nas quais o sujeito se encontra e da tonicidade ou atonicidade ali evidenciada, dentre outros recursos que o método semiótico nos oferece.

Apresentadas tais concepções de sujeito, passemos agora à abordagem de sua convergência, tal como proposta por Saraiva (2012).

2.5. Convergência de propostas: uma saraiva de sujeitos

Saraiva (2012), discutindo os procedimentos de embreagem e debreagem, assim como a convocação de valores que perpassam todo o processo enunciativo e, conseqüentemente, a construção discursiva de sujeitos, inter-relaciona as propostas

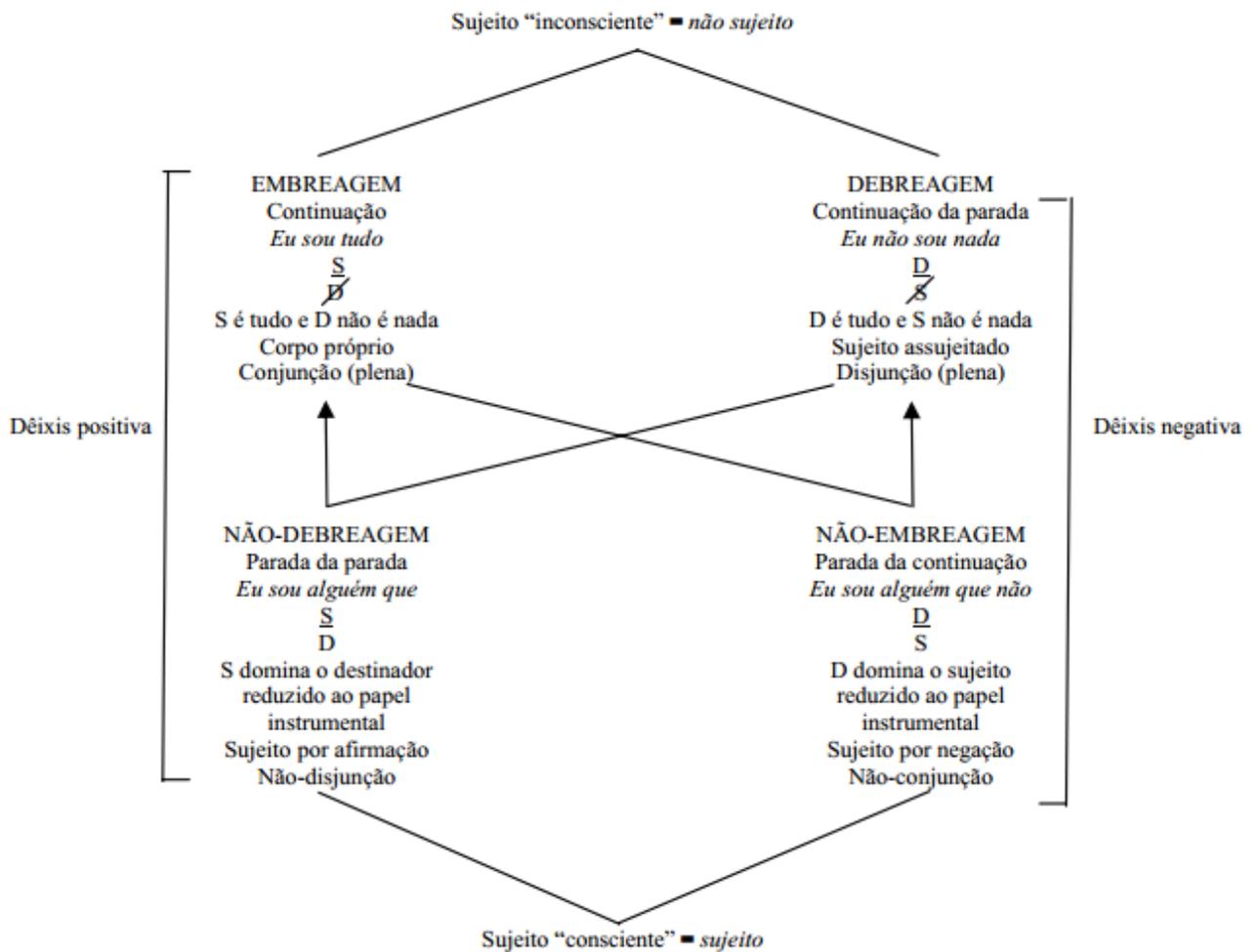
de conceituação de sujeitos aqui apresentadas. Para ele, “a identidade de um sujeito enunciante começa a ser gestada, em função das grandezas convocadas para o discurso e de suas relações tensivas (intensidade x extensidade) para com o centro discursivo” (p. 114), isto é, em função das seleções feitas no discurso que resultaram na atualização do sujeito. Em termos semióticos, essa atualização corresponde a uma *não debreagem*, posterior a uma total *debreagem*, que, por sua vez, é responsável por dividir a instância enunciante.

O sujeito não debreado, porém não embreado de todo, não conjunto de todo como o é no instante puramente vivido, corresponde, conforme Saraiva (2012), ao termo do quadrado semiótico coquetiano *eu sou alguém que*, ou seja, a um sujeito que não desempenha submissamente o papel que seus destinadores lhe atribuíram. Tensivamente, tal termo concerne à *parada da parada*, um dos termos em que tem lugar a busca do sentido, em razão das diferenças que, então, passam a tomar forma e, como consequência, passam a significar, como já explicado anteriormente.

A uma *não embreagem*, responsável por descentrar o sujeito por meio da não conjunção, corresponde o termo *eu sou alguém que não*, apartado também de seus destinadores, embora esses ainda o dominem. É também aqui, à semelhança do termo que lhe é contrário, que o sujeito abandona a inerência do vivido e torna-se um sujeito que enuncia. É onde se dá, tensivamente, a *parada da continuação*.

Observemos o quadro proposto por Saraiva (2012) a fim de tornarmos tal explicação mais clara.

Figura 4 – Convergência de propostas



Fonte: SARAIVA, 2012, p. 114.

Do exposto, vemos que é o espaço tensivo que enseja a produção do sentido, conforme também nos ensina Zilberberg (2006), isto é, a tensão entre um plano ideal, digamos, onde não há qualquer ruptura – e, por conseguinte, nenhum sentido –, que é todo *continuação*, e outro plano onde essa ruptura é interrompida, isto é, uma *parada*.

Pelo que vimos até o momento, podemos dizer que o processo de constituição identitária obedece, pois, às operações da práxis enunciativa. Assim, se, por um lado, as operações de **triagem**, **mistura**, **abertura**, **fechamento**, **concentração** e **expansão** estão diretamente envolvidas na construção do discurso como campo de presença e se, por outro lado, esse campo de presença se estrutura em torno de um centro e de seus horizontes, podemos afirmar que as grandezas convocadas para o discurso são moduladas, com relação a esse centro, em termos de intensidade e de

extensidade. Quanto mais próxima do centro a grandeza estiver, mais intensidade ela terá (mais foco), e vice-versa, e mais constitutiva desse centro a grandeza será, independentemente de sua avaliação axiológica. (SARAIVA, 2012, p. 116)⁴

Note-se ainda que Saraiva (2012), em conformidade com Coquet (1984), entende que o sujeito se constitui no termo neutro dos eixos subcontrários, uma vez que ali é que se encontram sujeitos que podem assumir seus discursos e, conseqüentemente, serem “conscientes”. *eu sou alguém que* e *eu sou alguém que não* avaliam as grandezas que convocam em seus discursos e que os constituem, seja por negação, seja por relativização de seus destinadores.

Ademais, nos termos dos eixos contrários, respectivamente, *eu sou tudo* e *eu não sou nada*, não há ainda linguagem, pode-se dizer, uma vez que é precisamente por meio da “operação enunciativa pela qual o sujeito da fala projeta ‘para fora de si’ as categorias semânticas do /não-eu/, /não-aqui/ e /não-agora/” que o discurso é fundado, ou seja, que o sujeito se constitui, dado que este surge naquele e por meio dele. Bertrand lembra-nos de que é “rompendo sua inerência consigo mesmo” que as “categorias objetivantes do ‘ele’, do ‘lá’ e do ‘então’ são instaladas (BERTRAND, 2003, p. 417). De modo correlato, tem-se a “operação enunciativa pela qual o sujeito da fala retorna à enunciação (...) e identifica o sujeito do enunciado com a instância da enunciação” (BERTRAND, 2003, p. 418). Ora, o sujeito que é tudo não carece de definir-se, constituir-se em função de um destinador, por exemplo, como nos mostra o esquema anteriormente mostrado. Não há aí, portanto, os investimentos linguísticos a partir dos quais o sujeito é constituído.

Claro está que aquilo com que lidamos em nossa pesquisa corresponde ao papel performático da linguagem (SARAIVA, 2011), isto é, à (des)criação de mundos e sujeitos via discurso. Como já expusemos, é por meio da prática enunciativa que é constituído aquele que enuncia, bem como o mundo enunciado ou, ainda, discursivizado. Dito de outra forma, é no ato enunciativo que as identidades de quem enuncia, para quem enuncia e sobre o que se enuncia são compostas, uma vez que as noções de oposição e diferenciação a que já aludimos são as responsáveis pela constituição de identidades e simulacros. Por simulacro compreendemos aqui,

4 Grifo do autor.

conforme Greimas e Courtés (1986), “tipo de figuras, com o componente modal e temático, por meio das quais os *actantes da enunciação* se deixam mutuamente apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado.” (p. 206)⁵. Ora, como se vê, tal acepção evoca a relação estabelecida por meio do discurso entre os actantes envolvidos na situação comunicativa, o que nos interessa sobretudo em razão do gênero discursivo com que lidamos. Evidentemente, estão em questão as identidades construídas de Si e do Outro. Trata-se aqui, portanto, conforme Saraiva (2011), do sujeito semiótico landowskiano, que se deixa definir da seguinte maneira (LANDOWSKI, 1992, p. 168):

não é uma substância, nem mesmo a emanação (o reflexo) de uma substância primeira que lhe seria exterior e que o determinaria. E se ele não é substância, é porque é uma forma, ou o produto de uma organização formal (discursiva), um *efeito de sentido* que tomaremos, à vontade, como o pressuposto ou a resultante do discurso realizado.⁶

O sujeito que interessa à semiótica francesa é, portanto, o sujeito nascido e vivente no e por meio do discurso, ou seja, o sujeito semiótico. Este, que é puro efeito de sentido, é, logicamente, um simulacro, cuja construção é um dos procedimentos fundamentais da enunciação (SARAIVA, 2011). O conceito em tela pode também ser concebido como *imagem-fim*, a qual, segundo Saraiva (2012, p.12), se dá a conhecer por meio da “recorrência do dizer, no dito, sobretudo quando ela se constrói dialogicamente com base nos simulacros que os textos fornecem, tanto de seu enunciador, quanto de seu enunciatário”. Trata-se, portanto, reiteramos, de uma identidade advinda e resultante do discurso e, por isso, chamada discursiva.

Considere-se que, porque lidamos com simulacros, somente o parecer é analisável, ou seja, a manifestação. Aquilo que nossa análise alcançará concerne, portanto, em termos semióticos, à categoria da veridicção, construída pela relação do esquema do *parecer/não parecer* com o do *ser/não ser*, pois é ao construir o simulacro de verdade em seu discurso, com o fim de *fazer* seu enunciatário *crer* nele, que um dado enunciador opera com seu universo axiológico e com o do seu enunciatário (GREIMAS & COURTÉS, 2011). Noutros termos, é ao *fazer parecer verdadeiro*, ou

5 Grifo nosso.

6 Grifo do autor.

seja, ao ser eficaz na produção de um efeito de sentido de “verdade”, que o enunciador delinea para o enunciatário uma identidade discursiva de si digna de ser aceita, porque crível, e uma determinada identidade para si do enunciatário que, cremos, evidencia-se na materialidade do discurso. Como se vê, o *fazer-crer* e o *crer-verdadeiro* fundam-se numa única e mesma coisa: a construção discursiva de imagens, compreendidas aqui como “unidade de manifestação autossuficiente, como um todo de significação, capaz de ser submetido à análise” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 254). Isto é, imagem corresponde a um texto-ocorrência, analisável como objeto semiótico. Para a semiótica, em qualquer uma de suas vertentes, imagem corresponde, diretamente, à instauração de conotação veridictória, ou seja, à instauração do efeito de realidade, componente de um ‘faz de conta’ textual. Segundo os semioticistas apontados, discursos fundamentados numa suposta “realidade” apresentam-se como verdadeiros; logo, têm maior aceitação entre seus enunciatários.

Como exemplo que ilustre aquilo que aqui afirmamos apresentamos o que segue: algumas das inscrições presentes nas portas de banheiros femininos do Centro de Humanidades 1 da UFC têm por objetivo listar o nome de alunos, exclusivamente do sexo masculino, que são machistas ou estupradores – afirmação que, salientamos, é, aqui, apenas reproduzida, sendo, portanto, de inteira e total responsabilidade de quem quer que tenha produzido tal lista. Tais inscrições conferem uma determinada imagem aos indivíduos cujos nomes encontram-se ali elencados. Essa imagem, evidentemente, segundo Pietroforte (2011, p. 33), não deve ser entendida como “aquilo que se pode ver”. Trata-se de imagem do conteúdo, da criação do efeito de ilusão referencial ou de conotação veridictória referido acima, que, operado por um enunciador, tem por fim manipular o enunciatário para um dado crer e fazer, a saber, interpretar aquela informação como autêntica e agir, no meio social que a universidade também é, conforme essa interpretação, bem como acrescentar à lista o nome de outro “machista” ou “estuprador”, a fim de informar as demais alunas sobre sua identidade com o intuito de protegê-las. A imagem confere, então, ao todo textual um /parecer-ser/ verdadeiro, dado que apenas nomes de colegas de curso encontram-se ali, o que confere ao texto autoridade perante seu leitor.

Pensemos ainda que não apenas a linguagem verbal confere ao todo textual esse efeito de verdade. No que tange à produção de inscrições urbanas, o suporte e a prática em si, evidentemente, são elementos dessa estrutura de sentido.

É preciso considerar que a esfera de produção de arte urbana constitui campo de presença onde se desenvolvem relações intersubjetivas de manipulação, pois nela, como em qualquer prática enunciativa e ato de comunicação, enunciadores produzem textos com um dado objetivo para com os enunciatários. Tomando, então, os produtores de arte urbana como enunciadores, entendemos que seu *fazer persuasivo* consiste, entre outras coisas, na criação de jogos de imagens discursivas que produzem um efeito de verdade que pode levar o enunciatário a aderir a um determinado ponto de vista. Noutros termos, a prática da inscrição urbana é constituída, semioticamente, por um enunciador que, valendo-se de elementos verbais e não verbais, dentre os quais constam, por exemplo, o próprio suporte sobre o qual inscreve, comporá seu discurso com o intuito de captar a atenção do enunciatário e, mais que isso, fazer dele um adepto à ideia que ali apresenta, ou seja, alguém que crerá naquilo que lhe é apresentado e fará o que lhe é sugerido. Tomando, novamente, o exemplo dado acima, o enunciatário da lista com nomes de homens apontados como estupradores ou machistas é levado, cremos, a tomar como verdade tal lista em razão do suporte que a acolhe, da prática em que se insere e do texto verbal em si. Expliquemos: o suporte corresponde a uma porta de banheiro de uma universidade federal. A ela tem acesso apenas as mulheres que usarem o toalete. Uma vez que ali constam nomes de pessoas com o alegado fim de proteger precisamente as usuárias daquele banheiro, podemos especular que a mulher que ousar completar a lista com o nome de mais um homem que julgue dever estar ali não apenas creu que o texto “pareceu verdadeiro” como tornou-se co-enunciadora dele. As enunciatórias anteriores foram, então, bem-sucedidas em “fazer parecer verdadeiro” o texto que compuseram. No que tange à prática em si, julgamos haver aí um fazer modalizado pelo termo **segredo**, do quadrado semiótico das modalidades veridictórias, pois apontamos, nesse contrato enunciativo, algo que *é*, mas *não parece ser*, daí a suposta necessidade de que tal informação seja veiculada num ambiente privado e exclusivo como um banheiro. Um determinado colega de turma não parece ser machista ou estuprador, no entanto, da perspectiva das enunciatórias, *é*. Assim sendo, faz-se necessário passar a informação adiante. Fazer isto da maneira como fazem constitui, ao nosso ver, maneira bastante eficaz de persuadir os sujeitos a quem o texto se dirige, sobretudo porque a enunciatória abriga-se também sob um “segredo”. O ato de sua produção textual, isto é, o ato de sua inscrição esconde sua identidade, mantém-na em secreto. “Ela”, seja quem for, circula também pelo *campus*

e é, embora possa *não parecer*, a enunciadora daquele texto. A prática, por conseguinte, é fundamental para o estabelecimento do contrato enunciativo entre os participantes da comunicação e constitui um elemento a partir do qual suas identidades discursivas são tecidas.

Isto posto, reiteramos que a construção de identidades discursivas nas inscrições urbanas do *campus* é feita verbal e plasticamente – compreendendo a plasticidade desses textos também aspectos concernentes à prática semiótica em si e ao suporte –, o que nos leva a analisar a *articulação* desses diversos elementos do plano de expressão. Assim, faz-se indispensável em nosso texto uma pequena digressão sobre tal conceito: semioticamente, o conceito de articulação diz respeito, em linhas gerais, a “qualquer atividade semiótica do enunciador ou – considerando o resultado dessa atividade – qualquer forma de organização semiótica, criadora de unidades que são ao mesmo tempo distintas e combináveis.” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 37). Desse modo, quando falamos em articulação de linguagem verbal e não verbal nas inscrições, referimo-nos à organização semiótica de elementos plásticos e linguísticos, em sentido estrito, configurando o que se chama de texto sincrético, como exporemos adiante, e que procede da atividade semiótica de um enunciador, correspondente, em nosso trabalho, aos autores das inscrições. Perceba-se que os semioticistas mencionados são claros ao afirmarem que é a forma de organização semiótica que cria as unidades que lhe são componentes. Isto é, é a apreensão de um todo de sentido que leva o olhar de um analista a depreender os termos que o compõem, já que “as relações, e não os termos, são a base do sentido” (SOBRAL, 2017, p. 137). Assim, para que se possa chegar ao sujeito que surge em função das inscrições urbanas e nelas, é preciso entender que o suporte em si é um termo de sua estrutura. Não apenas um termo da estrutura do sentido de sua inscrição, mas um termo de sua constituição discursiva. Dondero (2015) afirma, por exemplo, que distintos elementos plásticos – como a substância da expressão, não considerada nas primeiras análises semióticas – propiciam percursos distintos de semantização. Para ela, o suporte de uma fotografia “é inerente à sua significação, porque cada traço que é ali depositado tem um papel insubstituível, tanto no nível sintático quanto no semântico” (DONDERO, 2015, p. 56). Pensamos que o mesmo possa ser afirmado com relação às inscrições urbanas, dentro ou fora dos *campi*.

É preciso agora que se diga que os mecanismos enunciativos pelos quais os simulacros são criados, na linguagem verbal, concernem às breagens, isto é, aos mecanismos de debreagem e embreagem, amplamente conhecidos dos semioticistas. Plasticamente, o plano da expressão acompanha as respectivas breagens realizadas, como a sugerir, em consonância com Floch (2009), um percurso gerativo da expressão. Tal hipótese coaduna-se com a necessidade de homologação entre plano da expressão e plano do conteúdo, defendida pela semiótica discursiva, dado que, consoante Fontanille (2005, p. 23), “o objeto-suporte de escritura integra o texto, fornecendo uma estrutura de manifestação figurativa para os diversos aspectos de sua enunciação”. Assim, para a composição de identidades discursivas, há que considerar-se aquilo que Fontanille (2005) denomina dimensão plástica, pois os elementos sensíveis e materiais estão inescapavelmente atrelados à situação semiótica, compondo, de igual modo, seu sentido e, conseqüentemente, os simulacros dos sujeitos ali construídos.

Por fim, como pretendemos demonstrar em nossas análises, o sujeito das inscrições é um sujeito marcado, como não poderia ser diferente, pelo interdiscurso (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008). É um sujeito de existência semiótica indubitavelmente dialógica, como o é qualquer sujeito constituído via discurso, dado que, conforme Bakhtin (1992), o dialogismo é, antes de tudo, um princípio constitutivo da linguagem. Discursos, como é consabido, relacionam-se apenas com outros discursos, pois “não existe objeto que não seja cercado, envolto, embebido em discurso, todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras” (FIORIN, 2016, p. 167). Visto que as relações dialógicas nada mais são que relações entre posicionamentos distintos, cremos que abordar as inscrições urbanas presentes no *campus* também por esse viés bakhtiniano ajudar-nos-á a apontar identidades em razão de, num enunciado, ser possível flagrar ao menos duas posições: a do enunciador e a de um Outro em relação a quem ele se posiciona. Afinal, como lembra-nos Fiorin (2016, p. 170), “o dialogismo é tanto convergência, quanto divergência; é tanto acordo, quanto desacordo; é tanto adesão, quanto recusa; é tanto complemento, quanto embate”. A partir do momento, portanto, em que as vozes componentes de um discurso são surpreendidas, surpreendem-se também suas dimensões sociais e individuais. Mais ainda, apanha-se a imbricação existente entre essas duas dimensões. O leitor verá em nossas análises que a quase totalidade das

opiniões expressas nas inscrições urbanas de que tratamos revelam um caráter social e dirigem-se mais àquele que Fiorin (2016) chama de superdestinatário do que a um destinatário imediato. Ou seja, é perante esse superdestinatário que o inscritor, para usar a terminologia proposta por Correa (2016), posiciona-se, é a partir da identidade desse Outro, construída de si para si, que ele constrói a sua própria. O caráter singular de um sujeito que enuncia dá-se, então, nessa relação dialógica, fundamental para constituir o discurso e, conseqüentemente, para analisá-lo.

Tal perspectiva é-nos útil porque o sujeito inscritor põe-se de pé no olho do furacão semiótico dos muitos discursos que semiotizam a realidade acadêmica brasileira (e não apenas esta, evidentemente), ou seja, lidamos aqui com um sujeito que constrói seu discurso precisamente no espaço discursivo polissêmico por natureza, onde se entrelaçam os mais variados sentidos, contraditórios ou não. Se considerarmos ainda que o dialogismo, conforme Sobral (2017, p. 106), é também um “princípio geral do agir”, visto que “só se age em relação de contraste com relação a outros atos de outros sujeitos” e, portanto, “o vir a ser, do indivíduo e do sentido, está fundado na diferença”, vê-se quão profícua essa noção bakhtiniana é para as análises que empreenderemos, bem como constata-se como dialoga com precisão com as concepções greimasianas apresentadas anteriormente. A estrutura do sujeito é, afinal, a estrutura do discurso. Ambos constituem-se mutuamente e, por conseguinte, é possível chegar-se a um analisando-se o outro.

Isto dito, procedamos agora à consideração do conceito de inscrições.

3 DO CONCEITO DE INSCRIÇÕES URBANAS

Entende-se por inscrições urbanas, de modo bastante geral, “inscrições em superfícies coletivas” (CORREA, 2016, p. 14), tais como muros, portas de banheiros, estações ferroviárias e espaços internos de metrô, ônibus ou bondes, entre outros, produzidas a partir da década de 1960 nas principais cidades do mundo. Conforme Correa (2016), faz-se necessário delimitar cronologicamente o conceito em tela em razão de a prática humana – e, portanto, semiótica – de inscrever sobre superfícies remontar aos primórdios da espécie humana, quando nossos ancestrais produziram os signos não verbais que, hoje, denominamos pinturas rupestres. Embora tais pinturas possam ser abordadas como fenômenos artísticos pela História da Arte do mesmo modo que o grafite também o é, trata-se, evidentemente, de fenômenos culturais distintos, separados pela distância cronológica e pelo refinamento e sofisticação, pode-se dizer.

Correa (2016) lembra-nos ainda de que os termos *street art*, arte urbana ou grafite alternam-se, de modo que, por exemplo, por grafite designa-se, por vezes, toda e qualquer peça ou obra de inscrição urbana, ainda que não se trate da modalidade específica do grafite. Em concordância com Correa (2016), Gabbert (2007) indica quatro termos para designar o fenômeno que ora discutimos: grafite, pós-grafite, arte urbana e arte de rua, cujos empregos variam de acordo com o autor que os aborda⁷. O autor afirma também que a arte urbana é, dito de modo simples, desenvolvimento do grafite e que corresponde a intervenções massivas, ilegais e artísticas no espaço público em dimensão até então não presente ali. Ambos demonstram ainda que essa manifestação artística é, predominantemente, ocidental, embora haja exemplos de inscrições urbanas como peças de arte em cidades como Teerã (GABBERT, 2007).

Apesar de ser consensual o uso do termo grafite para designar toda a produção de arte urbana, que opera com diversos materiais e tipos distintos, Correa (2016) emprega o termo inscrição urbana para referir-se à *street art*, recurso de que nos valeremos também em razão de sua conveniência para nossa pesquisa. O semioticista paulista afirma que o termo inscrição desfaz as ambiguidades que o vocábulo grafite, certamente, traria, uma vez que pode designar, como um hiperônimo,

⁷ Em seu trabalho, Gabbert (2007) procede a uma diferenciação entre os quatro termos. Sugerimos consultar o respectivo trabalho para maiores detalhes sobre o tema.

toda a produção artística já mencionada e, mais especificamente, apenas aquela feita com grafite. A denominação escolhida permite, então, abranger “diversas modalidades que se mesclam, muitas vezes, a estilos artísticos já consolidados”, de forma que “esculturas, cartazes, adesivos, *performances*⁸, vídeos, etc., fazem parte dessa extensa categoria chamada inscrição urbana” (CORREA, 2016, p. 14 e 15). Correa (2016) ressalta que muitas das inscrições urbanas estão intimamente relacionadas com a pintura, concebida aqui de modo bastante geral, isto é, como dispersão de cores sobre superfícies bidimensionais cuja materialidade é bastante diversa, uma vez que a superfície sobre a qual a inscrição é feita pode ser muro, papel, tela, madeira, cerâmica e PVC, entre tantas outras possíveis. É necessário mencionar ainda que as substâncias dos materiais com o quais são produzidas as inscrições podem também variar, pois, entre outros, podem ser utilizados tinta, *spray*, grafite, pincel atômico ou carvão. Tais elementos colaboram para o efeito de sentido pretendido, como já mencionado no capítulo anterior.

Partindo, então, de tais concepções, é que, conforme Correa (2016) e Gabbert (2007), pode-se apontar os seguintes tipos de inscrições urbanas⁹: *tag*, *throw-up*, pichação, grafite, grapicho, cartaz, bricolagem, *cut out*, estêncil, mural, adesivo, *roll on*, inscrição com giz, inscrição com azulejo, quadros, esculturas e instalações.

Faz-se necessário considerarmos ainda as inscrições urbanas como textos sincréticos e, assim sendo, abordar o relacionamento de suas partes entre si e com o todo que compõem, à semelhança do que fizemos em nossa dissertação (CABRAL, 2013). Para a semiótica discursiva, “o texto verbal é apenas um dos textos possíveis”, pois “o *texto* é, para o especialista das linguagens – o semioticista –, aquilo que se dá a apreender, o conjunto dos fatos e fenômenos que ele se presta a analisar” (FONTANILLE, 2011, p. 84 e 85)¹⁰. O que interessa, destarte, à concepção greimasiana de texto, é consabido, não é apenas aquilo que está posto em linguagem verbal, isto é, não concerne somente a significantes verbais, mas, antes, à função semiótica que estabelece a solidariedade entre um plano de expressão e um plano de conteúdo (HJELMSLEV, 2009). Assim, é pertinente abordarmos as inscrições urbanas

8 Grifo do autor.

9 Aqui, procedemos apenas a uma indicação dos diversos gêneros presentes na arte urbana. Para uma sistematização e caracterização de cada gênero, consulte-se Correa (2016) e Gabbert (2007).

10 Grifo do autor.

como texto, dado que, no ato de nossa análise, trataremos precisamente, dentre outras questões, da relação elaborada entre o plano de expressão, cujas substâncias e formas podem ser aqui as mais distintas, e o plano de conteúdo. Mais ainda, é apropriado tratá-las como textos sincréticos, pois, como nos ensinam Greimas e Courtés (2011), sincretismo pode ser definido “como o procedimento (ou seu resultado) que consiste em estabelecer, por superposição, uma relação entre dois (ou vários) termos ou categorias heterogêneas, cobrindo-os com o auxílio de uma grandeza semiótica (ou linguística) que os reúne” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 467). Assim, quando em um dado programa narrativo, o sujeito do fazer ocupa também a posição de sujeito de estado, pode-se afirmar que há sincretismo de actantes. Portanto, há também sincretismo nos papéis actanciais desempenhados pelos autores das inscrições urbanas, uma vez que são, ao mesmo tempo, sujeitos do fazer e destinadores-manipuladores. Os semioticistas supracitados esclarecem ainda que semióticas sincréticas são aquelas “que – como a ópera ou o cinema – acionam várias linguagens de manifestação; da mesma forma, a comunicação verbal não é somente de tipo linguístico [...]”, mas constituída também de elementos paralinguísticos¹¹.

Floch (1985), um dos precursores do estudo das categorias plásticas dos textos sincréticos, com o intuito de deixar a conceituação mais clara e precisa, declara que “as semióticas sincréticas constituem seu plano de expressão – e mais precisamente a substância do seu plano de expressão – com elementos que dependem de várias semióticas heterogêneas”. Para ele, este tipo de semiótica constitui um todo de significação, de modo que há um único conteúdo e diferentes substâncias da expressão, o que é a condição das inscrições que analisamos. Elas, como qualquer texto sincrético, constituem-se pela relação de elementos heterogêneos – o linguístico, o cromático, o pictórico etc. – resultando numa única grandeza semiótica final. Dito de outro modo, constituem-se de diferentes materialidades do plano da expressão estruturadas numa forma única para veicular um todo de sentido. O que alinha ou, melhor, sincretiza essas diferentes substâncias da expressão numa única forma capaz de produzir um efeito de sentido único é a

11 “Consideram-se paralinguísticas grandezas do domínio das semióticas não linguísticas, produzidas em concomitância com as mensagens orais ou gráficas das línguas naturais.” (GREIMAS; COURTÉS, 2011, p. 360).

estratégia enunciativa que subjaz à organização textual. O enunciador, apoiado no que quer comunicar ao enunciatário, ordenará sincreticamente seu texto de modo que todas as linguagens ali presentes – verbais ou não – produzam um efeito de sentido coerente e coeso.

Conforme assegura Fiorin (2009, p. 38), o que se tem, de fato, é uma enunciação sincrética operada por um único e mesmo enunciador, isto é, “uma estratégia global de comunicação, que se vale de diferentes substâncias para manifestar, na textualização, um conteúdo e uma forma da expressão”. Daí o autor preferir utilizar o termo texto sincrético em vez de semiótica sincrética.

Neste trabalho, como anteriormente (CABRAL, 2013), faremos uso da metodologia de análise de textos verbovisuais de Teixeira (2009), ainda que, como elucidaremos mais adiante, lancemos mão de outras categorias de análise. O procedimento de análise de textos sincréticos, tal como proposto por Teixeira (2009), toma em consideração:

- a) as figuras e os temas difundidos verbovisualmente no discurso;
- b) as categorias topológicas, eidéticas e cromáticas do plano de expressão plástica;
- c) a articulação entre os dois planos da linguagem;
- d) a tensividade presente no texto;
- e) e a estratégia global de comunicação.

De acordo com a autora, por meio de figuras e temas pode-se depreender a organização sêmio-narrativa do texto, concebido como um todo de significação organizado internamente, enquanto as categorias topológicas, eidéticas e cromáticas, discutidas detalhadamente a seguir, permitem-nos considerar, respectivamente, a disposição espacial dos elementos no suporte planar do texto, as retas e/ou linhas que se estabelecem entre os distintos elementos do todo e as cores do texto. No que tange à tensividade, analisa-se em quais valores presentes no texto investe-se mais ou menos tonicidade. A partir, então, das relações entre todos esses elementos, podemos fazer considerações atinentes ao modo como a estratégia de enunciação sincrética é tecida no texto sincrético e como, evidentemente, os dois planos da linguagem são articulados.

No que concerne às categorias topológicas, eidéticas e cromáticas, é preciso que fique claro que tais categorias dizem respeito apenas ao plano da expressão plástica, ou seja, o plano do conteúdo é abordado por meio do percurso gerativo do sentido. Além disso, é necessário também que se compreenda o seguinte: parte-se do plano do conteúdo para analisar o plano da expressão, uma vez que esta é a expressão daquele, seu meio de manifestação. Em razão disso, em nossa análise, procederemos primeiro às considerações pertinentes ao plano do conteúdo, para, então, tratarmos do plano da expressão verbovisual. Feita tal ressalva, tratemos de expor as categorias referidas acima.

Como, por vezes, o que primeiro atrai a atenção num texto sincrético, sobretudo numa inscrição urbana, é a disposição espacial dos elementos no suporte do texto, abordamos agora a categoria topológica, atinente a tal espacialidade, como já colocado. Citamos, assim, Greimas (2004, p. 86), porque não lograríamos definir de maneira mais rica tal categoria:

Enquanto a leitura do texto escrito é linear e unidimensional (da esquerda para direita ou o contrário) e permite interpretar a fala especializada como uma sintagmática achatada, a superfície pintada ou desenhada não revela, mediante nenhum artifício ostensivo, o processo semiótico que se pensa estar aí inscrito. O quadro surge como o único ponto de partida seguro, possibilitando conceber um crivo topológico virtualmente subjacente à superfície que se oferece à leitura: as categorias topológicas, “retilíneas” umas (como alto/baixo ou direito/esquerdo), “curvilíneas” outras (como periférico/central ou circunscrite/circunscrito), bem como seus derivados e compostos, crivam, partindo daquilo que ela não é, toda a superfície enquadrada traçando aí os eixos e/ou delimitando aí as regiões, cumprindo com isso dupla ação, a de segmentar o conjunto em partes discretas e igualmente a de orientar eventuais percursos sobre os quais se acham dispostos os diferentes elementos de leitura.

Fazer uso das categorias topológicas possibilita, portanto, apreender o texto verbovisual ou somente visual como que num quadro, para que se possa discretizá-lo. Torna-se possível analisar de que modo a alocação de um dado elemento plástico na parte /alta/ ou /baixa/ de um texto interferem na composição do sentido, bem como sua disposição /central/ ou /periférica/. Mostraremos que a topologia de boa parte dos textos de nosso *corpus* revelam muito da identidade discursiva dos enunciadores e dos interlocutores do enunciado, porque permite ver – considerando, evidentemente, o encadeamento do todo textual – a que se confere maior ou menor importância, por exemplo. Há textos, contudo, que operam um tanto

caoticamente com a espacialização, como as inscrições feitas em portas de banheiro, por exemplo. Por tratar-se de um espaço restrito, no que diz respeito ao tamanho mesmo do suporte, percebe-se haver ali uma disposição não muito ordenada dos elementos textuais. Entretanto, flagra-se, por vezes, a intenção de dispor inscrições que respondem a outras próximas umas das outras, seja abaixo, seja acima daquela a que oferecem resposta ou comentário.

Considerando ainda que textos plásticos possuem formas e cores, podemos falar, respectivamente, em categorias eidéticas e cromáticas. Greimas (2004) afirma que a oposição entre elas corresponde ao antagonismo, digamos, entre gráfico e pictural. Assim, reiteramos: as categorias cromáticas concernem às cores componentes do texto, enquanto as eidéticas, às retas e/ou linhas que se estabelecem entre os elementos do texto.

O mestre lituano (GREIMAS, 2004, p. 87-88) atenta para o fato de que a diferença entre categorias plásticas cromáticas, topológicas e eidéticas de um texto não residem na materialidade do significante, ou seja, na substância, mas na sua apreensão relacional, isto é, “na função que o leitor atribui a este ou àquele termo com relação aos demais”. Noutros termos, a diferença em questão reside na forma, como já explicado no capítulo anterior. O sentido surge, afinal, da diferença de elementos que entram em relação. Diz ainda o semiótico que essa articulação não esgota a análise da dimensão plástica do plano da expressão, pois da combinação dessas unidades mínimas podem surgir configurações mais complexas que constituem uma verdadeira “trama”, que se revela por meio de tensões e de isotopias na superfície construída.

Ressaltamos ainda que no texto sincrético podem ocorrer também relações semissimbólicas entre os planos da linguagem. Nesse caso, a significação se dá pela correspondência de categorias e não de elementos isolados. Em outras palavras, “os dois termos de uma categoria do significante podem ser homólogos àqueles de uma categoria do significado” (FLOCH, 1985, p. 14-15)¹², o que faz a relação entre plano da expressão e plano do conteúdo deixar de ser imotivada ou convencional. Assim, os temas do conteúdo são concretizados sensorialmente pela expressão, de modo

12 Tradução nossa de “Les deux termes d’une catégorie du signifiant peuvent être homologues à ceux d’une catégorie du signifié”.

que, conforme Barros (2011, p. 82 e 89), o mundo discursivizado possa ser percebido de modo distinto do usual, pois, por meio do semissimbolismo, instaura-se “um *novo saber* sobre o mundo”, “uma nova perspectiva de visão e de entendimento” dele, possibilitada pela expressão de caráter poético que um dado conteúdo recebeu. Barros (2011) reconhece a presença de sistemas semissimbólicos na pintura e no desenho, por exemplo. Dessa forma, podemos afirmar que esses sistemas também podem ser encontrados nas inscrições urbanas, de modo geral, por razões óbvias. O que investigamos aqui é sua presença nas inscrições do *campus*.

Fiorin (1999) afirma que o estudo das relações semissimbólicas proporciona desenvolvimentos teóricos e analíticos à semiótica discursiva. Aqueles propiciam a discussão do “papel da percepção sensorial na produção do sentido” (p. 194) e estes, acurácia no exame das relações entre expressão e conteúdo, o que, logo, enseja uma melhor compreensão de textos sincréticos. Como anteriormente, em Cabral (2013), uma análise de texto semissimbólico que podemos apontar é de autoria de Pietroforte (2012), que, analisando a história em quadrinhos *Umbigo*, de Roko, demonstra como se constrói nesse texto a relação semissimbólica entre as categorias *identidade vs. alteridade*, do plano do conteúdo, e *ponto vs. linha*, do plano da expressão. Ou seja, plasticamente, a personagem principal da história em questão, que figurativiza a identidade, é manifestada por meio de pontilhados, dentre outros elementos da expressão. Paralelamente, a multidão que divide o espaço da história com ela, por sua vez, figurativizadora da alteridade, manifesta-se por meio de linhas.

Outro exemplo ainda concerne à análise do texto que abre a reportagem “A bola rola solta na cadeia” (PIETROFORTE, 2012), por meio da qual o autor elucida as relações semissimbólicas entre categorias fonológicas, plásticas e semânticas instauradoras do sentido do texto. No texto em questão, é sintagmatizado, no plano da expressão da fotografia, o paradigma *uniforme vs. multiforme*, cuja projeção sintagmática é orientada pela categoria *superior vs. inferior*. Semelhantemente, na frase “A bola rola solta na cadeia”, é sintagmatizado o paradigma *vogal anterior vs. vogal posterior*. No plano do conteúdo, por sua parte, é complexificado o paradigma *liberdade vs. opressão* tanto na fotografia como na frase dada. Essa imbricação sincrética entre verbal e não verbal, que organiza categorias da expressão em função de uma mesma categoria do conteúdo, confere ao texto um estatuto semiótico de

poeticidade, pois, como apontado acima, a categoria semântica a reger a semiótica verbal e a não verbal corresponde à *liberdade vs. opressão*.

Após apresentarmos esses conceitos de inscrições urbanas como resultado ou produto de uma prática artística que já alcançou reconhecimento em seu respectivo mercado, como objeto semiótico e como texto sincrético, é preciso olhar para elas agora como práticas semióticas, isto é, como “processos semióticos reconhecíveis no interior do mundo natural e definíveis de modo comparável aos discursos (que são ‘práticas verbais’, isto é, processos semióticos situados no interior das línguas naturais)” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 380). Conforme pontuam os autores do *Dicionário de semiótica*, tais práticas podem ser qualificadas como sociais em razão de serem sequências de comportamentos somáticos ordenados que, em função precisamente de sua organização, ou seja, de sua forma, portam significado. “Os modos de organização desses comportamentos podem ser analisados como programas (narrativos) cuja finalidade só se reconhece *a posteriori* (...)”, ou seja, pela via da semiótica discursiva, é pertinente considerar tais práticas como texto – obviamente, não compreendido aqui em sentido eminentemente verbal – e analisá-las por meio do percurso gerativo do sentido ou, como tem proposto Fontanille (2008b), pela via do percurso gerativo da expressão. Estamos, portanto, no domínio do que Greimas e Courtés (2011, p. 380 e 395) chamam de semiótica da ação, pois lidamos precisamente com aquilo que entendem por estratégias proxêmicas, dado que interessa-nos investigar, a propósito da análise das inscrições urbanas, “a disposição dos sujeitos e dos objetos no espaço e, mais particularmente, o uso que os sujeitos fazem do espaço para fins de significação”. Interessa-nos aqui, então, definir inscrição urbana a partir da prática que lhe dá origem, isto é, compreende-se inscrição urbana aqui como semiótica-objeto, que, nos termos de Greimas e Courtés (2011, p. 448), pode ser entendida “como um conjunto significante que se suspeita, a título de hipótese, possua uma organização, uma articulação interna autônoma”. Trata-se, portanto, de um objeto semiótico complexo, em razão dos diversos elementos – atinentes, sobretudo, ao plano da expressão – que o constituem e compõem sua significação. É Fontanille (2008b) que, almejando construir um percurso gerativo da expressão que evidencie o percurso gerativo do sentido, propõe a análise das práticas semióticas em diferentes níveis de pertinência, de modo que, conforme sua proposta, o conjunto significante que o analista abordará em sua descrição poderá

variar segundo a perspectiva de análise adotada. Parafraseando Greimas, ele chega a afirmar que “fora das semióticas-objeto não há salvação!”, cabendo a nós definir o que são essas ‘semióticas-objeto’” (FONTANILLE, 2008, p. 19), isto é, definir “aquilo que se dá a apreender, o conjunto dos fatos e dos fenômenos” a analisar, o que, conforme Fontanille (2011, p. 85), corresponde ainda a *texto*.

Feita essa conceituação inicial do que se entende, de modo mais técnico, por inscrição urbana, ressaltamos agora um elemento definidor dessa prática cultural, a saber, seu caráter transgressor e artístico. Conforme Correa (2016), uma das premissas da inscrição é justamente a transgressão, que se expressou, nos momentos iniciais da arte urbana, na utilização não autorizada dos suportes, todos espaços públicos ou coletivos, e, posteriormente, no texto em si, compreendido aqui apenas verbalmente. Embora a arte urbana não esteja mais em seus momentos iniciais e seja possível, inclusive, encontrar, nas grandes cidades, grafites que tomam fachadas ou muros inteiros – apesar da administração de alguns “gestores políticos” –, o elemento transgressor permanece como princípio identitário dessa prática semiótica. Se é possível que por alguns governos ou mesmo iniciativas privadas haja incentivo à produção de *street art*, determinados gêneros, como a pichação, são ainda vistos como interditos por grande parte da sociedade. Entretanto, não apenas as pichações, se considerarmos o fato de que o atual prefeito de São Paulo, João Doria, é constantemente criticado por apagar grafites que já compunham a paisagem visual daquela cidade¹³.

Uma vez, então, que a transgressão opera de modo constitutivo na produção dos textos que analisamos e no exercício mesmo da prática semiótica que os enseja, é preciso, nesta pesquisa, abordá-la conforme os pressupostos teóricos da semiótica discursiva. Para isto, valer-nos-emos das contribuições de Vieira-Sobrinho (2017), que, ao analisar a obra *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar, mostra-nos como a transgressão se dá em termos de modalidades.

13 Dois exemplos da polêmica que a decisão do prefeito João Doria de pintar murais de grafites causou na sociedade são as reportagens presentes nos links a seguir: <<https://oglobo.globo.com/brasil/doria-apaga-grafites-em-avenida-cria-polemica-em-sp-20815081>> e <<https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/doria-apagou-mural-de-kobra-e-pintou-coracao-vermelho-no-lugar-nao-e-verdade.ghtml>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

Para a autora, a transgressão concerne aos valores de prescrição e de interdição, portanto, respectivamente, a /dever fazer/ e /dever não fazer/, da categoria modal deontica. Tais valores compõem o eixo da injunção, cujo conceito, conforme Greimas e Courtés (2011), pode ser empregado aplicado a uma axiologia dependente de instâncias transcendentais, como o destinador, ou como uma modalização particular da competência do sujeito. No primeiro caso, tem-se um sistema normativo, que o sujeito acatará ou não; no segundo, a injunção dirá respeito às modalidades volitivas, isto é, ao querer ou ao não querer do sujeito. É na conjugação dessas duas categorias modais, /dever/ e /querer/, que o contrato injuntivo estabelecido entre destinador e sujeito ganha forma. O sujeito transgressor é, assim, um sujeito do fazer que se encontra em conflito por estar regido pelo querer e pelo dever (VIEIRA-SOBRINHO, 2017). De modo simples, pode-se dizer que a transgressão é executada por um sujeito que *quer fazer*, mas *deve não fazer*. Perceba-se que o fazer transgressor, pela perspectiva da semiótica francesa, nada mais é que a quebra de um contrato fiduciário. O fazer persuasivo do destinador não teve a adesão por ele pressuposta e almejada, isto é, o destinatário não aderiu ao discurso, não o tomou como verdade. Logo, ele não faz o que o destinador espera dele, não faz o que este julga ser seu *dever*, mas faz o que *quer fazer*. Se pensarmos, por exemplo, na sociedade que repudia a produção de arte urbana ou em possíveis setores da universidade que poderiam classificar como vandalismo tal prática dentro do espaço do *campus*, concebemos tais instâncias como destinadores, enquanto os produtores das inscrições são os sujeitos. No que diz respeito a nossa pesquisa, é entre esses dois actantes que se estabelece o contrato fiduciário, que não é cumprido, pois não é com os valores do destinador que o sujeito quer entrar em conjugação, mas com valores proscritos. “O sujeito transgressor, ao se entregar ao desejo pelo interdito, nega convenções sociais responsáveis pela manutenção das estruturas sociais vigentes” (VIEIRA-SOBRINHO, 2017, p. 13), de modo que pode passar a ser visto como um risco para seu grupo social e, por conseguinte, ser estigmatizado ou marginalizado por ele.

É necessário perceber, contudo, como bem salienta Vieira-Sobrinho (2017), que a transgressão tem duas faces: se, por um lado, constitui ameaça a um conjunto de valores disseminados socialmente, por outro, é também uma valorização dele, à semelhança do que dissemos em nosso capítulo anterior sobre identidade e

alteridade. À ameaça a um conjunto específico de normas ou convenções sociais que determinado ato transgressor possibilita corresponde, paradoxalmente, seu reconhecimento, pois, por um lado, para transgredir um dado sistema é preciso delinear bem seus contornos e, por outro, a transgressão, por razões óbvias, não conta previamente com a adesão da maioria que vive sob o mesmo sistema transgredido. Essa maioria pode vir a defender, por conseguinte, o sistema transgredido; quem transgride, afinal, não pode pressupor que seus observadores concordarão com o descumprimento das regras infringidas. Até que ela mesma instaure um novo sistema de valores, é bastante razoável esperar que o sujeito transgressor seja visto como estigmatizado ou marginalizado (VIEIRA-SOBRINHO, 2017).

No que tange, então, à possibilidade de atos de contravenção gerarem um novo sistema de valores, afirma Vieira-Sobrinho (2017) que eles deixam de ser uma ameaça para tornarem-se instrumentos de manutenção da (nova) identidade social, dado que a transgressão ensejaria uma postura reflexiva da sociedade no tocante aos valores feridos e, conseqüentemente, poder-se-ia encontrar um ajuste entre valores já consagrados e desejos dos transgressores. Considere-se como exemplo do que afirmamos o próprio surgimento das inscrições urbanas, não aceitas nas sociedades em que foram inicialmente produzidas, mas, atualmente, gozando de relativa aceitação nessas mesmas sociedades, ao ponto de serem consideradas manifestações artísticas de fato (CORREA, 2016). Há aí um movimento de admissão, no sentido landowskiano que apresentamos no capítulo anterior, de sujeitos *a priori* repudiados por um dado grupo, bem como de suas formas de vida, o que implica admitir suas formas de produzir sentido. Essa postura de não-disjunção é o passo anterior à conjunção, ou seja, à assimilação desses sujeitos anteriormente rejeitados e de suas formas de sentido. Uma vez que isso tenha ocorrido, pode-se afirmar que a transgressão já não é marginalizada (pelo menos, não como anteriormente) e, no caso específico das inscrições urbanas, tal assimilação manifesta-se no apoio que, por exemplo, membros da sociedade civil opõem-se às políticas de João Doria de apagar diversos grafites da cidade de São Paulo. Pode-se asseverar ainda que tal assimilação evidencia-se quando a própria sociedade reconhece a inscrição urbana como arte. Mais ainda: como arte cuja identidade é marcada pelo tom de protesto ou de resistência aos valores aceitos como padrão. Assim, compreende-se como aquilo

que, anteriormente, era visto como transgressão pode passar a ser prescrito, pois, nas situações semióticas em que se fizer necessário protestar ou resistir, um dado enunciador pode valer-se desses recursos já instituídos para dar voz a suas intenções comunicativas. Se, segundo defende Vieira-Sobrinho (2017), a transgressão possuir, de fato, uma configuração particular com elementos constantes ao longo do percurso narrativo, com o que concordamos, não é difícil para o leitor perceber o caráter identitário que a transgressão pode assumir. Lembremos que uma das definições que Greimas e Courtés (2011, p. 252) dão de identidade diz respeito “à permanência que permite ao indivíduo continuar o ‘mesmo’, ‘persistir no seu ser’, ao longo de sua existência narrativa”, ou seja, ao longo da sucessão de percursos narrativos que vivencia, “apesar das modificações que provoca ou sofre”. Esse entrelaçamento entre transgressão e identidade ou, ainda, o poder definidor que uma tem sobre a outra é algo que queremos demonstrar em nosso trabalho.

Relacionados a esse ideal transgressor, há que se falar nos ideais de liberdade e justiça social. Como nos ensina Correa (2016, p. 25), ao tecer considerações sobre as inscrições surgidas por ocasião do Maio de 1968 em Paris, “contra o moralismo familiar, o sistema educacional normativo e contra o sistema político vigente, jovens franceses munidos de *sprays* imprimiam versos e frases de protesto nos muros da cidade”. Conforme mostraremos em nossas análises, pode-se constatar este mesmo caráter subversivo em muitas das inscrições componentes de nosso *corpus*, embora a qualidade artística possa ser, por vezes, questionada. Ademais, ainda no que tange à característica de contravenção própria das inscrições, é preciso mencionar que aquelas produzidas fora do ambiente acadêmico são feitas, como já dito, de modo ilegal, enquanto parte considerável das inscrições presentes nos *campi* não o é. Parece não haver, por exemplo, quaisquer iniciativas por parte da administração da UFC para removê-las¹⁴. Ao invés disso, pode-se constatar que há incentivos por parte da universidade para que determinadas inscrições sejam feitas, como as produzidas por artistas europeus nos muros do bloco Tupinambá¹⁵ do Centro

14 Informação válida até a data da redação deste texto, em 26 de julho de 2017.

15 A intervenção artística referida foi realizada em 2015 sob coordenação da professora-visitante Dra. Hanna Knapp, leitora do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, quando do desempenho de suas atividades como leitora na UFC e coordenadora cultural da Casa de Cultura Alemã (CCA-UFC). O trabalho foi feito pelos artistas Dome Christian Kraemer (Alemanha), Dasoda (Ilhas Canárias), Feoflip (Ilhas Canárias), Nemo's (Itália) e Bisser (Bélgica). Evidentemente, o escopo de nossa pesquisa é analisar as inscrições produzidas exclusivamente por estudantes nos ambientes já mencionados.

de Humanidades I. Assim, porque não há uma sanção negativa que se poderia atribuir ao destinador UFC, cremos ser possível apontar na prática das inscrições em ambiente acadêmico uma transgressão apenas relativa, pois nesse espaço, tal como ocupado atualmente, parece haver uma licença para a produção de inscrições. Seu caráter transgressor permanece, por um lado, em virtude da concepção que a sociedade tem de tal prática e, por outro, pela ilegalidade das inscrições feitas de modo pretensamente secreto em ambientes compartilhados, como os banheiros.

Correa (2016) aponta ainda o desejo por fama e reconhecimento como característicos do *street art*. No que tange a isso, cremos, ele permanece na prática das inscrições em ambiente acadêmico, pelo menos em parte. A diferença entre as inscrições produzidas nos ambientes da universidade e aquelas produzidas nos espaços externos aos *campi* está, como pretendemos demonstrar, no fato de que aquilo que um inscridor do ambiente acadêmico deseja ser reconhecido diz respeito ao texto, não ao seu nome ou a sua pessoa. Isto é, almeja-se que os aspectos ideológicos presentes no texto sejam difundidos, não importando, supomos, o reconhecimento de um enunciador específico. Tal posicionamento parece bastante lógico, já que a inscrição ali, por dar-se num ambiente mais restrito, poderia possibilitar uma eventual identificação de seus autores, o que, por sua vez, a depender da administração dos *campi*, poderia ser concebido pelas instâncias da universidade como depredação de patrimônio público, constituindo, então, crime.

Na produção das inscrições que analisamos, parece haver ainda um desejo de apropriação do espaço público – o que é característico da arte urbana, de modo geral – entendendo-o como uma propriedade em que é possível inscrever-se por ser, numa compreensão por demais simples do que seja o ambiente público, um espaço que é, ao mesmo tempo, de todos – e, portanto, “meu” – e de ninguém – de modo que, aparentemente, não se corre o risco de responder às consequências de uma possível sanção negativa.

Antes de procedermos às considerações sobre inscrições urbanas como objeto semiótico, justificamos com os argumentos a seguir por que o uso desse termo nos é também conveniente. Nem sempre as intervenções feitas nos espaços do

Mencionamos aqui essa intervenção artística para exemplificar a abertura da administração da UFC para tal prática cultural, o que, semioticamente, equivale a uma sanção positiva.

campus correspondem à tipologia apontada pelos autores mencionados, embora tal correspondência exista com frequência. Isto é, no *campus*, podemos encontrar, por exemplo, grafite, pichação, pintura à tinta, mas também, por exemplo, inscrições feitas à lápis ou à caneta, como nas portas de banheiro, o que escapa da categorização apresentada por Correa (2016) e Gabbert (2007). Considerando, portanto, a concepção que ambos nos dão de arte urbana e/ou inscrição urbana, constata-se que o termo permite abarcar novos gêneros desse domínio discursivo que porventura encontrarmos. Apesar de não ser nosso objetivo apresentar uma categorização genérica dos textos a analisar, entendemos que o conceito de inscrições urbanas apreende novos gêneros com facilidade, uma vez que o que parece defini-lo em essência concerne à inscrição de caráter contraventor e/ou artístico sobre superfícies em ambiente coletivo. Como se sabe, os gêneros discursivos podem ser compreendidos como atividades sociais submetidas a critérios de êxito como finalidade reconhecida, lugar e momento legítimos, suporte material definido, organização textual e estatuto de parceiros envolvidos na situação comunicativa (MAINGUENEAU, 2009). Logo, tal perspectiva também nos habilita a considerar como inscrição urbana um determinado gênero não apontado por Correa (2016) e Gabbert (2007), pois, se forem preenchidos os critérios apontados acima e estiver presente o elemento transgressor, estamos diante de um gênero do domínio das inscrições urbanas.

Ademais, o termo inscrição urbana nos permite ainda tratar de textos que sejam apenas verbais, se for o caso. Se trabalhássemos apenas com o conceito de grafite, por exemplo, defrontar-nos-íamos com uma nomenclatura ambígua, como já exposto, e, principalmente, desagradável, quando precisássemos lidar com textos exclusivamente verbais, sobretudo com aqueles que utilizam material distinto do grafite. Por fim, afirmamos a adequação desse termo pelo fato de nem sempre ser possível apontar uma intencionalidade artística, de modo que poderia ser questionado se aquilo com que lidamos é, de fato, *arte* urbana. Dado que o elemento transgressor, subversivo ou antinormativo encontra-se presente em quase todas as inscrições, permanece firme uma das características principais desse fenômeno cultural, linguístico e semiótico, o que faz dos textos com que lidamos inscrições urbanas.

Claro está já que vemos as inscrições urbanas como objetos semióticos, ou seja, como objetos que significam e cuja significação está fundada,

necessariamente, nas relações que se impõem pelo elo comunicativo. Um objeto semiótico é, nos termos de Greimas e Courtés (2011), uma grandeza semiótica determinada unicamente pela sua relação com o sujeito. Ele corresponde a “apenas uma posição formal” construída “pelo estabelecimento das relações: a) entre ele e os outros objetos; b) entre ele, considerado um todo, e suas partes; c) entre as partes, de um lado, e o conjunto das relações já estabelecidas, de outro” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 347). Ao analisarmos, então, as inscrições, precisaremos considerar o texto, compreendido aqui como aquilo que está escrito ou inscrito sobre qualquer que seja a superfície, e, por exemplo, a própria superfície, pois há que se atribuir eficácias enunciativas distintas para textos inscritos sobre suportes diferentes. A pintura artística, por exemplo, de um útero com trompas e ovários em tamanho grande sobre um dos muros do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da UFC parece ter propósitos comunicativos diversos daqueles que cremos poder apontar na inscrição à caneta, feita na porta de um banheiro feminino do CH 1, com o seguinte texto verbal: “Teu sangue é sagrado. Honra a deusa que há em ti.”¹⁶.

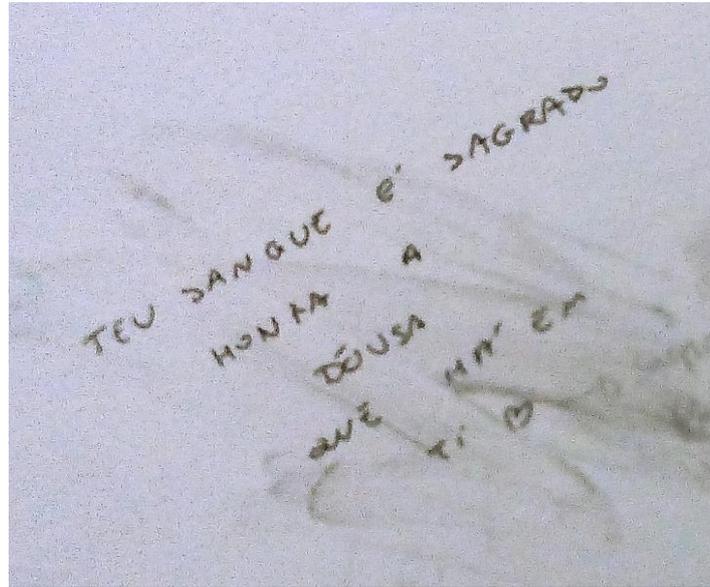
Figura 5 – Pintura de um útero em uma das paredes do ICA



Fonte: arquivo pessoal da autora.

16 Ver anexos.

Figura 6 – Inscrição sobre o lado interno de uma porta de banheiro feminino



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Apesar de ambas as inscrições tematizarem o feminino, a primeira parece querer expor os mais femininos dos órgãos humanos – e, assim, expor a feminilidade, fazer dela tema de conversas dos passantes, ao permanecer, como obra de arte, aberta a interpretações. A segunda, por seu turno, parece querer persuadir a enunciataria de um segredo, em termos semióticos¹⁷, isto é, parece querer fazer crer que aquilo que não parece sagrado o é, na verdade. Isto afirmamos com base apenas nas dimensões de cada inscrição, nos suportes sobre os quais estão postas e nas práticas semióticas que podem ocorrer ou ocorrem naquelas situações comunicativas ou nos ambientes mencionados. Um prédio de aulas como o ICA é um ambiente coletivo, de exposição de ideias, enquanto o banheiro é um espaço destinado ao que é privado e íntimo. Além disso, enquanto, no primeiro exemplo, a feminilidade é exposta a homens e mulheres ao mesmo tempo e de modo francamente aberto, no segundo, ela é exposta somente a mulheres, se considerarmos que somente mulheres devem ter acesso ao banheiro feminino. Além disso, mesmo as mulheres só têm acesso àquela inscrição individualmente, em função precisamente do suporte em que se encontra. Cooperam, como se vê, para a construção do sentido de um dado objeto semiótico a prática que o envolve, na qual surge, e, evidentemente, o suporte

¹⁷ Para Greimas e Courtés (2011, p. 428, grifos e itálicos do autor), “designa-se com o nome de **segredo** o termo complementar que subsume os termos *ser* e *não parecer* situados na dêixis positiva”.

que o abriga. Naturalmente, há ainda as inscrições que se relacionam também umas com as outras, de modo que é preciso considerar como uma dialoga com a outra, já que, segundo mostraremos, algumas são claras respostas a outras.

Por fim, ressaltamos, portanto, que as inscrições urbanas podem ser compreendidas como signos linguísticos e/ou verbovisuais disponibilizados no espaço coletivo. De modo mais exato, poder-se-ia defini-los como signos que permanecem em razão de sua materialidade concreta, fundamentada no instrumento utilizado para compô-los e no suporte sobre o qual estão. Uma vez que as inscrições urbanas, de modo geral, repousam sobre estruturas imóveis dos espaços coletivos ou mesmo públicos, como é o caso em nossa pesquisa, pode-se dizer que elas prescindem totalmente de uma situação específica e exclusiva na qual, e somente na qual, uma dada inscrição teria lugar. A inscrição urbana, pelo contrário, impõe-se. Inscritor e leitor dividem, sim, o ambiente em que aquele texto se encontra, mas não ao mesmo tempo, ou seja, não numa única e mesma situação semiótica.

Além disso, um aspecto que caracteriza de modo muito particular a existência semiótica de uma inscrição urbana diz respeito ao fato de ela iniciar, a qualquer tempo, atos de leitura que não ocorreriam ou não ocorrem voluntariamente, como é quando um leitor procura um gênero textual específico para ler. Tal característica deve-se, como se pode suspeitar, ao suporte. Em razão dessa confrontação involuntária com um texto que está postado diante de si, nos percursos e trajetos em que têm lugar as diversas práticas de um mesmo sujeito, é que ele desenvolve estratégias de percepção ou de não percepção desses mesmos textos. Mais ainda, é consciente das possibilidades de percepção por parte dos enunciatários que os enunciadores articularão os constituintes de seus textos para que alcancem os propósitos pretendidos ou, ainda, que articularão a prática da inscrição urbana à prática, por exemplo, própria de uma dada situação semiótica, como ir à sala de aula num *campus* universitário ou ir ao banheiro.

Após apresentarmos, então, as diversas abordagens conceituais de inscrições necessárias para esta pesquisa, detemo-nos, em nosso próximo capítulo, na metodologia fontanilleana de análise de práticas semióticas.

4 POR UMA SEMIÓTICA DA PRÁTICA

Como já introduzido anteriormente, práticas semióticas correspondem a processos semióticos que podemos reconhecer no que se entende por mundo natural e analisar de modo semelhante ao que utilizamos para analisar discursos (GREIMAS & COURTÉS, 2011). Trata-se, portanto, de práticas sociais que se apresentam “como sequências significantes de comportamentos somáticos organizados” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 380), ou seja, práticas concretamente vivenciadas em sociedade que significam aquilo que significam em função da forma que possuem, isto é, em termos semióticos, em função de actantes, objetos, estratégias enunciativas, *ethos*, comportamentos e formas de vida ali envolvidos.

A forma desses comportamentos pode, conforme os autores acima mencionados, ser abordada a partir de uma perspectiva narrativa, ou seja, como um programa narrativo, que se caracteriza, é consabido, “pela mudança de estado efetuada por um sujeito (S_1) qualquer, que afeta um sujeito (S_2) qualquer” por meio de seu fazer (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 389). Ao apresentarem as práticas semióticas como passíveis de análise a partir de uma visada narrativa, Greimas e Courtés (2011) evocam a ideia de que, subjacente a uma determinada prática semiótica, está a concepção espetacular de sintaxe (BARROS, 2011), concernente a esse espetáculo do agir do homem no e sobre o mundo em que vive.

Se, consoante Barros (2011, p. 16), “para entender a organização narrativa de um texto, é preciso (...) descrever o espetáculo, determinar seus participantes e o papel que representam”, para entender a organização narrativa de uma prática semiótica, opera-se de modo semelhante, pois a semiótica discursiva concebe tais práticas como texto, como já mencionado previamente. Se considerarmos que, conforme Greimas e Courtés (2011, p. 503), “a análise pressupõe sempre a escolha de um nível de pertinência e não procura reconhecer senão determinado tipo de relações”, excluindo outras que se poderia, de mesmo modo, determinar, compreende-se facilmente que uma dada prática social pode ser esmiuçada e, conseqüentemente, melhor compreendida se abordada conforme uma concepção de texto segundo a qual este “se constitui apenas de elementos semióticos conformes ao projeto teórico da descrição”. Perceba-se que tal posicionamento teórico-metodológico traz em si a postura saussureana consoante a qual “o ponto de vista cria o objeto” (SAUSSURE, 2006, p. 15), o que, pensamos, reforça a qualidade

científica da proposta semiótica de análise das práticas, por dar a seu projeto de descrição a mesma orientação metodológica que Saussure deu a sua conceituação do que sejam Linguística e seu objeto de análise. Ao compreendermos as práticas semióticas como textos que podem ser analisados a partir de distintos níveis de pertinência com o fito de neles encontrarmos as relações que ensejam a significação, colocamo-nos “primeiramente no terreno da língua” e tomamo-la “como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 2006, p. 16-17).

Na esteira de tais concepções, propõe Fontanille (2008b, p. 20) uma “estruturação do mundo da expressão semiótica em seis planos de imanência e de pertinência diversos”, segundo a qual pode-se proceder a uma descrição da estrutura semiótica das culturas, pois as significações culturais exprimem-se nos diversos níveis ali apontados. Tais níveis são, em hierarquia ascendente, signos, textos-enunciados, objetos, cenas predicativas, estratégias e formas de vida, conforme mostra o quadro abaixo:

Figura 7 – Níveis de pertinência

TIPO DE EXPERIÊNCIA	INSTÂNCIAS FORMAIS	INSTÂNCIAS MATERIAIS
(1) Figuratividade	<i>Figuras-signos</i>	Propriedades sensíveis e materiais das figuras
(2) Interpretação	<i>Textos-enunciados</i>	Propriedades sensíveis e materiais dos textos
(3) Corporeidade	<i>Objetos</i>	Propriedades sensíveis e materiais dos objetos
(4) Prática	<i>Cenas predicativas</i>	Propriedades sensíveis e materiais das cenas
(5) Conjuntura	<i>Estratégias</i>	Propriedades sensíveis e materiais das estratégias
(6) Ethos e comportamento	<i>Formas de vida</i>	Propriedades sensíveis e materiais das formas de vida

Fonte: FONTANILLE, 2008b, p. 20.

Relacionando sua proposta com a semiótica das culturas de Lotman (1996), Fontanille (2008b) ensina-nos que uma abordagem extensiva da cultura permite especificar os elementos e os níveis pertinentes que a compõem, como textos, formas de vida coletivas ou individuais, signos e estratégias. Ora, tal abordagem, há de se convir, confere ao semioticista a possibilidade de apontar uma identidade para a cultura analisada, pois é nela que os elementos mencionados têm lugar e uso. Além disso, é a prática cultural que integra esses elementos (e ainda outros não citados), estabelecendo entre eles as relações que permitem fundar a semiosfera.

Como exemplo de prática semiótica que concretiza a integração entre os elementos e os diferentes níveis de pertinência, Fontanille (2008b) recorre à correspondência postal, na qual textos e objetos, como envelopes e selos, tomam parte numa estrutura de enunciação que, por um lado, expressa a relação enunciativa pressuposta e, por outro, serve de orientação para os intermediários postais. O estado do envelope, por exemplo, informa se a prática está ativa, ou seja, se está sendo executada conforme a respectiva convenção cultural, segundo a qual somente o destinatário pode abrir a correspondência, se foi transgredida ou, ainda, se uma terceira prática semiótica interpôs-se, a saber, a prática que permitiria a algum dos receptores intermediários abrir o envelope. Como se vê, o que dá sentido aos textos produzidos em função das práticas mencionadas e aos objetos nelas empregados diz respeito, precisamente, às práticas semióticas em si. Os elementos textuais, na perspectiva fontanilleana, “aparecem no nível textual sob a forma de propriedades materiais acessórias e só têm sentido no nível superior, o das práticas” (FONTANILLE, 2008b, p. 22). Os objetos, por seu turno, “são estruturas materiais, dotadas de uma morfologia, de uma funcionalidade e de uma forma exterior identificável, cujo conjunto é destinado a um uso ou a uma prática mais ou menos especializada” (FONTANILLE, 2005, p. 19).

O semioticista francês ressalta que configurar as experiências culturais ou os processos semióticos em “práticas” confere ao semioticista a possibilidade de fazer disso uma semiótica-objeto analisável, pois, como já colocado, permite que as relações fundadoras de sentido concernentes a um nível de pertinência sejam analisadas em detrimento de outras que serão abordadas quando da análise a partir

de um outro nível de pertinência. Se é possível fazer de uma prática uma semiótica-objeto analisável, podem-se, logo, apreender identidades dessa prática, ou seja, desse objeto, da mesma forma como ocorre com a análise de textos. Por um lado, é possível acessar as identidades dos actantes envolvidos e, por outro, ver a prática como constituidora dessas mesmas identidades, dado que é nela e por meio dela que os sujeitos constituem-se.

Naturalmente, a experiência empírica de uma situação semiótica dá-se de modo holístico e não fragmentado em níveis, pois os espectadores potenciais têm acesso apenas ao todo, à estrutura viva significativa inserida num ato enunciativo. A hierarquização a que procede Fontanille (2008b) permite apenas que um olhar analítico seja lançado sobre as situações semióticas a fim de que possamos compreendê-las melhor, tal como ocorre com o percurso gerativo do sentido.

“De fato, cada nível de pertinência está associado a um tipo de experiência que pode ser reconfigurado em constituintes pertinentes de um nível hierarquicamente superior. A experiência perceptiva e sensorial conduz às ‘figuras’, a experiência interpretativa conduz aos ‘textos-enunciados’, a experiência prática conduz às ‘cenas predicativas’, a experiência das conjunturas conduz às ‘estratégias’ etc.” (FONTANILLE, 2008b, p. 27).

Nessa abordagem teórica, conceito relevante é o de cena predicativa, que, em linhas gerais, corresponde à instância formal da prática, ou seja, à estrutura que envolve actantes e objetos no processo de construção de sentido. “A forma das práticas está ligada a sua dimensão predicativa”, isto é, à maneira como os atos de enunciação requerem os papéis actanciais exercidos “pelos próprios textos ou imagens, por seus objetos-suportes, por elementos do ambiente, pelo transeunte, pelo usuário ou pelo observador, tudo o que forma a ‘cena’ típica de uma prática” (FONTANILLE, 2008b, p. 23). Note-se que as práticas, por um lado, conferem sentido aos elementos materiais que as constituem, ao fazerem deles elementos distintivos em sua própria constituição, e, por outro, atuam como elementos constituintes dos níveis hierarquicamente superiores.

Assim, compreende-se quando o professor emérito da Universidade de Limoges afirma que a forma das práticas tem caráter predicativo, mas que seu sentido é estratégico, pois é este que se encadeia com outros sentidos, seja contratualmente, seja polemicamente. É a estratégia, afinal, que permite promover, no processo de

construção do sentido, um ajustamento entre as distintas práticas semióticas, regida que é, como nos ensina Landowski (2014), por um modelo narrativo guiado pela lógica da intencionalidade. Se recorrermos a Greimas e Courtés (2011, p. 182), vemos que uma das concepções possíveis, em semiótica, para estratégia diz respeito à “manipulação propriamente dita (isto é, o exercício do ‘fazer-fazer’ que conduz os antissujeitos a construírem e a realizarem os programas narrativos queridos na realidade pelos sujeitos)”. A estratégia, do ponto de vista semiótico tradicional, concerne, portanto, à mobilização e ao funcionamento dos percursos narrativos. Ora, se abordamos aqui as práticas a partir de uma visada narrativa, é bastante apropriado concebermos a estratégia dessa forma, pois é no exercício de fazer o Outro fazer que o enunciador lançará mão, via estratégia, do ajustamento entre distintas práticas a fim de produzir um dado sentido. É Fontanille (2005) quem nos mostra que a cena predicativa da afixagem, prática que em muito se assemelha à prática das inscrições urbanas feitas a grafite ou *spray*, ajusta-se às demais que estão em seu entorno. Ou seja, as “pequenas cenas”, com seus actantes todos, ajustam-se umas às outras em suas zonas de interseção, isto é, nos ambientes em que transmutam os constituintes de uma prática a favor da composição do sentido dentro de outra prática a partir daqueles mesmos constituintes. É assim que actantes distintos, de natureza sintática, portanto, são assumidos pelos mesmos atores, conferindo a eles novo sentido, dado que atores são da alçada da semântica (GREIMAS, 2014).

Pensando ainda apenas na cena predicativa da afixagem, é possível afirmar que há nela muitas predicacões subjacentes e, por conseguinte, atos de enunciação que fundam justamente essa inter-relação entre distintos papéis actanciais. Como assevera Fontanille (2005), o cartaz ou mesmo alguns de seus elementos, o suporte, elementos do ambiente em que o cartaz é colocado, o sujeito que tem acesso a ele etc. desempenham papéis actanciais. Conforme demonstraremos em nossas análises, um muro sobre o qual é feita uma pichação determina tanto seu sentido quanto o próprio texto-enunciado, isto é, quanto o que está ali grafado verbalmente.

O que, em termos estratégicos ocorre, é “o deslocamento figurativo e temático, espacial e temporal (notadamente a *dêixis*), assim como todas as restrições (modais e isotópicas) extraídas do entorno” (FONTANILLE, 2005, p. 40). Ora, se falamos em dêixis, falamos em enunciação. É o enunciador quem mobilizará os

distintos elementos que compõem uma cena predicativa para enunciar, ou seja, para posicionar-se, dizer-se. Ele é que, no ato enunciativo, lançará mão, estrategicamente, dos recursos disponíveis para enunciar e, assim fazendo, estruturar o mundo circundante em categorias de pessoa, tempo e espaço. É preciso lembrar que, conforme o semioticista francês, inclusive o tempo pode desempenhar um papel actancial, pois é o enunciador quem conjuga cenas específicas, seja por confronto, seja por reforço, em qualquer lugar ou espaço de tempo. A título de exemplificação, imaginemos um cartaz cujo objetivo comunicativo é informar sobre a ocorrência de alguma palestra. Naquela situação comunicativa, a maneira como esse cartaz alinha-se ao tempo da enunciação, digamos, é uma. Suponhamos agora que o mesmo cartaz foi guardado por alguém que o tenha considerado interessante e afixado, por exemplo, sobre a parede da sua sala de estar. Dentro dessa situação semiótica, o cartaz adquire novo sentido e um dos actantes responsáveis por operar essa mudança é o tempo. Dado que o tempo do enunciado é já passado e o tempo da enunciação é sempre o *agora*, o que se tem é um novo dizer construído a partir desse agora.

Da mesma forma, é possível falar, por exemplo, que um dispositivo topológico assume, numa determinada prática, um dado papel e, em outra, outro papel. As cenas predicativas ajustam-se, assim, umas às outras e a todos os elementos de ordem topológica e figurativa que as circundam. Como exemplo de que dispositivos topológicos atuam sobre o sentido construído e a identidade que se constrói para o enunciador de uma dada inscrição, basta considerarmos as pichações feitas em locais muito altos, como já comentamos. Quanto mais alto for o local em que um inscitor consegue fazer sua pichação, mais fama ele alcançará em virtude disso. Assim sendo, compreende-se quando Fontanille (2005, p. 40) afirma que “a afixagem, com efeito, não é apenas a escolha de um cartaz e de sua colocação”, mas “antes de tudo a concepção e a programação de uma *campanha* de afixagem”¹⁸. Em outros termos, a quantidade de cartazes, a determinação do local de afixagem, bem como da frequência com que serão vistos pelos transeuntes, o diálogo que esses cartazes farão com outros textos eventualmente afixados próximos deles, entre outros fatores, entram como fatores determinantes de sua elaboração e, conseqüentemente, do sentido que nele é construído. Ampliando a abrangência dessa consideração, o

18 Grifo do autor.

mesmo pode ser afirmado a respeito dos demais tipos de inscrição, pois é a dimensão estratégica que coordena os elementos mencionados e as cenas específicas que se encontram presentes.

Faz-se necessário mencionar ainda que as relações que se estabelecem entre os diferentes papéis assumidos pelos actantes é de natureza essencialmente modal. Ora, é “a armadura modal das interações”, nos termos de Fontanille (2005, p. 39), “o eixo organizador das situações semióticas”, pois, do ponto de vista da semiótica greimasiana, a modalidade constitui, tanto no que diz respeito à enunciação quanto aos enunciados, o sustentáculo do discurso (BERTRAND, 2003). É o contrato estabelecido entre enunciador e enunciatário ou, de modo mais geral, entre sujeitos que constitui o fazer modalizador do crer, do querer, do saber e do fazer. Além disso, a modalidade define o próprio estatuto do actante, como já colocado, de modo que sua estrutura pode ser abordada paradigmática e sintagmaticamente, isto é, “um sujeito pode concomitantemente querer fazer, poder fazer e dever não fazer” e, além disso, sua condição de actante altera-se ao longo do discurso” (BERTRAND, 2003, p. 422-423), quando estão sintagmaticamente organizadas as modalidades todas que lhe dizem respeito.

Voltando, porém, ao conceito de cena prática, cabe agora, após o exposto, evocarmos o acréscimo feito por Fontanille (2008b, p. 29), a saber, o da “dimensão do espaço tridimensional de uma cena”, que corresponde a “estruturas espaciais e temporais independentes do texto e do objeto que acolhem, localizam e modalizam as interações entre os participantes da prática”. Noutras palavras, referimo-nos aqui à disposição espacial conferida a um texto, por exemplo, e o efeito semiótico dessa disposição sobre a composição da significação. Ou, ainda, fazemos referência aos aspectos topológicos e cronológicos de um dado objeto que acolhe um determinado texto, como, em nossa pesquisa, a porta de um banheiro e a mensagem que ali é inscrita. Para compreender de modo minucioso tanto o texto como a prática semiótica em que ele é produzido, há que se considerar o papel actancial desempenhado pela porta do toalete, bem como averiguar uma possível ordenação de perguntas e respostas ali presentes, por exemplo, porque tais aspectos, entre outras coisas, podem revelar a articulação das estratégias.

Atrelado ao conceito de cena predicativa ou cena prática está o conceito de situação semiótica, que Fontanille (2005, p. 24) define como “uma configuração

heterogênea que comporta todos os elementos necessários à produção e à interpretação da significação de uma interação comunicativa”. Ora, é impossível não relacionar tal conceituação à definição de prática semiótica fornecida por Greimas e Courtés (2011). Se, em Fontanille (2005), encontramos elementos – que, vale dizer, evocam os mais diversos canais sensoriais – estruturados como fúntivos de uma estrutura enunciativa, nos autores do *Dicionário de semiótica*, encontramos a ideia de processos de significação estruturando o que chamamos de mundo natural, seja pela via da enunciação, seja pela via da recepção daquilo que é enunciado. Em ambas as concepções, pode-se afirmar, lida-se com elementos significantes situados muito aquém e além dos signos e dos textos-enunciados. Entram em consideração, por conseguinte, componentes de ordem sensorial e matérica. Fontanille (2005) chama a atenção para a importância das propriedades sensíveis e materiais ao lembrar-nos de que esses aspectos, quando apresentam constância e estabilidade, constituem aquilo que chamamos de estética ou estilo, pois, conforme seu raciocínio, têm o poder de influenciar diretamente o conteúdo daquilo de que são significantes. Em outros termos, quando integram o texto-enunciado, ou seja, quando são analisados como elementos constituintes de um texto-enunciado, tornam-se pertinentes de um ponto de vista semiótico, porque são eles que instauram nuances diferentes de sentido ou, de modo mais geral, significações distintas. Evidentemente, “a partir do primeiro nível de experiência, todas as propriedades materiais e sensíveis já estão presentes, todas juntas, em um conglomerado que corresponde à matéria de expressão” (FONTANILLE, 2005, p. 32). Fala-se, conforme a perspectiva fontanilleana, em substância da expressão quando as instâncias materiais são associadas às formais. “Globalmente, o percurso de constituição do plano de expressão pressupõe a matéria de expressão da qual se extrai, em cada nível, uma *forma* e uma *substância*” (FONTANILLE, 2005, p. 32).

Tal postura metodológica considera as propriedades espaço-temporais autonomamente, ou seja, aborda-as como constituintes da significação que são. Ressaltemos, em consonância com Fontanille (2008a), o valor heurístico dos objetos e suportes inseridos numa dada prática semiótica, bem como a contribuição de sentido que dão à própria prática, às estratégias nela envolvidas e às formas de vida a ela relacionadas. Para o semioticista francês, objetos são estruturas materiais tridimensionais, dotadas de uma morfologia, de uma funcionalidade e de uma forma

exterior identificável, cuja totalidade é destinada a um uso ou a uma determinada prática mais ou menos especializada (FONTANILLE, 2008a). Dessa forma, tais objetos estão intimamente relacionados aos textos-enunciados porque servem-lhe de suporte, o qual, por sua vez, conforme Fontanille (2008), possui o estatuto fenomenal de corpo-objeto e atua diretamente sobre a composição da significação, isto é, compõe com os respectivos textos-enunciados o conjunto significante. Ademais, o suporte ainda opera, conforme já dito, como um dos actantes envolvidos na prática semiótica em que é utilizado.

Essa composição multimodal e heterogênea é resolvida, conforme Fontanille (2008 e 2005), pela enunciação, pois é no ato enunciativo que os integrantes todos que o enunciador mobilizou para compor seu dizer estão. Ali, evidentemente, não há as distinções entre níveis que se apresentam apenas na análise, mas exclusivamente as interações sintagmáticas operando o jogo que constitui as práticas semióticas. Como nos diz Fontanille (2008), é na enunciação que os atores chegam a um corpo e uma identidade, porque, entre outras razões, o tempo e o espaço da enunciação permitem que ancorem deitivamente o que enunciam e os atos enunciativos em si são figurativizados na forma da expressão composta pelos próprios objetos de inscrição utilizados.

Fontanille (2008, p. 50-51)¹⁹, para exemplificar o que chamou de resolução de heterogeneidades, vale-se do exemplo dos pictogramas que vêm nas etiquetas de roupas, os quais só podem ser compreendidos dentro da cena predicativa que os insere, porque seu texto-enunciado existe apenas em função de uma prática, a saber, a da lavagem de roupas.

A “cena” predicativa dessa prática engloba, então, vários papéis pertencentes a vários modos de expressão semióticos diferentes: o pictograma exprime ao mesmo tempo o predicado (lavagem) e uma circunstância do processo (40°) que se aplica de fato a um adjuvante (o calor); o objeto-suporte – a roupa –,

19 La “scène” prédictive de cette pratique englobe alors plusieurs rôles appartenant à plusieurs modes d’expression sémiotiques différents: le pictogramme exprime à la fois le prédicat (lavage) et un circonstant du procès (40°) qui s’applique en fait à un adjuvante (la chaleur); l’objet-support – le vêtement –, correspond à l’actant objet du procès; l’usager observateur – qui n’est pas obligatoirement l’usager du vêtement – joue le rôle de l’actant sujet (opérateur); il faudrait en outre ajouter un rôle d’énonciation, le “prescripteur”, qui reste impersonnel et seulement présupposé, mais qui se manifeste à travers l’accrochage de l’étiquette (l’objet-support de l’inscription) sur le vêtement (l’objet matériel implique dans la pratique). Tradução livre de Cecília Menezes.

correspondente ao actante objeto do processo; o usuário observador – que não é obrigatoriamente o usuário da roupa – desempenha um papel de actante sujeito (operador); seria necessário, além disso, adicionar um papel de enunciação, o “prescritor”, que permanece impessoal e somente pressuposto, mas que se manifesta através da colocação da etiqueta (o objeto-suporte da inscrição) na roupa (o objeto material implicado na prática).

Considere-se, quanto a isso, o que segue: a etiqueta em si apresenta o que se entende por semiótica planar e gráfica; a roupa constitui um objeto tridimensional e corporal; o usuário pertence às práticas cotidianas; e o prescritor, por fim, concerne às normas e prescrições técnicas. Todos esses elementos são, portanto, pertencentes a sistemas semióticos distintos que se articulam na mesma prática semiótica dentro de uma cena predicativa constituída por um enunciador e pelos actantes que dela participam. É, por conseguinte, na enunciação que toda a heterogeneidade que compõe os objetos que aqui analisamos se resolve, ou seja, é harmonicamente organizada, de modo a compor um sentido.

Se, conforme Bertrand (2003, p. 96), ponderarmos que o ato enunciativo pode ser compreendido também pela via da narrativização, como já mencionamos anteriormente, compreendemos que a intencionalidade do sujeito enunciador pode ser resgatada numa análise semiótica tal como a “intencionalidade de uma personagem da narrativa se lê (...) seguindo de trás para frente as transformações dos estados de coisas que ela provocou”. Assim, é na forma como são organizadas as formas de vida, as estratégias, as cenas práticas, os objetos, os textos-enunciados e os signos que a intencionalidade do ato comunicativo é recuperada e, conseqüentemente, a identidade do sujeito enunciador, uma vez que é a forma dada a todos aqueles constituintes, em seu estado de substância ainda, que revela a transformação dos estados de coisas pretendida, conforme demonstraremos em nossas análises.

Podemos aqui fazer um paralelo entre a proposta de Fontanille (2005) e a de Teixeira (2009), dado que ambas propõem-se a conceber a estratégia global de comunicação como elemento organizador dos enunciados produzidos. Conforme já dissemos anteriormente quando apresentamos a proposta de Teixeira (2009), é a estratégia enunciativa que organiza as distintas substâncias da expressão numa forma constituidora de sentido, ou seja, é ela que está subjacente a todo o processo

que compõe e estrutura um texto. É a enunciação, portanto, orientada por uma estratégia comunicativa, que resolve a heterogeneidade própria de textos sincréticos, como o são as inscrições urbanas.

Consideremos, a título de exemplificação, o suporte porta de banheiro e o papel que desempenha na prática semiótica que aqui analisamos. Em um dos banheiros femininos do CH 1, encontra-se a seguinte troca conversacional aqui reproduzida e, mais adiante, apresentada em fotos:

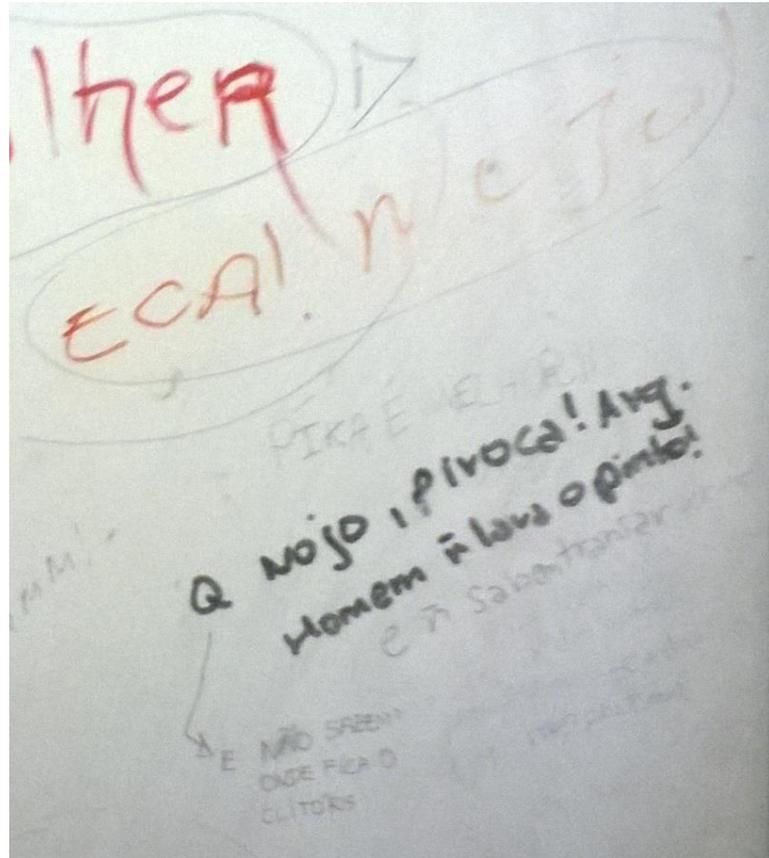
- E1: “Eu gosto mesmo é de mulher.”;
- E2: “ECA! NOJO”;
- E3: “PIKA É MELHOR (sic)”;
- E4: “Q nojo, piroca! Arg. Homem ã lava o pinto! (sic)”;
- E5: “e ã sabem transar (sic)”;
- E6: “E NÃO SABEM ONDE FICA O CLITÓRIS. (sic)”

Figura 8 – Inscrição em porta de banheiro feminino 1



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Figura 9 – Inscrição em porta de banheiro feminino 2.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

No caso dessas inscrições, o suporte é determinante para a ocorrência delas próprias. Por um lado, seu caráter privado é que o permite que, numa mesma conversa, pois as diversas inscrições equivalem a trocas conversacionais de turno, as preferências sexuais de seis mulheres, que, muito provavelmente, desconhecem uma a outra, venham à tona. O suporte equipara-se, digamos, ao envelope de uma correspondência, para recorrermos ao exemplo de Fontanille (2008). Se o invólucro assegura a privacidade do conteúdo daquilo que foi escrito, a porta do banheiro, enquanto suporte, garante a privacidade das distintas enunciatóricas. Se, ainda estabelecendo a comparação entre esses suportes e suas respectivas práticas, um envelope selado permite que apenas o verdadeiro destinatário tenha acesso a seu conteúdo ou, em casos específicos, apenas funcionários de agência postal, a porta de um banheiro feminino de uso coletivo permite que apenas mulheres tomem parte naquela discussão e, mais ainda, que suas identidades sejam mantidas em sigilo, dado que o ambiente em questão só pode ser usado individualmente. Ou seja, na prática das inscrições no *campus*, o objeto-suporte porta de banheiro desempenha

uma funcionalidade muito específica e até imprescindível para a boa consecução da prática em análise. Além de meramente comportar os textos-enunciados, é por meio desse objeto-suporte que a interação enunciativa entre os parceiros de comunicação é possível. É ali que o enunciatário de um dado texto-enunciado inscreve-se como enunciador, isto é, é ali que ele manipula o objeto-suporte com qualquer objeto que permita grafar mensagens na porta e, assim fazendo, inscreve-se e constrói sua identidade.

É evidente que há inscrições outras que não dialogam entre si, figurando ali como mensagens soltas, mas, com frequência, conversações, por assim dizer, são estabelecidas. Para isso, é fundamental o papel actancial desempenhado pela porta e pelo dispositivo utilizado para grafar. Pelas imagens reproduzidas acima, vê-se que pincéis de quadro branco e lápis são os mais frequentemente utilizados.

Voltando a considerar, de modo abrangente, o conceito de prática semiótica, citamos Fontanille (2006, p. 191 *apud* PORTELA, 2008, p. 105):

“Uma prática é constituída em sua superfície por um conjunto de atos, cuja significação raramente é conhecida de antemão, e que se constrói ‘em tempo real’ por adaptações desses atos em relação uns aos outros. Ela se define também por sua temática principal, que fornece o “predicado” central da prática, ao redor do qual se organiza um dispositivo actancial que compreende um operador, um objetivo e, sobretudo, outras práticas com as quais a prática de base interage.”

Da definição apresentada acima, ressaltamos o caráter vivo da prática no que tange à constituição de seu sentido. Ela é construída “em tempo real” em virtude de seus constituintes serem atualizados e, por conseguinte, dotados de sentido a cada vez que os papéis dos actantes próprios daquela prática são desempenhados, exatamente porque é isto que funda sua significação. No que tange à prática das inscrições urbanas, pode-se dizer, então, que, sempre que o papel de enunciatário é novamente desempenhado, ela é (re)constituída.

Dito isto, é preciso salientar agora a relevância da noção semiótica de “predicado” para a compreensão de prática. Se concebemos, conforme Greimas e Courtés (2011, p. 382), “o predicado como a relação constitutiva do enunciado, isto é, como uma função, cujos termos-resultantes são os actantes”, é possível, então, lançar sobre qualquer prática semiótica um olhar estruturalista que nos permita ver como

estão arranjados os sujeitos a ela ligados. A isto equivale narrativizar o que, em termos tradicionais, não é texto, dado que não é (exclusivamente) verbal, como não o é nenhuma prática. Trabalhamos aqui, portanto, com base em Leite (2017, p. 52), com uma concepção de narratividade *lato sensu*, ou seja, compreendemo-la “como *metaesquema* que exerce a importante função de atividade de transposição do sentido em diferentes níveis metassemióticos”. Esse posicionamento teórico permite-nos manter nossa análise dentro de uma perspectiva eminentemente greimasiana, segundo a qual a narratividade atua como princípio estruturante de todo discurso. Ora, se ela subjaz à constituição de todo e qualquer discurso, subjaz, naturalmente, à produção discursiva concernente à prática semiótica da inscrição urbana, pois, conforme lembra-nos Leite (2017), inscritores e leitores de inscrições são dotados do que Greimas e Courtés (2011) chamam de competência narrativa e de inteligência sintagmática. Ambos estruturam, por conseguinte, sua produção discursiva a partir desse saber fazer discursivo que, segundo Leite (2017), atua como um esquema central que orienta o ato mesmo de comunicação. Esse ato, sabemos, pressupõe a existência de figuras actanciais, como as de uma narrativa, e as estruturas que regem as relações entre actantes de um enunciado são as mesmas que regem as relações entre actantes do ato enunciativo.

Algum leitor poderia argumentar que, adotando tal posicionamento, desviamo-nos da proposta de Fontanille (2008b). Desfazemo-nos desse possível contra-argumento convidando nosso leitor a ponderar conosco sobre os conceitos de cena predicativa, estratégias e formas de vida, propostos pelo autor mencionado.

Ao definir práticas, Fontanille (2008a) caracteriza-as como processos restritos a cenas, ou seja, como expressões de um dado conteúdo apreendidas no instante mesmo em que se dão e que assumem uma determinada forma enquanto cena. Trata-se, portanto, de um processo **encenado**, termo que evoca, de imediato, uma visualização teatral das práticas semióticas. Assim, não é difícil pensar nos componentes da prática como atores ou actantes de uma narrativa. Além disso, Fontanille (2008a) afirma ainda que esse processo encenado só é válido se assumir uma função semiótica com uma estrutura predicativa, de modo que, no tocante ao conteúdo, o que caracterizaria as práticas seria a existência de um núcleo predicativo em torno do qual a cena se organizaria. Ora, se falamos em predicação, falamos em sujeitos em relação com objetos e em diferentes modos de ser dos objetos ou de seres

animados (DUBOIS et alli, 2014). Numa prática, os sujeitos e objetos em relação, isto é, os elementos que desempenham os papéis actanciais dentro de uma cena, são, como já se disse, os próprios textos, o suporte, o meio em que a prática se dá e os usuários daquela prática. A prática consiste, então, nas relações actanciais, modais e passionais entre esses diferentes elementos que, de tão integradas que estão, são percebidas por aqueles que delas participam como um todo, **estrategicamente** composto para se chegar a um sentido específico. Tal como se dá no ato comunicativo eminentemente linguístico, que não requer a identificação, por exemplo, de morfemas pontuais ou classes gramaticais para a efetiva comunicação, no ato comunicativo via prática semiótica, o que é percebido diz respeito à integração de constituintes. Não é, por conseguinte, a identificação de um material ou suporte que permitirá ao leitor de uma inscrição chegar à forma de vida subjacente a ela, mas a apreensão do sentido que cada elemento constrói.

Ora, se, consoante Fontanille (2008a), é possível falar que as práticas semióticas são arranjadas estrategicamente, geridas de modo que construam uma significação específica, sabe-se que o estrategista por trás disso é seu enunciador. Mais ainda, sabe-se que o *ethos* que a partir dali é experienciado pelos envolvidos na prática aponta, naturalmente, para a forma de vida daquele que a põe em funcionamento. Se, como Fontanille (2008) postula, tais recursos permitem-nos analisar culturas, permitem-no pela via da narrativização. Entre outras razões, porque, quando se fala em *ethos*, já é retomada de pronto a noção de uma personagem e de papéis que o locutor pode assumir numa cena de enunciação, conforme nos ensinam Charaudeau e Maingueneau (2008). Dessa forma, se é com esses termos que Fontanille (2008a) trabalha, pensamos ser plausível afirmar que não se pode prescindir da concepção de narratividade como metaesquema que perpassa toda e qualquer prática semiótica.

Pensar a narratividade “como um modelo geral de interação ou, mais ainda, de produção do sentido via significação” (LEITE, 2017, p. 54) permite-nos compreender, por exemplo, como são articuladas as diversas linguagens que compõem textos sincréticos sob uma determinada intenção comunicativa. Noutros termos, possibilita que possamos analisar como um determinado sujeito manipula os constituintes textuais para produzir sentido para um outro sujeito e, além disso, como

este último pode atribuir sentido ao texto em questão e, assim, posicionar-se frente à manipulação pretendida.

Fontanille (2008a) ensina-nos, como colocado acima, que a temática principal de uma prática fornece seu “predicado” central e isso nos revela os dispositivos actanciais em jogo, bem como as relações que ela estabelece com outras práticas. Quer parecer-nos que tal procedimento analítico equivale a nada menos que uma *debreagem* enunciativa. Esta, por seu turno, permitir-nos-á tratar dos actantes da prática como sujeitos de um enunciado para, assim, conhecemo-la, dado que “conhecer é uma *debreagem*”²⁰.

Portela (2008, p. 105), corroborando o que vimos afirmando até aqui, assevera que “a cena predicativa estabiliza o sentido da significação valendo-se de uma narrativização da situação semiótica, que faz as vezes de ‘contexto’ do texto prático”. O autor afirma ainda que a situação semiótica faz o papel, por assim dizer, de “contexto” – entre aspas porque a semiótica discursiva não trabalha com essa noção – em razão de ela ser “uma configuração heterogênea que reúne todos os elementos necessários à produção e à interpretação da significação de uma interação comunicativa” (FONTANILLE, 2008a)²¹. Contudo, embora seja possível proceder a uma aproximação entre os dois conceitos, o semioticista francês ressalta que uma situação semiótica não equivale ao contexto, mas é outro tipo de conjunto significativo além do texto, ou seja, outro nível de pertinência – analisável em virtude da narrativização que vimos esclarecendo. Exploreemos um pouco mais, para fins de esclarecimento, como Fontanille (2008a) concebe situação semiótica. Para esse autor, experimentar uma situação semiótica, o que, é evidente, corresponde a tomar parte em práticas significantes, pode ser compreendido, consoante Fontanille (2008a), de duas formas:

20 A afirmação entre aspas foi feita em uma das reuniões do Grupo de Estudos Semióticos da Universidade Federal do Ceará (SEMIOCE) por um dos professores orientadores do grupo, Dr. José Américo Saraiva e Dr. Ricardo Lopes Leite. Desconhecemos o ano.

21 Une situation sémiotique est une configuration hétérogène qui rassemble tous les éléments nécessaires à la production et à l’interprétation de la signification d’une interaction communicative.” (FONTANILLE, 2008a, p. 25, tradução livre).

- (i) seja como a experiência de uma interação com um texto, através dos seus suportes materiais, o que entendemos, de modo geral, por “comunicação”, com um ou vários objetos, organizada em torno de uma *prática*;
- (ii) seja como experiência de ajustamento entre várias interações paralelas entre várias práticas, complementares ou concorrentes. Isto chama-se, na semiótica contemporânea, de situação-conjuntura e reúne o conjunto de práticas e de circunstâncias pertinentes.

Dado que, conforme Fontanille (2008a), a noção de situação não pode ser objeto de uma análise contínua, ela é substituída em seus trabalhos por dois níveis de pertinência distintos, a saber, o de cenas práticas e o de estratégias. A experiência semiótica sobre a qual se baseia o nível de pertinência das práticas é aquela que resume a expressão “em ato”: “enunciação em ato”, “semiose em ato”, “significação em ato” remetem, em geral, a uma concepção da significação que é vista, nos termos do semioticista francês, como dinâmica e que se interessa mais pelos processos de construção e de emergência da significação do que pelos seus resultados. Segundo ele, a significação “em ato” só pode ser apreendida e abordada no nível das práticas, não no nível dos textos-enunciados propriamente ditos, embora, como já colocado, só seja possível alcançá-las pela via da narrativização, o que equivale a tratá-las como textos-enunciados, pelas razões já expostas.

Seguindo, assim, essa linha teórica, Fontanille (2008a) concentra-se na abordagem das práticas semióticas que descreve como processos abertos circunscritos a uma cena, como já expusemos. Dentro dessa perspectiva, compreende-se que ele chame a atenção para o fato de que as práticas podem ser consideradas como processos abertos em razão de corresponderem a um domínio de expressão apreendido no movimento mesmo de sua transformação, “em ato”, portanto, mas que toma forma enquanto cena. Como dito anteriormente, esse processo encenado só é “pertinente” se ele assume uma função semiótica com um estrutura predicativa. Em consequência, no que tange ao conteúdo, as práticas se caracterizam pela existência de um núcleo predicativo, uma cena sendo organizada ao redor de um “ato”. Essa cena, por sua vez, se compõe de um ou mais processos, circunscritos pelos próprios actantes ao macropredicado da prática.

Os papéis actanciais próprios desse macropredicado podem ser desempenhados, então, por textos e imagens inerentes à prática em si, pelo suporte,

por elementos do meio, pelo usuário ou pelo observador, entre outros. A cena da prática consiste, assim, em relações entre diferentes papéis actanciais, relações modais e passionais, essencialmente. Dessa forma, se, no exemplo fontanilleano, o opinel configura-se como um objeto destinado a um certo uso que desempenhará um papel actancial no âmbito de uma prática técnica, correspondente, por sua vez, a uma ação, pelo operador, sobre um segmento do mundo natural, os pincéis, os lápis e tintas utilizados para produzir inscrições sobre os muros da universidade ou as portas de banheiro desempenham um papel actancial no âmbito de uma prática urbana que, por vezes, é também artística, mas que, tenha pretensões estéticas ou não, permite que sujeitos apresentem-se discursiva e anonimamente a um grande número de enunciatários. Tal como o opinel e seu usuário são associados um ao outro em razão da cena predicativa em que se encontram e dentro da qual não existem um sem o outro, as diversas possibilidades de grafar sobre os suportes encontrados nos espaços da universidade estão associadas ou à própria prática da inscrição urbana, como o spray ou o lambe-lambe, ou a práticas paralelas, no caso de esses objetos serem lápis, canetas ou pincéis de quadro branco, o que nos leva para um ajustamento estratégico entre práticas.

Considerando, então, a prática como um nível de pertinência, Fontanille (2008a) afirma que ele é constituído por sua forma sintagmática, que acolhe conjunta e congruentemente signos, textos, objetos e atores, envolvendo todos na cena predicativa, bem como pelas estratégias que acomodam objetivos, consequências, atores e outras práticas em torno da produção de sentido numa prática específica.

A estratégia, por seu turno, constitui, para Fontanille (2008a), outro nível de imanência ou pertinência e pode ser compreendida como o elemento que gerencia a acomodação, no espaço e no tempo, de uma dada cena prática a outras cenas e práticas, concomitantes ou não. Ela funciona, logo, como um princípio de composição sintagmática das práticas, a orientar, naturalmente, a forma que elas tomarão no ato enunciativo. A estratégia é responsável, então, por um ajustamento entre cenas, reunindo práticas para fazer delas novos conjuntos significantes, mais ou menos previsíveis, tais como usos sociais e ritos, por exemplo. Para ilustrarmos tais conceitos com nosso *corpus*, pensemos nas paredes da universidade que, a princípio, não têm em si quaisquer propriedades de expressão, mas cumprem o propósito de reservarem, digamos, um espaço para ensino ou trânsito de alunos. Quando tais

ambientes são revertidos em dispositivos de expressão cuja solidez material garante relativa resistência no tempo e no espaço às inscrições ali feitas, tem-se um ajustamento entre práticas semióticas. Ao mesmo tempo, tal solidez, proporcionada pelo material utilizado ou pelo suporte, é um fator de triagem. Se pensarmos nas inscrições feitas nos banheiros coletivos, vemos com clareza como tais constituintes, inseridos nessa cena prática, operam, via triagem, uma seleção dos actantes que terão acesso à prática em si. Noutros termos, podemos dizer que o banheiro tria o destinatário do texto ali inscrito, pois, como diz Fontanille (2008), a materialidade do objeto delimita ou modaliza as práticas possíveis e os actantes que dela participam, uma vez que impõe uma praxeologia específica para a realização dos atos enunciativos. É impossível não recorrermos aqui ao estudo de Floch (1990) sobre os usuários do metrô parisiense, no qual aponta “zonas críticas” dos possíveis percursos que os utilizadores do metrô podem fazer. Tais zonas são discontinuidades no espaço que, conforme o autor, podem ser caracterizadas como 1) “objetos-lugares”, dado que correspondem a espaços determinados dentro de uma estação, como escadas, plataformas de embarque ou desembarque e vagões, entre outros, 2) objetos específicos, como portões, e 3) “objetos-máquinas”, como autômatos. Floch (1990) afirma que os objetos abrigados nessas zonas críticas nada mais são que suportes para as inscrições de todos os tipos. Com base nessa aproximação, podemos dizer que os ambientes para os quais nos voltamos nesta pesquisa equivalem a zonas críticas, nas quais tem lugar uma reelaboração de práticas, ou seja, nas quais cenas práticas diferentes concorrem uma com a outra. É a estratégia, então, que operará a articulação sintagmática entre as práticas concorrentes, controlando a compatibilidade e a incompatibilidade entre as semióticas-objetos dos níveis inferiores.

Tomando em consideração, portanto, a cena predicativa de uso do banheiro, sabemos que ela é dotada do processo específico de salvaguardar a privacidade necessária para seu uso e a porta, ali, remete a uma prática identificável, cumprindo o papel de actante responsável por garantir um ambiente seguro que permita o acesso à intimidade. O inscritor, que, ao mesmo tempo, é usuário do banheiro, vale-se, *estrategicamente*, da privacidade necessária a uma prática para produzir uma dada inscrição de modo sigiloso e anônimo, mobilizado por um não querer ser visto ou não poder ser visto ou não dever ser visto.

Fontanille (2008a) nos informa ainda que não se lida unicamente com uma estratégia ou com uma classe de estratégias, mas com uma classe de *estilos* de estratégias e que estas, como já dito, constituem um nível de pertinência superior, a saber, o das formas de vida. O plano de imanência das estratégias é, portanto, constituído de duas faces:

- i. uma face formal, voltada para a recepção de níveis inferiores e, notadamente, para a gestão e o controle dos processos de acomodações práticas;
- ii. e uma face substancial, voltada para o nível superior que aí será formalizado graças à esquematização estilística e à iconização dos comportamentos em formas de vidas.

O semioticista francês citado chama a atenção para o fato de que a uma determinada prática é atribuída uma temática específica, que, por seu turno, caracteriza-a. É em razão, segundo ele, de traços rítmicos e estilísticos, bem como de isotopias do tipo modal e passional que os conjuntos estratégicos caracterizam tanto um modo de vida em geral como o comportamento próprio de uma prática específica. O que nos leva, então, à caracterização de um estilo estratégico concerne ao tipo figurativo do percurso e à temática que define o lugar de uma certa prática. Esses estilos participam de formas de vida, que subsumem as estratégias e revelam as constantes de uma identidade e de algumas valências a partir das quais os participantes qualificam e valorizam lugares, eventuais itinerários e zonas críticas. Assim, uma forma de vida compreenderá figuras, textos-enunciados e práticas específicas.

Vê-se, então, que os diferentes níveis de pertinência por meio dos quais pode-se analisar uma experiência a partir do ponto de vista da semiótica são convertidos em semióticas-objetos. Cada nível corresponde a um plano de imanência específico e, como já mencionado anteriormente, a hierarquia obtida é aquela dos planos de imanência:

Tabela 1 – Níveis de imanência.

Tipo de experiência	Instâncias formais	Interfaces
Figuratividade	Signos ↓	Formantes recorrentes
Coerência e coesão interpretativas	Textos-enunciados ↓	Isotopias figurativas da expressão Dispositivos de enunciação/inscrição
Corporeidade	Objetos ↓	Suporte formal de inscrição Morfologia praxica
Prática	Cenas práticas ↓	Cena predicativa Processo de acomodação
Conjuntura	Estratégias ↓	Gestão estratégica das práticas Iconização de comportamentos estratégicos
<i>Ethos</i>	Formas de vida	Estilos estratégicos

Fonte: Fontanille (2008b, p. 22).

Nessa hierarquia, as práticas ocupam uma posição intermediária, ou seja, podem, por um lado, acolher signos, textos e objetos como componentes das unidades dos níveis inferiores e, por outro, participam da composição dos níveis superiores, que são os níveis das estratégias e das formas de vida. Dedicamo-nos, assim, neste trabalho, à consideração das práticas em virtude da posição central que ocupam na teoria fontanilleana. São elas, para esse autor, que se encontram “a meio caminho entre o [nível de pertinência] dos objetos e o das situações em geral” (FONTANILLE, 2008b, p. 22), isto é, são elas que ocupam uma função integrativa entre os elementos que, ao mesmo tempo, as constituem e que são constituintes de estruturas superiores conforme a hierarquia proposta por Fontanille (2008b).

Isto posto, passemos agora à aplicação dos conceitos apresentados na análise de nosso *corpus*.

5 DAS ANÁLISES

Neste capítulo, apresentamos as análises que nos permitem apontar e discutir a construção das identidades discursivas que se deixam evidenciar em inscrições presentes em dois dos *campi* componentes do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), a saber, *campus* do Centro de Humanidades 1 (CH 1) e *campus* do Centro de Humanidades 3 (CH 3), ambos situados no bairro Benfica.

Valemo-nos, então, de textos inscritos nas paredes dos *campi* e nas partes internas das portas dos banheiros femininos. Naturalmente, não é possível abordar num único trabalho de pesquisa todas as inscrições que se encontram em qualquer um dos *campi* mencionados, o que se deve, por um lado, à enorme quantidade dessas produções e, por outro, ao fato de elas poderem ser produzidas a qualquer momento, o que implicaria um constante e ininterrupto aumento de nosso *corpus*, tornando nossa pesquisa inexecutável.

Ao contrário do que fizemos anteriormente (CABRAL, 2013), quando abordamos a construção da identidade discursiva dos presidentes Dilma Rousseff e José Serra em capas de periódicos nacionais, não procuramos, nesta pesquisa, elucidar a construção de identidades discursivas específicas, isto é, de indivíduos determinados, conhecidos do grande público. Concentramo-nos antes em analisar as construções dos simulacros em si, ou seja, em abordar os processos que erigem identidades discursivas nas inscrições, bem como investigar o modo como a prática semiótica em que ocorre a produção de inscrições urbanas dá lugar ao complexo de identidades em relação umas com as outras. Nosso leitor verá, ao fim do trabalho, que será possível falar em diversidade identitária, isto é, em identidades que se relacionam umas com as outras tanto contratual quanto polemicamente.

Isto dito, informamos ao nosso leitor que as inscrições componentes de nosso *corpus* 1) foram produzidas, em alguns casos, por representantes estudantis responsáveis por Centros ou Diretórios Acadêmicos (CA/DA), de modo que algumas das inscrições situam-se nas paredes de CAs ou DAs; 2) foram produzidas em ambiente totalmente íntimo, quando feitas em banheiros, nos quais não há quaisquer meios de vigilância, de forma que, ali, supostamente, qualquer estudante pode inscrever o que bem desejar e, assim fazendo, inscrever-se; e 3) constituem a face

estética do *campus* para qualquer pessoa que precise transitar por ele, ou seja, para o transeunte, as inscrições compõem a imagem do *campus* e, por extensão, a identidade discursiva daqueles que o fazem.

Segundo Barros (2007), um dos objetivos principais dos estudos em semiótica diz respeito ao “conhecimento discursivo (...) do homem como ser social e cultural” (p. 17). Desta forma, cremos que nossa pesquisa, ao evidenciar as identidades discursivas que se deixam entrever na arte urbana em análise, exporá, conforme o ponto 3) acima, aquilo que pode ser compreendido como uma identidade discursiva do estudante de Ciências Humanas, ou seja, dará a conhecer o ser social e cultural que dá vida a esse ambiente e, paralelamente, vive dele. Perceba-se que as inscrições, como qualquer objeto semiótico, compõem o simulacro de seu enunciador tanto por meio daquilo que ele, eventualmente, diz de si como por meio do que ele diz de outros. Em outros termos, é a instauração de sujeitos nos enunciados por meio dos mecanismos de debreagem e embreagem, entre outros, que permite o reconhecimento de uma identidade tanto dos interlocutores como dos narradores e/ou enunciadores. Como esclarecem Leite e Farias (2017, p. 184), “essas operações colaboram para a construção da identidade discursiva” do enunciador, “mas também dos actantes do enunciado, que passam a ser vistos em função da imagem resultante da estruturação enunciativa de suas falas”, isto é, dos enunciados ou, em nosso caso, das inscrições.

Como demonstraremos adiante, parte considerável de nosso *corpus* constitui-se de inscrições elaboradas em resposta umas às outras, isto é, que dialogam entre si, seja para concordarem com o que anteriormente fora dito, seja para discordarem. Tal fenômeno pode ser constatado, sobretudo, nas inscrições produzidas nas portas de banheiro, embora também esteja presente nos muros do *campus*. Ali, podem ser flagradas verdadeiras trocas de turnos conversacionais, digamos, em que não apenas dois enunciadores podem estar presentes, mas três ou até mais. Como poderá ser visto em breve, um primeiro enunciador manifesta-se a respeito de um determinado tema, que, frequentemente, é considerado tabu, e diversos enunciadores posicionam-se, voluntariamente, quanto a ele. Como exemplo apresentamos a seguinte troca conversacional, por assim dizer, localizada em um dos banheiros femininos do CH 1, transcrita abaixo e reproduzida em fotografias mais adiante:

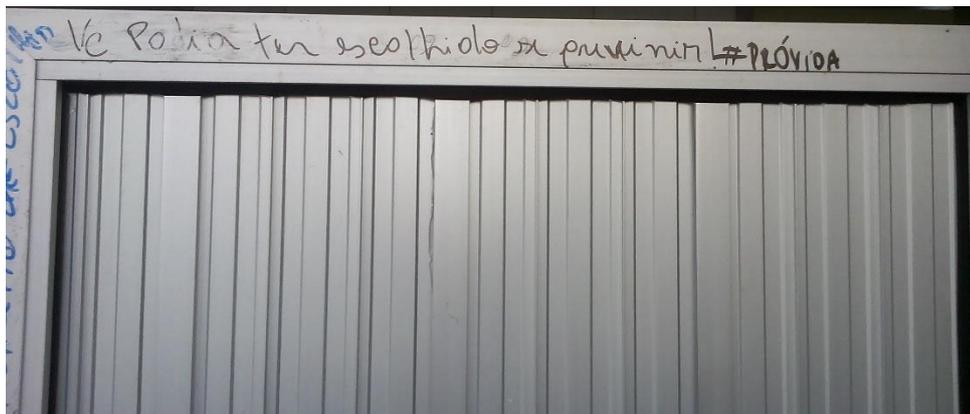
- uma primeira enunciativa (E1) escreveu, com letras maiúsculas, “DIGA NÃO AO ABORTO!”;
- uma segunda (E2) respondeu, misturando letra cursiva com letra de forma, da seguinte forma: “Quero ter o direito de escolher.”;
- uma terceira ainda (E3) posicionou-se, respondendo com letra cursiva: “Vc podia ter escolhido se prevenir (sic)! #PRÓVIDA”.

Figura 10 – Inscrição de E1 e E2 em banheiro feminino do CH 1.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Figura 11 – Inscrição de E3 em banheiro feminino do CH 1.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Perceba-se que, nos exemplos apontados, há, de fato, aquilo que Fontanille (2008a) chama de situação semiótica, ou seja, “uma configuração

heterogênea que reúne todos os elementos necessários à produção e à interpretação da significação de uma interação comunicativa”. Note-se que a primeira inscrição provoca duas outras como reação, de modo que é possível afirmar que, para as duas últimas inscitoras, a configuração heterogênea composta por um texto específico escrito com material próprio de uma inscrição não planejada e por um objeto-suporte determinado em um dado ambiente foi bem-sucedida no que diz respeito à composição de sentido numa prática semiótica. As enunciatárias de E1 não apenas atribuíram sentido ao que havia sido apresentado a elas via enunciação, mas também responderam a essa constituição de sentido ao comporem novos enunciados em resposta ao primeiro. Nesta situação comunicativa, não havia nada que obrigasse as duas últimas enunciatárias a pronunciarem-se a respeito do tema aborto. Em termos semióticos, não havia um contrato estabelecido entre enunciador e enunciatário que fizesse pesar sobre este último o dever de manifestar-se sobre o tema dado. Entretanto, o enunciado manipulou o *querer* de E2 e E3.

Note-se, no entanto, que o fato de a inscrição estar localizada num banheiro feminino é determinante para esse (des)encontro de vozes, em virtude do tema tratado nos enunciados. Embora, conforme pensamos, tal questão não seja apenas feminina, lançar o aborto como tema de discussão num ambiente exclusivamente feminino atiza reações de toda sorte em razão de a figura feminina ser uma das figuras centrais nesse debate. Observa-se com isso que a escolha do banheiro feminino como “ambiente-suporte” dessas inscrições já cria entre essas mulheres inscitoras um grupo identitário, cuja força enunciativa do dizer consiste em poder dizer privadamente, sob um regime de triagem dos membros (somente mulheres), em um espaço de interação acordado entre elas. Funda-se, assim, um contrato polêmico-contratual regulado não somente pelo tema das inscrições, mas também por um elemento da situação semiótica, no caso, o banheiro feminino.

Tecendo, por ora, considerações atinentes ao nível narrativo, podemos afirmar que E1 e E3 definem-se, enquanto sujeitos, em relação ao mesmo destinatário. Retomando considerações feitas em nosso primeiro capítulo, vemos que E1 e E3 encontram-se nas posições *eu sou alguém que* e *eu sou alguém que não*, forjando na aceitação e na recusa de determinados valores suas identidades. Se, por um lado, E1 e E3 são sujeitos que dizem não ao aborto, que se posicionam “#PRÓVIDA”, por outro, são também sujeitos que não se privam de sancionar negativamente E2, fazendo-se,

por conseguinte, destinador dela. Quando E3 afirma “Vc podia ter escolhido se prevenir (sic)!” , parte do pressuposto de que E2 quer poder fazer um aborto. Do contrário, não teria usado o verbo *poder* conjugado na terceira pessoa do singular no tempo pretérito imperfeito do modo indicativo. Considere-se que, quando E2 afirma querer ter o direito de escolher abortar ou não, o que se deseja é, precisamente, *poder* escolher abortar ou não. Dessa forma, é possível afirmar que a leitura que E3 faz de E2 é pertinente, dado que as modalidades que sobredeterminam o enunciado descritivo são captadas. Além disso, a maneira como o discurso de E2 é construído no que tange às modalidades revela um sujeito distante de qualquer realização, pois um sujeito que *quer poder fazer* é um sujeito que põe a performance desejada à mercê de dois valores modais, *querer* e *poder*. Ora, refletindo em termos de modos e níveis de existência, segundo Greimas e Courtés (2011), vemos que os valores modais mencionados dizem respeito a uma existência virtual e atual, balizadoras de um percurso que pode ser interpretado como uma tensão. Não há para E2, logo, a possibilidade de realizar a performance pretendida. Há apenas seu querer.

É notório também que entre E1 e E3 há compartilhamento de valores, isto é, ambas euforizam e disforizam os mesmos objetos-valor. Pode-se, portanto, afirmar que há uma relação identitária, isto é, uma identificação entre esses sujeitos, o que, conforme Greimas e Courtés (2011), corresponde a uma das fases do fazer interpretativo, em que o enunciatário assimila o universo de discurso do enunciador (ou parte dele) e identifica-o com seu próprio universo de valores e crenças. Além disso, é possível afirmar que E3 já presta contas com o destinador #PRÓVIDA, o que nos autoriza a afirmar que há identidade entre ele e esse destinador, que, pela presença da *hashtag*, pode ser apontado como possuidor de uma força coletiva de manipulação. É valendo-se dessa força coletiva sobre a qual E3 se apoia para enunciar que já sanciona cognitivamente de maneira negativa uma ação não necessariamente realizada por E2, pois querer ter o direito de escolher coloca o enunciado de E2 como ainda virtualizado/atualizado, não necessariamente feito. Veja-se que E2 apenas *quer poder fazer*. A força ilocutório-enunciativa de E3 é reforçada por isso, assim como pela inscrição #PRÓVIDA, que representa um enunciado polifônico, de força coletiva.

Quanto à E2, pode-se assegurar que se constitui discursivamente como um sujeito que *quer* “ter o direito de escolher” e, logo, não *quer* fazer o que E1 lhe propõe,

ou seja, não *quer* dizer não ao aborto. Aqui, embora não haja identificação com a enunciadora inicial, o fazer interpretativo consoma-se eficazmente, dado que E2 recusa o sistema de valores apresentado e apresenta seu *querer* como justificativa para não atender à manipulação proposta. E2 constitui-se, dessa forma, por meio da negação. Essas diversas interlocuções, ambientadas na prática em que estão e realizadas como são, constroem as identidades dos enunciadores e actantes do enunciado, como já colocado.

Obviamente, não se pode esquecer que tais inscrições não representam todo o corpo de estudantes de Ciências Humanas da UFC, mas, se tanto, somente aqueles que produzem essas inscrições. O que aqui objetivamos é apresentar o simulacro que se evidencia nas inscrições apontadas em razão de, conforme cremos, elas permitirem indicar as imagens-fim já mencionadas.

Quanto aos valores que as inscrições propagam e que constroem o espaço tensivo que o “eu” semiótico em análise habita, podemos afirmar ser comum a maior parte delas²² 1) a aproximação ideológica dos valores de esquerda, que se expressa em textos verbais e verbovisuais de exaltação do socialismo; 2) o alegado apoio a minorias, manifesto, por exemplo, em mensagens que pretendem apoiar causas feministas; e 3) a recusa geral de qualquer valor que, no discurso analisado, seja relacionado a temas como normatividade e/ou religiosidade.

Antes de levar a efeito nossas análises, relembramos o leitor de alguns pontos teóricos já comentados:

- concebemos as inscrições, no nível do texto-enunciado, como texto sincrético ou um ícone-texto, nos moldes de Fontanille (2005), cujo sentido é, evidentemente, composto por elementos tanto de ordem linguística como de ordem plástica, de forma que a materialidade do texto-enunciado coopera com a construção de seu sentido;
- tais elementos verbovisuais compõem o sentido do texto precisamente porque entram em relação uns com os outros, ou seja, o enunciador articula os elementos verbais com os elementos plásticos de seu texto

²² Naturalmente, há nas inscrições a presença de valores de direita ou de orientação conservadora, como ilustram as inscrições concernentes à discussão em torno da descriminalização do aborto. No entanto, a maior parte das inscrições apresenta os aspectos ideológicos indicados.

numa prática discursiva e/ou semiótica determinada, dentro da qual, somente, aquela articulação poderia ganhar e conferir sentido. No caso das inscrições, a participação dos suportes e das cenas predicativas são fundamentais para a inserção do texto-enunciado no nível das práticas;

- a análise do plano do conteúdo é feita por meio do percurso gerativo do sentido e a do plano da expressão por meio das categorias de análise de textos verbovisuais;
- a análise da prática semiótica em que as inscrições se dão será abordada conforme a proposta de Fontanille (2008) e (2005), para quem a estruturação do mundo da expressão semiótica dá-se em seis níveis de pertinência, a saber, do nível das figuras-signos ao nível das formas de vida, conforme já exposto.

Concluindo esta introdução, informamos que, por fins didáticos, abordamos as inscrições em análise em conjuntos. Tratamos, então, primeiramente, das inscrições produzidas no *campus* do CH 1, em seguida, daquelas presentes no *campus* do CH 3 e, por fim, daquelas feitas em banheiros. Porque há entre as inscrições inegáveis semelhanças, recorrer, eventualmente, quando da análise de uma dada inscrição, a uma de outro *campus*, ajudar-nos-á a alcançar os objetivos apresentados.

Isto posto, procedamos ao exame das inscrições do CH 1.

5.1. Centro de Humanidades – Campus 1²³

5.1.1 CADÊ A GREVE? #FORATEMER

Começamos com a inscrição reproduzida abaixo, feita em 2016, quando a presidente Dilma Rousseff sofreu *impeachment* e seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a Presidência da República.

23 Imagens das inscrições aqui tratadas encontram-se no Anexo I deste trabalho.

Figura 12 – Inscrição no bloco da Diretoria do Centro de Humanidades da UFC.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Figura 13 – Inscrição no bloco da Diretoria do Centro de Humanidades da UFC a partir de outra perspectiva.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Apresentamos duas imagens da mesma inscrição em razão de não ter sido possível fotografá-la sem a presença de carros. O objetivo ao reproduzi-la duas vezes é dar ao leitor a possibilidade de vê-la com o máximo de clareza.

Inicialmente, vê-se que a inscrição reproduzida acima foi feita em *spray* de cor preta, correspondendo, portanto, a uma pichação. Considerando os pressupostos fundamentais da semiótica discursiva, sabe-se que a todo texto subjaz a seguinte relação: S_1 /quer fazer/ S_2 entrar em conjunção com determinado objeto, ou seja, há

sempre um actante que, pela via do texto, interpela outro e tenta manipulá-lo para um dado fazer. Na inscrição em análise, cujos elementos verbais são “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”, vê-se que S₁ *quer fazer* S₂ *fazer greve* ou, ainda, *protestar* contra a situação política do Brasil instaurada dois anos atrás, pois há um sujeito que se dirige a outro questionando a não deflagração de greve e expressando seu desejo de que o sujeito Michel Temer seja destituído do poder. Se investirmos figurativamente S₂ a partir de elementos que a própria inscrição nos dá, chegamos à conclusão de que S₂ corresponde aos seguintes atores:

- a Diretoria do CH;
- e os estudantes da universidade que transitam pelo campus do CH 1.

Consideraremos, majoritariamente, os elementos que nos fazem apontar a Diretoria do CH como enunciatária da inscrição que ora abordamos em razão dos elementos que a própria inscrição nos dá, como ver-se-á adiante.

Para além do que os elementos exclusivamente verbais nos oferecem, vê-se que o suporte é o revelador maior de que o destinatário corresponde à administração do *campus*, uma vez que o muro sobre o qual está a inscrição é do prédio da Diretoria do CH. Cabe a ela decidir iniciar ou não um estado de greve, isto é, a Diretoria corresponde aí a um sujeito dotado de uma competência para um fazer específico, desejado por quem a ela se dirige. S₂ equivale, portanto, a uma autoridade contra a qual S₁ se insurge, exigindo dela um posicionamento de protesto. Veja que cabe falar aqui, de fato, em exigência de posicionamento com base no que Greimas e Courtés (2011, p. 301) dizem-nos sobre a manipulação: no que tange a ela, “trata-se (...) de uma comunicação (destinada a fazer-saber) na qual o destinador-manipulador impele o destinatário-manipulado a uma posição de falta de liberdade (*não poder não fazer*), a ponto de ser este obrigado a aceitar o contrato proposto”²⁴. O objetivo do destinador-manipulador é alterar a competência modal do destinatário-sujeito, conforme Greimas e Courtés (2011), ou seja, fazer com que ao *não poder não fazer* a greve o destinatário conjunja um *dever-fazer* a greve. No entanto, S₁ procede assim a partir de seu programa narrativo, fundado sobre a transgressão, na qual faz

24 Grifo do autor.

sentido falar apenas se considerarmos que S_1 responde a um programa anterior proposto por S_2 .

Dentro desse programa narrativo anterior, invertem-se as figuras: S_1 passa a corresponder à administração universitária e S_2 , aos estudantes. Nesta relação primeira, S_1 *quer fazer* S_2 entrar em conjunção com um dado *saber* ou *poder*, ambos necessários para o exercício futuro de uma profissão. Na condição de destinador-manipulador e destinador-julgador, opera, inclusive, com sanções positivas ou negativas da performance de S_2 , o que pode ser comprovado observando-se o Manual de Direitos e Deveres dos Alunos de nossa instituição. Vê-se no material que um dos deveres que cabe ao aluno da UFC diz respeito a “zelar pelo patrimônio (...) material da Universidade”²⁵. Assim, o inscritor transgressor, para realizar seu programa narrativo, rompe com esse contrato fiduciário estabelecido primeiramente, opera conforme o termo *dever não fazer*, do quadrado semiótico das modalidades deônticas, e faz de si um destinador-manipulador no novo programa proposto.

Em termos simples, porém ainda caros à teoria semiótica, o que se tem é uma intimidação ou, pelo menos, uma tentativa de intimidação, pois, valendo-se de uma prática que, desde seu surgimento, serve aos propósitos da transgressão, o sujeito inscritor anuncia que não está disposto a cumprir com seu dever, ou seja, não está disposto a “zelar pelo patrimônio (...) material da Universidade”, fazendo disso o objeto negativo que propõe ao agora destinatário-manipulado. O aluno não se submete à prescrição imposta pela comunidade universitária e, como já dito, não faz o que *deve fazer*, mas o que *quer fazer*. Por meio de sua transgressão, evidencia para o destinador-manipulador o rompimento do contrato fiduciário e pretende persuadi-lo por meio do objeto negativo que oferece, a saber a prática de algo que pode ser considerado depredação.

É preciso ficar claro que não são apenas os elementos verbais que nos permitem afirmar o que aqui asseveramos. Antes, é a associação desses elementos àqueles concernentes à prática da inscrição em si e ao plano da expressão, do qual o

25 Informação retirada dos Direitos e Deveres do Alunos da UFC, disponível em <<http://www.ufc.br/alunos/aluno-da-graduacao/1089-direitos-e-deveres-do-aluno>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2018.

suporte e o material utilizado para fazer a pichação são apenas dois constituintes, que embasa nossas afirmações.

Quanto à prática da inscrição urbana, é preciso considerar aqui o que Correa (2016) afirma quanto às inscrições do tipo pichação e inscrições políticas. Na condição de pichação, cujo elemento caracterizador, conforme o autor mencionado, é a utilização de *spray*, a inscrição que ora analisamos utiliza o espaço público de modo transgressor, pois o inscridor faz uso de um suporte que, inicialmente, não tem por objetivo servir a seu programa narrativo por estar, originalmente, servindo aos propósitos de outra prática semiótica. O enunciador, então, apresenta-se como violador do contrato fiduciário previamente assumido também por meio do material utilizado, característico da prática transgressora que adota, e por convocar no seu ato enunciativo um suporte cujo fim primordial é outro.

Em oposição ao que afirma Correa (2016, p. 109) sobre a modalidade pichação, a inscrição retratada acima, apesar de tratar-se de um exemplo dessa modalidade, não “rebusca intensamente os caracteres da escrita verbal” nem minimiza seu conteúdo. Tal escolha enunciativa, operada por uma debragem enunciativa subjetiva (uma interrogativa), cremos, justifica-se com o fato de o enunciador *querer ser* lido para persuadir. Ora, se a exigência, ainda que indireta, que faz a seu destinatário é a de que uma greve seja deflagrada, de modo que, inclusive, justifica politicamente sua exigência por meio da *hashtag* #FORATEMER, é preciso aqui que seu texto seja claro e compreensível. Chamamos a atenção para o aspecto tanto viral quanto coletivo, identitário da *hashtag*. Considere-se, a fim de que se compreenda o que aqui afirmamos, a reprodução a seguir das inscrições em um dos muros do CH 3, sobre o qual encontram-se diversas pichações.

Figura 14 – Muro do CH 3 repleto de pichações.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Nesta imagem, vemos sobre o mesmo suporte pichações com rebuscamento dos caracteres da escrita verbal, impossibilitando mesmo sua compreensão, e pichações legíveis cujos conteúdos não foram minimizados. Note-se que pelo menos uma dessas pichações e um cartaz possuem também caráter político, como a pichação do CH 1, o que parece exigir, para fins de persuasão, a legibilidade do que se escreve. Aqui, parece haver, a despeito das inscrições heterogêneas, um espaço de interação integrador, de liberdade, criador de identidade, regulado por um *querer/saber/poder-fazer* e não por um *não dever/poder fazer*, como no muro da Diretoria do Centro de Humanidades. Daí a importância do suporte de inscrição, já que ele reforça a assunção do enunciado transgressor inscrito naquele muro.

Outro ponto que nos leva a considerar a apresentação clara da pichação feita no muro da Diretoria do CH diz respeito ao fato de, em discordância com a caracterização que Correa (2016) faz desse gênero, o enunciador não falar somente para seus pares, isto é, o enunciador dessa inscrição não intenta dirigir-se apenas a quem possa reconhecê-lo e, em consequência, atribuir-lhe alguma fama. O que ele almeja com a colocação da inscrição num muro situado no meio do bosque Moreira Campos, plenamente visível por qualquer transeunte, é, precisamente, *ser visto*, mas para *fazer* seus enunciatários *crerem* em sua argumentação, ainda que apresentada de modo tão conciso. Estivesse tal exigência de greve numa tipografia própria, não

seria possível apontar qualquer efeito de sentido concernente a protesto político, pois o texto teria eficácia comunicativa para apenas alguns poucos que fossem capazes de decodificar sua mensagem.

Se, ainda consoante Correa (2016), é próprio da pichação o reconhecimento pictural de uma assinatura, aqui ela não se faz presente. Mais do que simplesmente diferenciar a pichação dentro e fora do *campus*, cremos estar aqui diante de um recurso conscientemente manipulado pelo enunciador. Se o leitor considerar que o enunciador dirige-se a um enunciatário que, em alguma instância, tem certo poder sancionador sobre ele, conforme já demonstramos, mostrar-se-á bastante lógica a necessidade de não haver uma assinatura que pudesse levar o enunciatário a ser reconhecido pelo enunciador. Sua identificação poderia possibilitar uma sanção negativa por parte da universidade, uma vez que o acordo entre aluno e instituição não foi cumprido, como esclarecemos acima. Por outro lado, o enunciador prefere marcar seu enunciado com a *hashtag*, de caráter identitário muito mais polifônico e coletivo.

Dito isto concernente à prática, ao suporte e ao material necessários para compor a inscrição acima, faz-se necessário agora abordarmos a inscrição a partir das categorias de análise propostas por Teixeira (2009), ou seja, tratá-la no que tange a seus aspectos topológicos, cromáticos e eidéticos.

Quanto à topologia do texto ora em observação, pode-se dizer que não houve utilização do espaço como pichadores, usualmente, fazem, isto é, as partes altas do muro não foram pichadas. Correa (2016, p. 110) afirma que a pichação é uma performance tipicamente brasileira que tem como um de seus elementos representativos o fato de ser feita como “uma espécie de *parkour*”. Cabe ao pichador que se utiliza dessa modalidade de inscrição superar obstáculos e desafios no meio urbano para poder inscrever(-se) num dado local, que, por vezes, encontra-se a alturas consideráveis. Um exemplo que podemos dar é das pichações feitas em 2016 no topo da Ponte Estaiada, na Zona Sul de São Paulo, que tem 138 metros de altura²⁶. Ora, como Correa (2016) nos ensina em sua tese, parte do objetivo das pichações ou *tags* é trazer fama e reconhecimento para seus autores, de forma que, quanto mais

26 Informação disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/ponte-estaiada-vira-alvo-de-pichadores-na-zona-sul-de-sao-paulo.html>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

difundido for o nome ou a assinatura de um inscridor ou quão mais altos forem os locais em que sua assinatura pictural puder ser vista, mais fama ele terá. Como não se vê esse aspecto atinente à topologia presente na inscrição no ambiente universitário, podemos inferir que 1) não há nela o desejo manifesto pelo enunciador por fama ou reconhecimento, até porque, como já asseverado, não se vê ali uma assinatura pictural que se queira divulgar, e 2) a utilização da parte inferior do muro, ao alcance dos olhos de qualquer passante, evidencia, segundo nossa perspectiva, a manipulação do enunciatário por um *fazer ver* cujo propósito é, inicialmente, *fazer crer* no argumento apresentado e, posteriormente, *fazer fazer greve*.

Ademais, não se pode ignorar o fato de que o muro sobre o qual está a inscrição pertence, por assim dizer, a um prédio que abriga dois setores distintos da universidade: a Diretoria do CH e o Departamento de Letras Estrangeiras. Dado que a Diretoria está localizada no térreo do prédio e ela constitui, como já arrazoamos, um dos enunciatários do texto, há muito mais força comunicativa em pichar o térreo do prédio do que seu primeiro andar. Além disso, a altura dessa pichação permite a melhor visualização por parte do actante da situação semiótica em questão, a saber, o transeunte. O caráter transgressor da inscrição ganha tons mais fortes porque, conforme cremos, isto, atrelado aos outros componentes que vimos discutindo, parece constituir um simulacro de uma afronta direta à autoridade universitária competente para permitir ou não a deflagração de uma greve. Diante da impossibilidade, por conta das normas sociais e de possíveis sanções negativas, de interpelar a própria diretora do CH, supomos, o enunciador apresenta sua demanda no muro do prédio onde ela presta seus serviços à universidade. Como declara Correa (2016, p. 197), “as inscrições urbanas agregam diversos fatores essenciais a sua compreensão”, tais como *o lugar em que está colocada, o suporte sobre o qual foi produzida* e o grupo social que lhe deu origem. Todos esses elementos – e não apenas esses – “constituem sua significação e, ao retirar um desses elementos, o enunciado arrefece”. Se alterado qualquer um desses três níveis, muda-se inevitavelmente o sentido. Assim sendo, não é em nada leviano afirmar que a alocação dessa inscrição no muro da Diretoria do CH constitui parte relevante de sua eficácia comunicativa.

Se, amparados por Greimas e Courtés (2011, p. 156), ponderarmos que “o conceito de eficácia substitui (...) os critérios de verdade”, somos levados a pensar que o local dessa inscrição coopera, inclusive, com o efeito de verdade do enunciado,

conduzindo pelo menos um dos dois enunciatórios apontados à crença na necessidade “verdadeira” da instauração de uma greve em virtude do quadro político da época. Sabe-se que não houve, em 2016, greve de docentes na UFC, ou seja, pode-se afirmar que o primeiro enunciatório não foi manipulado para o fazer pretendido. Contudo, em novembro de 2016, os estudantes da UFC, segundo enunciatório da inscrição aqui discutida, aprovaram a greve estudantil e definiram a ocupação dos espaços da universidade em protesto ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff²⁷. Levando em consideração apenas o que afirmamos até aqui, não é imprudente dizer que a inscrição cumpriu seu propósito comunicativo.

Ainda no que tange à topologia, a mensagem após a *hashtag*, #FORATEMER, é colocada ao lado da pergunta “CADÊ A GREVE?”, como a justificar, já o dissemos, a exigência velada que ali se faz. No entanto, ela está disposta de modo torto, o que nos dá a impressão de que, ainda que sem muita ordenação, o enunciador tenha querido apresentar a razão de seu protesto naquele espaço, necessariamente, de modo a não comprometer sua leitura e, por conseguinte, a eficácia comunicativa de seu enunciado. De modo distinto, o autor das inscrições “Já deu o cu hoje?” e “Buceta é TOP!!”, reproduzidas abaixo, não operou eficazmente com a topologia de suas pichações, pois, como se vê abaixo, os elementos verbais estão dispostos sobre o muro de uma maneira que não propicia a leitura linear e rápida da mensagem.

27 Informação disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/11/estudantes-aprovam-greve-na-ufc-e-definem-ocupacao-dos-campi.html>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

Figura 15 – Disposição não linear de inscrição.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Figura 16 – Finalização de inscrição iniciada em outro suporte.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Prosseguindo, porém, com os critérios de análise propostos por Teixeira (2009), voltamo-nos agora para os aspectos cromáticos e eidéticos da inscrição “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”. Como se vê, a cor do *spray* utilizado é preta, o que viabiliza o contraste do enunciado com a parede cinza. Contraste, aqui, aliado ao que já se afirmou quanto à topologia do enunciado e a seus elementos linguísticos, contribui para a visualização da mensagem veiculada. Assim sendo, o cromatismo do texto em análise serve também ao propósito de *fazer* o enunciatário *ver* a mensagem e, por conseguinte, de persuadi-lo de seu conteúdo.

No tocante às retas presentes nessa inscrição, ou seja, aos aspectos eidéticos presentes no plano de expressão, considere-se a edição da inscrição disponibilizada abaixo:

Figura 17 – Inscrição editada no bloco da Diretoria do CH.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Percebe-se que o enunciador, além de ter optado pela não minimização do conteúdo da pichação, optou pela apresentação linear da sua mensagem. É essa linearidade que possibilita sua leitura, da esquerda para a direita, e sua consequente apreensão rápida. Afirmamos ainda que, nesse caso específico, os aspectos eidéticos estão imbricados com os topológicos, dado que a disposição em reta ascendente de #FORATEMER foi a maneira encontrada pelo enunciador para dispor sua justificativa ainda no mesmo espaço em que a pergunta é apresentada e, dessa forma, atender a seus propósitos comunicativos, como já colocado.

Além disso, os aspectos eidéticos da inscrição em análise, bem como outros aspectos que exploraremos a seguir, fazem-nos lembrar da “célebre inscrição política brasileira ‘Abaixo a Ditadura’, contra o Regime Militar instaurado a partir de 1964” (CORREA, 2016, p. 122).

Figura 18 – Abaixo a ditadura.



Fonte: sítio Memória da ditadura.

Note-se que ambas são pichações, no que tange ao material e ao suporte utilizados, que subvertem as características da própria pichação apontadas por Correa (2016). Nas duas inscrições, constata-se a linearidade proporcionada pelo uso da letra bastão, cujo fim é priorizar o conteúdo para que o protesto político, de fato, ocorra, e não há intensificação suficiente do plano da expressão. Os enunciados são dispostos, então, como uma linha reta. Em outros termos, o que importa ao inscridor da inscrição de 1964 e da de 2016, que abordamos aqui, é comunicar um conteúdo de insubmissão política por meio de uma prática transgressora. Tanto em uma como na outra, produz-se comunicação direta com o enunciatário, o conteúdo não é minimizado e não há a elaboração de uma assinatura pictural.

Pode-se asseverar ainda que as duas inscrições aproximam-se também em virtude de seus aspectos cromáticos e topológicos, pois o que dissemos no tocante a esses aspectos a respeito da inscrição “CADÊ A GREVE? #FORATEMER” pode ser aplicado à clássica inscrição de 1964.

Essa subversão das características da pichação termina por constituir, segundo Correa (2016), outra modalidade de inscrição, denominada inscrição política, cuja origem remonta ao Maio de 68 em Paris. Em linhas gerais, Correa (2016) aponta como características principais dessa modalidade a tipografia simples e a utilização dos muros como suporte, o que se vê na imagem analisada, bem como a utilização de recursos poéticos cujo fim seria fazer a mensagem ser vista e, conseqüentemente, apreendida. Embora não seja possível falar em elaboração poética no enunciado “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”, permanece patente a intenção do enunciador de mostrar-se um hábil ativista político “sob a forma concentrada de uma frase no muro” (CORREA, 2016, p. 100), o que constitui um dos escopos da prática semiótica concernente a esse tipo de inscrição. Busca-se, por meio de um único enunciado articulado com os demais elementos que o constituem – recursos plásticos, verbovisuais, próprios da prática semiótica em si –, uma conscientização política da população, à qual “a atonia dos recursos poéticos verbais e da elaboração tipográfica” busca prestar serviço (CORREA, 2016, p. 124).

Embora seja possível falar em atonia no plano da expressão, há que se considerar os aspectos eminentemente linguísticos desse enunciado e o que eles revelam em termos de breagens. Correa (2016), ao analisar a inscrição “Abaixo a ditadura”, compreende que o uso arredondado da letra bastão coopera para a instauração de uma debreagem enunciativa, apesar de tal letra ser, normalmente, associada à debreagem enunciativa. Segundo ele, a debreagem enunciativa é reforçada, naquela inscrição, pela presença figurativa do sujeito no ato de inscrição. Na inscrição “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”, há, plasticamente, por meio do mesmo recurso de arredondamento da letra bastão, a instauração de debreagem enunciativa. Conforme se sabe, a debreagem enunciativa colabora com a criação de um efeito de sentido referente à subjetividade, pois instaura “no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*)” (FIORIN, 2008, p. 25-26)²⁸. Ora, o enunciado de nossa inscrição confirma o que o traço de sua letra bastão sugere: o uso do advérbio *cadê*, próprio da variante informal do português brasileiro falado no Ceará, instaura uma situação comunicativa supostamente próxima, dada a pretensa familiaridade que o advérbio evoca. Além

28 Grifo do autor.

disso – e, na verdade, justamente por isso –, instaura de pronto os actantes da enunciação em cena, pois, no enunciado, há um *eu* que se dirige, no agora e aqui discursivos, a um *tu* e pergunta: “Cadê a greve?”. Se a transgressão opera de modo constitutivo na produção das inscrições, pode-se constatar que apenas a escolha lexical de *cadê* já responde por parte do tom transgressor da inscrição, dado que não há entre o enunciador aluno e o enunciatário Diretoria do CH uma relação que justifique a utilização de termos coloquiais. Somente esse advérbio já rompe prescrições sociais no que tange à adequação linguística.

Consideremos agora o uso da *hashtag* #FORATEMER. De imediato, ela convoca o discurso da internet, ou seja, estabelece intertextualidade com o discurso de protesto nas redes sociais, pois foi nesse ambiente virtual que ela teve seu uso popularizado. Segundo Silva (2015), no Twitter, o usuário utilizava a *hashtag*, a princípio, para reunir temas, identificando-os por meio de palavras-chaves. Tal procedimento auxiliava e auxilia na busca por determinados temas porque, ao utilizar a cerquilha (#) antes de palavras ou expressões, o usuário não apenas cria um hiperlink, mas etiqueta as mensagens que posta. Esse processo de etiquetagem adiciona contexto, conforme a perspectiva da linguística textual, às mensagens veiculadas (CUNHA, 2012), ou seja, elas situam uma determinada mensagem temporal e espacialmente (DINIZ, 2015). Utilizar, portanto, a *hashtag* #FORATEMER na inscrição em análise opera o mesmo efeito, uma vez que, como já dito, a *hashtag* é apresentada como justificativa para o questionamento provocador que é feito. É por meio dela que o enunciador apresenta-se, como já mencionado, como ativista político e, dessa forma, delinea para si uma imagem de politizado, ao apresentar motivos não levianos para sua requisição. Ademais, é por meio desse recurso discursivo que o enunciador apresenta-se como alguém que realiza, no mundo real, o protesto virtual. Ora, as *hashtags* possuem, conforme Alves Filho et al. (2012, p. 86 *apud* SILVA, 2015), “caráter condensador de opiniões, de informações e de conhecimento compartilhado, relacionado a funções sociais mais diversificadas do que a simples organização ou marcação de conteúdo”, de modo que, virtualmente, a expressão de opiniões contrárias a eventos políticos ou culturais toma forma por meio dessa etiquetagem. Mais que isso, por vezes, essa etiquetagem é todo o protesto que um indivíduo dos nossos dias faz, como, é possível dizer, é consabido. Intentando realizar o que se dá meramente no mundo virtual, o inscridor utiliza, na realidade de um muro

concreto situado no meio de um *campus* universitário que, por sua vez, sofreria de modo direto as consequências da mudança política ocorrida então, um recurso discursivo dos protestos meramente virtuais. Se considerarmos a inscrição que abordaremos a seguir, cujo texto verbal é “PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA”, feita no mesmo contexto histórico e, a julgar pelo traço da pichação, pelo mesmo inscridor, vê-se que é esta imagem mesmo que o enunciador intenta delinear para si: a imagem de alguém que se coloca numa posição oposta à de quem protesta apenas em redes sociais. Ele, a favor da greve e por ela brigando, está já no espaço da luta e é para lá que convoca seu enunciatário.

A nosso ver, uma categoria que perpassa o plano da expressão e o plano do conteúdo da inscrição em apreço, isto é, que constitui seu nível fundamental no percurso gerativo do sentido é *continuidade vs. descontinuidade*. Ao propor a greve, o enunciador propõe a descontinuidade de um dado processo. Em termos da categoria tensiva da missividade, poder-se-ia dizer que almeja a parada da continuação (TATIT, 2011). A maneira como manipula o espaço público também constitui uma descontinuidade, uma vez que o inscridor fere os usos convencionais dos objetos ali inseridos e confere a eles novas funções dentro de uma nova prática semiótica. Quanto à plástica em si, pode-se dizer que pelo menos o cromatismo reforça nossa hipótese. É por meio do contraste de cores, já discutido, que a continuidade cromática é rompida, o que possibilita a leitura e a intervenção política via inscrição urbana.

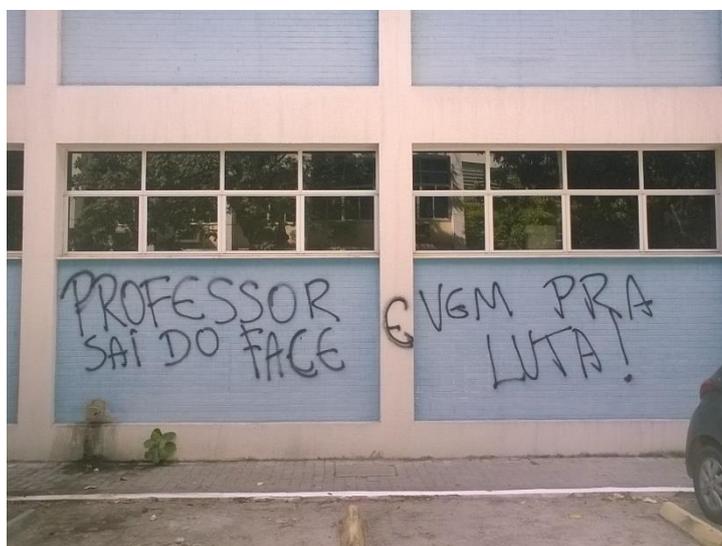
No que tange, porém, aos aspectos fonológicos, não se pode afirmar haver aí um trabalho linguístico que nos permita falar, por exemplo, em semissimbolismo. Embora seja possível constatar a presença dos fonemas [k], uma consoante oclusiva velar desvozeada, no vocábulo *cadê*, e [g], uma consoante também oclusiva velar, porém vozeada, na palavra *greve*, não é sensato apontar aí um semissimbolismo entre a categoria *continuidade vs. descontinuidade* e *abertura vs. oclusão*, à semelhança do que faz Pietroforte (2012). No que concerne à inscrição que analisamos, tais ocorrências dizem respeito às características de nosso idioma, apenas, não se tratando, portanto, de algo que possamos explorar como algo necessário à construção do sentido do texto em apreço.

Isto posto, analisaremos, no próximo subitem, outra inscrição política presente no *campus* do Benfica.

5.1.2 PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!

Neste tópico, tratamos da inscrição reproduzida abaixo, feita também em 2016 por ocasião do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e, como sabe a comunidade acadêmica do *campus* do Centro de Humanidades I da UFC, na mesma noite em que a inscrição abordada no item anterior foi feita. Ambas foram produzidas, portanto, como em conjunto e, pode-se dizer, pelo mesmo enunciador, ainda que, ontologicamente, possam ter sido produzidas por indivíduos distintos.

Figura 19 – Inscrição no bloco do Departamento de Letras Vernáculas da UFC.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Tal como a inscrição que lhe serve de par, “PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!” foi feita em *spray* e corresponde, em razão dessa característica atinente ao material de sua produção e ao suporte, a uma pichação. Exatamente como dito na análise anterior, há aí a utilização do espaço público de modo transgressor, dado que ele é utilizado de uma maneira não prevista no programa narrativo de sua prática semiótica original, ou seja, ele é utilizado para veicular uma mensagem, para servir de suporte a um texto, apesar de, dentro da prática semiótica que, inicialmente, justifica seu estar ali, ele não ter tais funções. Do mesmo modo, embora caiba falar em inscrição do tipo pichação, é pertinente caracterizar a inscrição acima como inscrição política, o que, ao nosso ver, como já colocado, constitui mais um elemento transgressor que caracteriza essa inscrição, pois o inscriteur subverte até mesmo os elementos caracterizadores da pichação.

Tratando, inicialmente, dos pressupostos básicos da semiótica discursiva, evocamos, mais uma vez, a concepção de que está subjacente a todo texto a relação entre S_1 e S_2 , a partir da qual S_1 procura determinar o fazer de S_2 . Por meio de qualquer texto, poder-se-á captar sempre um sujeito do fazer que quer fazer um sujeito de estado entrar em conjunção com um dado objeto. Na inscrição que ora abordamos, os elementos verbais são “PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!” (sic), o que nos permite afirmar que S_1 quer fazer S_2 sair do Facebook e lutar, isto é, S_1 quer fazer S_2 vir para a luta e lutar politicamente não em rede sociais, mas fora delas.

O vocativo PROFESSOR, utilizado sem vírgula que o separe da oração que se inicia com o verbo no imperativo, em desacordo, portanto, com a gramática normativa da Língua Portuguesa, evidencia a quem corresponde S_2 , enquanto S_1 corresponde ao inscridor. Se a inscrição de que tratamos no item anterior tinha mais do que um enunciatário, esta é, de modo mais específico, dirigida aos docentes do curso de Letras, por ter sido feita no *campus* onde o curso ocorre, no muro do Departamento de Letras Vernáculas (DLV), e, de modo mais geral, aos docentes do Centro de Humanidades, cremos poder dizer.

À semelhança da inscrição que lhe serve de par, o suporte figura aqui também como um elemento que nos revela o ator que cabe indicar como enunciatário deste enunciado. Se, por um lado, o vocativo PROFESSOR já não deixa dúvidas de quem seja o enunciatário daquela inscrição, o suporte escolhido para abrigá-la, por outro lado, reforça a intenção comunicativa de alcançar determinado sujeito e delimita o grupo identitário com o qual o enunciador quer polemizar. Mais uma vez, o suporte atua, por conseguinte, como elemento que opera a triagem, porque seleciona os enunciatários da mensagem que carrega. Considere-se, em primeiro lugar, que o enunciador é alguém pertencente à universidade e que é intramuros que ele quer fazer-se inscridor, justamente por estar ali o público que almeja atingir. Em segundo lugar, há que se considerar que uma inscrição política na parte externa do muro da universidade teria outro efeito de sentido, entre outras razões, porque convocaria outros enunciatários. O enunciatário – ponto pacífico nas discussões semióticas – é um dos componentes da enunciação, ao ponto de compor com o enunciador o sujeito da enunciação (FIORIN, 2008). Logo, ele determina a composição da mensagem enunciada e, mais que isso, do próprio ato de enunciação. Assim, uma inscrição nos muros do DLV dirigida aos professores alcança não apenas os docentes desse

departamento, mas também do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), uma vez que funciona nas dependências daquele prédio, do Departamento de Letras Estrangeiras (DLE), cujas janelas dão para o DLV, de forma que seria impossível para os professores de línguas estrangeiras não ler a inscrição, e do Departamento de Literatura (DELIT), que, à época da inscrição, funcionava no térreo do bloco pichado.

No que tange, então, à manipulação, podemos falar numa tentativa de manipulação por provocação, pois o destinador-manipulador aponta um valor negativo dentro do universo de valores do destinatário-manipulado e insinua uma conjunção entre ele e esse suposto valor disforizado. Noutros termos, o destinador-manipulador aponta para uma apatia política, que, de sua perspectiva, manifesta-se na ausência de luta política fora dos ambientes virtuais, e sugere haver entre ela e o destinatário-manipulado total conjunção, construindo para ele uma imagem de despolitizado e, conseqüentemente, insinuando uma pretensa incompetência para o *fazer* pretendido²⁹. O que aquele almeja é, portanto, fazer este entrar em conjunção com o objeto luta política fora do mundo virtual. A alteração, então, que o destinador-manipulador pretende causar na competência de seu destinatário diz respeito a seu *dever-fazer*. Se, a exemplo da análise anterior, considerarmos os professores dos inscricores como destinadores-manipuladores de um programa narrativo instaurado previamente pela relação professor-aluno estabelecida no ato de matrícula na universidade, veremos que os destinatários-manipulados desse primeiro programa operam pela via da transgressão ao insurgirem-se contra eles do modo como o fazem. Não acatam ao sistema de valores da universidade, conforme demonstrado anteriormente, não se deixam manipular e propõem um novo conjunto de valores. Dado que a luta política tal como proposta pelo inscritor não é aceita, pois, como já colocado, não houve greve docente em 2016, pode-se afirmar que não houve compartilhamento de valores entre manipulador e manipulado. Se o aluno inscritor, ao não se submeter à prescrição imposta pela relação com a instituição universitária, não faz o que *deve* fazer, mas o que *quer* fazer, os professores, na condição de

29 Valendo-nos um pouco do senso comum, poder-se-ia até mesmo especular haver por parte do enunciador uma insinuação de incompetência para o *fazer* professoral, uma vez que é um tanto difundida, nos centros de Humanidades, a imagem de que professores universitários competentes são politizados e preferem a esquerda como orientação política.

destinatários, também não fazem o que, da perspectiva do destinador transgressor, *devem* fazer, mas o que *querem* fazer.

Se, na inscrição anterior, um dos elementos linguísticos que revela a transgressão até mesmo de adequação linguística é o uso do advérbio coloquial *cadê*, aqui, o uso do modo imperativo é um dos recursos idiomáticos que denota o desejo do transgressor de impor-se sobre seu enunciatário. É por meio desse modo verbal que ele dá voz a seu *querer fazer* o outro *fazer*. Além disso, é por meio de tal recurso que ele debreia enunciativamente seu enunciado, aproximando-se, por conseguinte, de seu enunciatário, dado que instaura os actantes da enunciação nessa cena. Há, inquestionavelmente, um *eu* que se dirige, no *agora* e no *aqui* discursivos, a um *tu* a quem ordena “SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!”. O efeito de subjetividade alcançado por meio da debreagem enunciativa coopera, então, para a construção da transgressão em si, por um lado, e das identidades discursivas em questão, por outro. Ora, a transgressão, por definição, joga com os valores de prescrição e de interdição, de modo que aqueles que transgridem rompem contratos fiduciários e optam por valores proscritos. Assim, assumindo um tom compatível com a insurreição que exerce, o enunciador opta por não construir um efeito de sentido de objetividade. A transgressão, afinal, não respeita normas sociais nem conhece deferências, de forma que, pode-se dizer, é eminentemente subjetiva. Consequentemente, tal recurso linguístico constrói para o enunciador uma identidade de subversivo ou rebelde, o que é reforçado pelos elementos plásticos da inscrição, e de apático ou despolitizado para o enunciatário, pois ele, pressupõe-se, “não está na luta, apenas no Face”.

Tomando em consideração o traço da inscrição, vê-se que, conforme Correa (2016), o uso da letra bastão teria por objetivo conferir à inscrição alguma linearidade e objetividade. Quanto à primeira, pode-se afirmar que ela foi alcançada, já que a mensagem pode ser rapidamente decodificada por não haver intensificação do plano da expressão, embora o enunciado esteja disposto de modo torto. Quanto à segunda, é o próprio Correa (2016) quem afirma que a associação desse tipo de letra à debreagem enunciativa não ocorre em inscrições políticas dessa natureza em razão, por exemplo, do arredondamento das letras, pois esse contorno corresponde, conforme o autor mencionado, a uma presença do enunciador. No tocante a isso, acrescentamos o que segue: não apenas o contorno das letras é arredondado, mas elas mesmas não são dispostas de modo igual. Algumas são maiores que outras,

outras parecem ter sido rasuradas e outras ainda estão esmaecidas. Tais características de ordem plástica, concernentes ao material utilizado para fazer a inscrição, não dizem muito sobre a identidade em si do autor da inscrição, mas evidenciam a presença de um sujeito responsável por ela, ainda que desconhecido. Ou seja, cooperam para a construção de um efeito de sentido de subjetividade, resultado de uma debreagem enunciativa.

Como já posto quando da análise da inscrição anterior, a não identificação do inscridor serve a propósitos comunicativos claros. Interessa aqui que a mensagem seja vista, ou seja, que o conteúdo seja veiculado para que o *fazer* pretendido seja, enfim, feito. O enunciador, por meio desse recurso, permanece oculto e, portanto, protegido de eventuais sanções negativas, porém, constrói para si a identidade de ativista político competente. Segundo defendemos no item anterior, isso constitui um dos objetivos da prática semiótica própria das inscrições políticas.

É possível ao leitor já constatar que a inscrição “PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!” (sic) assemelha-se também à inscrição “ABAIXO A DITADURA”, de 1964. Da mesma forma que nesta, o enunciador comunica-se diretamente com o enunciatário, maximiza o conteúdo de sua inscrição, dado que interessa que a mensagem seja veiculada, e, pela mesma razão, não desenvolve uma assinatura pictural que possibilite seu reconhecimento.

Considerando agora tal inscrição a partir dos critérios propostos por Teixeira (2009), vemos que muito do que foi dito a respeito da inscrição anterior pode ser aplicado a esta que agora abordamos. Apenas a parte inferior do muro é utilizada, em oposição às pichações feitas em ambientes externos à faculdade, que, pelas razões já apontadas, são feitas, com frequência, nas partes superiores ou altas dos muros. Alocar a inscrição na parte do muro acessível a qualquer transeunte tem por escopo tornar o enunciado visível, ou seja, *fazer* o enunciatário *ver* a inscrição, a fim de dar a ela maior poder de alcance e, conseqüentemente, de manipulação. Da maneira como está disposta, a inscrição reproduzida pode ser vista por quem entra no bloco azul, quem passa no Bosque Moreira Campos e quem olha pelas janelas do DLE. Estivesse pichada na parte superior desse bloco, teria, cremos, menos visibilidade e sua significação seria outra. Além disso, um aspecto interessante que poderia ser levado em conta é a relação topológica e cromática estabelecida entre as coordenadas “SAI DO FACE” e “VEM PRA LUTA”. A este respeito, considere-se que

a conjunção “E” está numa parte do muro que tem cor diferente e separa os dois enunciados, que remetem a identidades diferentes. Topologicamente, as orações coordenadas “SAI DO FACE” e “VEM PRA LUTA” estão em locais distintos do local onde se encontra a conjunção E. As orações compartilham assim de uma identidade cromática e topológica entre si, enquanto a conjunção figura como elemento destacado cujo objetivo é unir os dois conteúdos separados, por assim dizer. Essas identidades polemizam uma com a outra, porque estão separadas, mas, ao mesmo tempo, encontram-se numa promessa de conjunção, sustentada pela ligação promovida pela conjunção já mencionada. Dessa forma, o enunciador parece estabelecer uma polêmica de “exclusão” do espaço virtual como local de protesto e luta políticos a fim de tentar, por meio da provocação, a adesão do enunciatário ao seu discurso identitário ou, ainda, ao espaço da “assimilação”, nos termos de Landowski (2012).

Faz-se necessário perceber que a alocação da pichação na parte inferior constitui um dos elementos que cooperam para o efeito de sentido provocador que a inscrição possui. Se, por um lado, ela auxilia na convocação da atenção do enunciatário *professor*, por outro, expõe-no perante os demais membros da comunidade acadêmica, como alunos e servidores-técnicos, ao suposto vexame de *não estar na luta, de ser politicamente ativo apenas no mundo virtual*.

Quanto aos aspectos cromáticos, a cor utilizada nessa inscrição é a mesma usada na inscrição “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”, viabilizando, de modo semelhante, a visualização da mensagem em razão do contraste estabelecido entre a cor preta e a cor azul clara do muro. Esses aspectos, portanto, colaboram com o intuito de fazer a mensagem ser vista e, por conseguinte, de persuadir o enunciatário a partir dela. Os elementos eidéticos, por seu turno, revelam-nos retas que apontam para a presença do inscridor, como já ponderamos a respeito da construção da debreagem enunciativa. Além de indicarem a linearidade que possibilita a leitura rápida da mensagem, parecem querer mostrar também que a ordenação espacial da mensagem deu-se um tanto às pressas. Como dito, as letras variam de tamanho e algumas chegam a ser rasuradas, o que parece indicar que a inscrição foi feita às pressas ou que, pelo menos, não se dispunha de tempo para fazê-la de modo ordenado. Pensamos que tal hipótese não é das mais relevantes para a construção do sentido transgressor, entretanto, ela não nos parece frívola, uma vez que não é

implausível supor que o inscitor precisou ser ágil para não ser pego em flagrante pela segurança do *campus*. Assim, é possível afirmar que mesmo a disposição dos traços e seus contornos cooperam para a imagem de transgressor que o inscitor tece para si.

No tocante à prática, consideremos que o material e o suporte utilizados estão associados, por definição, à prática da inscrição urbana, transgressora por natureza. Entretanto, há ainda que se considerar um ajustamento entre práticas, operado pela estratégia enunciativa, que, como dissemos em nosso terceiro capítulo, é o elemento que gere o arranjo entre distintas práticas semióticas na produção de sentido. É por meio da estratégia, constituinte por si só de um nível de imanência (FONTANILLE, 2008a), que uma cena prática é ajustada a outra, sejam elas simultâneas ou não. Na inscrição concernente a este item e ao anterior, a cena prática de transitar pelo *campus* é ajustada à cena prática de ler a inscrição. Desse modo, actantes distintos, correspondentes a transeuntes e enunciatários dentro dos moldes de suas respectivas práticas, são figurativizados pelos mesmos autores, a saber, professores e estudantes do CH 1. O muro do bloco azul funciona, então, como um “objeto-lugar”, para usarmos um termo de Fontanille (1990), porque corresponde a um espaço dentro de um determinado local que serve como suporte para o que venha a ser inscrito nele. Nessa zona crítica, a prática semiótica da inscrição e do transitar pelo *campus* são reelaboradas e compatibilizadas, produzindo novos sentidos, pois, em função dos suportes de inscrição, temos forças de assunção enunciativas diferentes, que produzem efeitos diferentes e regulam a dinâmica identitária dentro de cada situação semiótica.

De toda forma, parece-nos que, para deslindar a produção de significação oriunda desse ajustamento de práticas, é necessário pensá-la dentro de um esquema metanarrativo, ou seja, pensar a narratividade como esquema central dentro do qual as práticas semióticas ocorrem. Esta orientação metodológica justifica-se com a concepção incorrigivelmente greimasiana de que a narratividade é “o princípio organizador de qualquer discurso” (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 330), de modo que são as estruturas narrativas aquelas que constituem o nível profundo dos processos geradores de significação. Ora, todos os elementos plásticos e/ou de ordem cultural próprios da prática da inscrição urbana não são suficientes, parece-nos, para dar a essa concepção greimasiana um aspecto reducionista. A concepção

espetacular da sintaxe narrativa (BARROS, 2011), concernente ao espetáculo do agir do homem no mundo e sobre o mundo, permanece subjacente ao processo semiótico de produzir sentido sincreticamente. Como demonstramos a partir das pichações políticas de que tratamos, o enunciador, valendo-se de recursos linguísticos, plásticos, espaciais e culturais, produziu um texto com um único fito: agir sobre o Outro. Em outros termos, ainda que se aborde separadamente cada nível de imanência proposto por Fontanille (2008a), tratar-se-á ainda de um simulacro do fazer do homem no mundo.

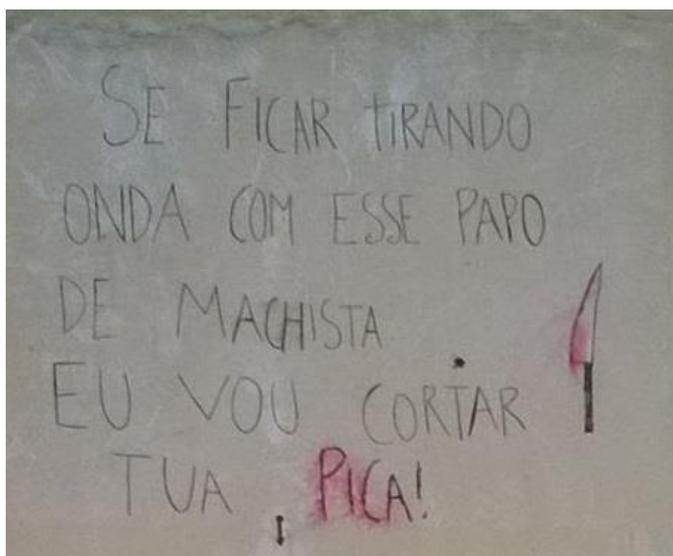
Nas análises que se seguem, em que abordamos outros tipos de inscrição, tais concepções ficarão ainda mais evidentes, caso já não estejam para nosso leitor.

5.2 Centro de Humanidades – *Campus 3*³⁰

5.2.1. SE FICAR TIRANDO ONDA COM ESSE PAPO DE MACHISTA EU VOU CORTAR TUA PICA!

Neste item, dedicamo-nos a uma inscrição, reproduzida abaixo, que se encontra no *campus 3* do Centro de Humanidades da UFC, onde funciona o curso de Ciências Sociais.

Figura 20 – Inscrição em um dos muros do bosque da área III do CH.

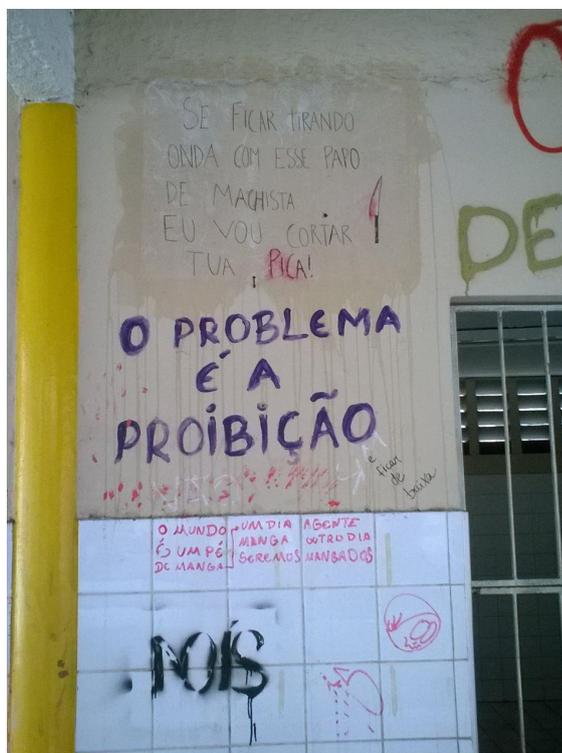


Fonte: arquivo pessoal da autora.

30 As inscrições analisadas aqui encontram-se no Anexo II deste trabalho.

Sobre o muro onde essa inscrição está encontram-se outras, como se pode ver na imagem abaixo, disponível em nossos anexos em tamanho maior.

Figura 21 – Inscrições presentes na área III do CH.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Destacamos, do conjunto de inscrições dispostas no muro reproduzido na fotografia acima, a inscrição “SE FICAR TIRANDO ONDA COM ESSE PAPO DE MACHISTA EU VOU CORTAR A TUA PICA!” (sic) em virtude do que ela oferece sincreticamente. A partir exclusivamente de seus elementos verbais, vê-se que não há nela o teor político predominante nas duas pichações já discutidas, mas impera aqui um percurso figurativo cuja temática é feminista. Pela violência que os elementos verbais denotam, pode-se falar em um tom feminista extremado. Além disso, de partida, percebe-se a presença de elementos plásticos a compor a significação que não encontramos, usualmente, nas inscrições de natureza política. Há nessa inscrição, feita, possivelmente, com caneta hidrográfica ou pincéis para quadro branco, o desenho de uma faca com sua lâmina pintada de vermelho. O nome *pica* é o único que apresenta também um enriquecimento cromático na cor vermelha, o que, certamente, explica-se a partir dos propósitos comunicativos da enunciadora.

Pensemos, a princípio, na relação de S_1 com S_2 subjacente a esse enunciado. É consabido que há um sujeito do fazer que *quer fazer* um sujeito de estado entrar em conjunção com um dado objeto. A enunciativa da inscrição corresponde ao primeiro sujeito, enquanto os enunciatários dela, ao segundo. Se dermos um salto do nível narrativo para o nível discursivo do percurso gerativo do sentido, podemos afirmar, *a priori*, julgando apenas a partir dos elementos linguísticos de um modo ainda superficial, que o encadeamento figurativo do enunciado constrói uma imagem do enunciador como uma feminista radical, digamos, e do enunciatário como um machista. Poder-se-ia ainda dizer, retornando ao nível narrativo, que S_1 *quer fazer* S_2 *não ser* machista, isto é, S_1 diz respeito a um destinador-manipulador que propõe um dado fazer a seu destinatário-manipulado, apresentando, no ato de sua proposição, a sanção negativa que lhe será imposta em caso de não cumprimento desse fazer. Trata-se aqui de uma franca manipulação por intimidação, já que o destinador-manipulador identifica no universo de valores de seu destinatário-manipulado um valor que supõe ser negativo a ele, ou seja, a perda do órgão sexual, e ameaça colocá-lo em conjunção com esse objeto-valor, se a performance concernente a parar de “tirar onda com esse papo de machista” não for executada. *Grosso modo*, pode-se dizer que S_1 quer, na verdade, em sua condição de feminista, o fim de práticas machistas.

É preciso, porém, considerar, partindo das contribuições que a semiótica da prática nos oferece, que sobretudo o local onde a inscrição se encontra permite apontar outros enunciatários para o texto em questão, bem como outras intenções comunicativas distintas da apontada no parágrafo anterior. Vejamos: a inscrição está localizada no CH 3, um ambiente que, pelas atividades que propõe e abriga – é plausível especular –, não deve encerrar entre os estudantes muitos sujeitos que possam ser considerados machistas. Ademais, é relativamente forte a presença de ativistas feministas ou de proteção a minorias nos centros de Humanidades de universidades públicas, de forma que, de certo modo, a universidade acaba por constituir uma “ilha” de segurança ou proteção a essas minorias – o que é positivo para a identidade da universidade, pensamos. É notório, por exemplo, que é mais comum casais do mesmo sexo andarem de mãos dadas dentro dos muros da universidade do que fora deles. Entretanto, é nesse ambiente que aqui apresentamos como seguro para minorias que machistas são ameaçados de agressão física pelo

enunciador da inscrição ou, mais especificamente, de mutilação, o que, em si, constitui um ato bárbaro de violência. Uma inscrição com esse teor num ambiente que resguarda seu enunciador parece revelar, na verdade, um sujeito inscriteur não competente para o fazer que promete a seu enunciatário como sanção de sua performance machista.

Isto afirmamos porque, dentro da linha argumentativa que vimos desenvolvendo, essa ameaça de agressão física só pode ser registrada via inscrição em função precisamente do espaço que a acolhe, dado que ele opera uma triagem do enunciatário: o sujeito realmente ameaçado, que seria seu primeiro enunciatário, não tem ou pode não vir a ter acesso à inscrição e, por conseguinte, à mensagem pelo fato de que não transita por aquele espaço. Conjecturando, porém, que há, sim, machistas que têm acesso a ela, é possível presumir que não se pronunciariam por meio de outra inscrição, digamos, justamente por terem consciência de que o ambiente em questão não lhes dá voz. O espaço tria, afinal, enunciações.

De toda forma, quer-nos parecer mais verossímil que os enunciatários do texto agora analisado correspondem, antes, a pares da inscriteur, não a oponentes, por assim dizer. A área dentro do CH 3 em que a inscrição se encontra não goza da centralidade que o bosque Moreira Campos tem, o que limita o acesso a ela. As inscrições ali feitas não se impõem, portanto, a eventuais leitores como as feitas no CH 1, uma vez que, para lê-las, o enunciatário precisa ir, de fato, àquele espaço. Assim sendo, o objetivo comunicativo da inscrição em apreço é totalmente outro, pois o enunciatário do seu discurso parece ser um dos componentes do sujeito da enunciação. O enunciador *não quer fazer* um enunciatário machista *não ser* machista, quer, na verdade, delinear para si uma identidade feminista, para *fazer* o sujeito que ocupa a posição de enunciatário *crer* que ela é feminista – tão feminista que está, supostamente, disposta a agredir fisicamente e mutilar em nome de seu posicionamento.

De qualquer modo, mesmo que o enunciatário dessa inscrição seja considerado um par do enunciador, como demonstrado acima, seu discurso é constituído a partir do discurso machista. Noutros termos, pode-se afirmar que o sujeito feminista assim se percebe e constitui a partir do Outro machista (COQUET, 2013), pois repudia seus valores ao repudiar o sujeito que os defende e assume outros a partir dos quais tecerá sua identidade. É assim, então, que seu discurso dá forma

àquilo que é percebido, a saber, o Outro e o Mesmo, delineando as respectivas identidades.

Se considerarmos ainda que, de modo geral, é contra o patriarcado que o discurso feminista se insurge, é essa figura que o enunciador feminista reconhece como destinador e contra quem se levanta. Coquet (1984) afirma, como já colocado, que a relação que o sujeito possui com o destinador é um dos componentes de sua identidade em virtude da tensão que se instaura entre os valores de um ou outro.

No que tange agora à debreagem presente no texto, considere-se que aqui, novamente, é construído o efeito de sentido de subjetividade e, portanto, de proximidade entre enunciador e enunciatário. Discursivamente, são instaurados, no enunciado, um *eu* e um *tu*, um espaço e um tempo da enunciação, o que comprovam, por exemplo, a conjugação no tempo presente do indicativo, na primeira pessoa do singular, do verbo *ir*, em “(...) EU VOU CORTAR (...)”, a conjugação no tempo futuro do subjuntivo, em “SE FICAR TIRANDO ONDA (...)”, e o uso do pronome possessivo *tua*, também de segunda pessoa. Além disso, o enunciado apresenta-se marcadamente coloquial ao alternar o uso de *você* e *tu* ao referir-se ao enunciatário e usar uma expressão idiomática como “tirar onda”, cujos significados, conforme o dicionário Aulete digital, são os seguintes: “assumir pose de importante, culto, inteligente etc.” e zombar ou debochar de alguém³¹.

Ora, tais recursos linguísticos funcionam como estratégias discursivas ou cumprem funções discursivas distintas: se, por um lado, tecem a identidade de um enunciatário que se vale do deboche e da afetação no trato com o outro – o que é disforizado no enunciado, ao ponto de ser aquilo que a enunciativa elege como critério para aplicar ou não a sanção que promete –, por outro, instauram a afronta, pois o insulto não se dá pela via da objetividade ou formalidade, e a pretensa disposição para transgressões de normas sociais e até mesmo leis, dado que agressões físicas são passíveis de punição jurídica. O enunciador, assim, cria uma dada identidade de zombador para seu enunciatário, mas, ao mesmo tempo, tece identidade semelhante para si, pois assume uma pose de agressora que, segundo argumentamos acima, não pode, na verdade, sustentar.

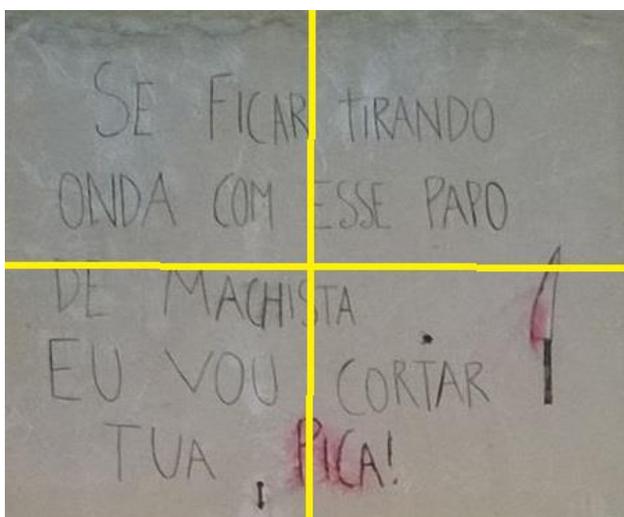
31 Informação disponível em <<http://www.aulete.com.br/onda>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

Considere-se ainda que o que foi afirmado a respeito da letra bastão das inscrições “ABAIXO A DITURADURA” e “PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!” pode ser aplicado à inscrição de que tratamos agora. Isto é, por um lado, o traço da letra não permite uma identificação da inscritora, já que o que se almeja é a veiculação clara do conteúdo da inscrição, e não o reconhecimento de sua autora por meio, por exemplo, do desenvolvimento de uma assinatura pictural. Por outro, permite que a figura de um enunciador seja apontada a partir da não uniformidade das letras. Tal como nos exemplos anteriores, a variação de tamanho, a grafia e a cor mais forte ou mais fraca que algumas letras têm evidenciam que o material utilizado corresponde a instrumento como lápis ou caneta hidrocor, ou seja, que aquela inscrição foi feita de próprio punho. Essas evidências, a nosso ver, cooperam para a construção do efeito de sentido de subjetividade.

Ademais, o enunciador presentifica-se por meio ainda de outro recurso de ordem plástica, a saber, a cor vermelha sobre o nome PICA e o desenho de uma faca sobre cuja lâmina encontra-se o mesmo tom de vermelho visível no nome. Partindo do verbo *cortar*, usado pelo enunciador, e do objeto direto desse verbo no enunciado, “tua pica”, não é insensato conferir a esse significante plástico o significado de sangue. Adotando essa perspectiva, examinemos os efeitos de tais recursos sobre a identidade do enunciador: eles figurativizam o fazer anunciado e enunciado por ela. Se, verbalmente, a sanção é apenas promessa condicionada a um fazer prévio por parte do enunciatário, plástica e visualmente, ela já ocorreu. Do contrário, não há o que justifique a presença do significante de sangue sobre a lâmina da faca e sobre o nome *pica*, onde se encontra de modo mais marcante. Assim, considerando os dois possíveis enunciadores que esse texto possui, ou seja, o enunciatário homem machista e o enunciatário mulher feminista, como advogamos acima, é possível dizer que a enunciatória quer tecer para si a identidade de competente para seu fazer, para qualquer que seja o enunciatário. Esse expediente cromático associado ao desenho da faca e a elementos verbais permite que ela se apresente, para o homem machista, como sujeito competente para transgredir normas e leis – portanto, para agredir e mutilar – e como feminista resoluta, para seus pares, em consequência de mostrar-se transgressora, imbuída de *poder-fazer*.

É necessário mencionar ainda a topologia desse texto sincrético. Observe-se a imagem editada abaixo:

Figura 22 – Edição sobre a inscrição “SE FICAR TIRANDO ONDA COM ESSE PAPO DE MACHISTA EU VOU CORTAR TUA PICA!”



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Dividindo a imagem acima em quatro quartos, vê-se que a faca, majoritariamente, está situada ao lado do verbo *cortar*, na parte inferior direita da inscrição. Essa alocação do desenho da faca ao lado da figura *cortar* reforça o sentido denotativo do verbo e evidencia, cremos, a literalidade pretendida pela enunciadora, contribuindo para a construção das identidades já apontadas. A figuratividade e o apelo à dimensão sensível da dimensão plástica do plano da expressão reforçam, assim, a intimidação, pois, caso não seja cumprida, a sanção pragmática incidirá sobre o órgão que representa o “poder” ou, ainda, a “competência” de sua identidade antagônica.

Ainda no que tange aos aspectos topológicos, se tomarmos em consideração a figura 16, constataremos que a inscrição ora em apreço está situada na parte alta do muro, o que, julgamos, tem por fim pôr em evidência esse enunciado, que não se perde entre os demais. Situa-lo, então, na parte superior garante sua visibilidade e, por conseguinte, a comunicação da mensagem.

Concluindo essa análise, aludimos brevemente ainda aos aspectos cromáticos e eidéticos. Além do investimento cromático na cor vermelha que discutimos logo acima, pode-se afirmar que a utilização de cor de tinta preta na escrita das letras tem por objetivo viabilizar a leitura da mensagem por servir como contraste com a cor do muro sobre o qual se encontra. A utilização dessa coloração serve, por

consequente, à construção da significação apenas por permitir a visualização do enunciado.

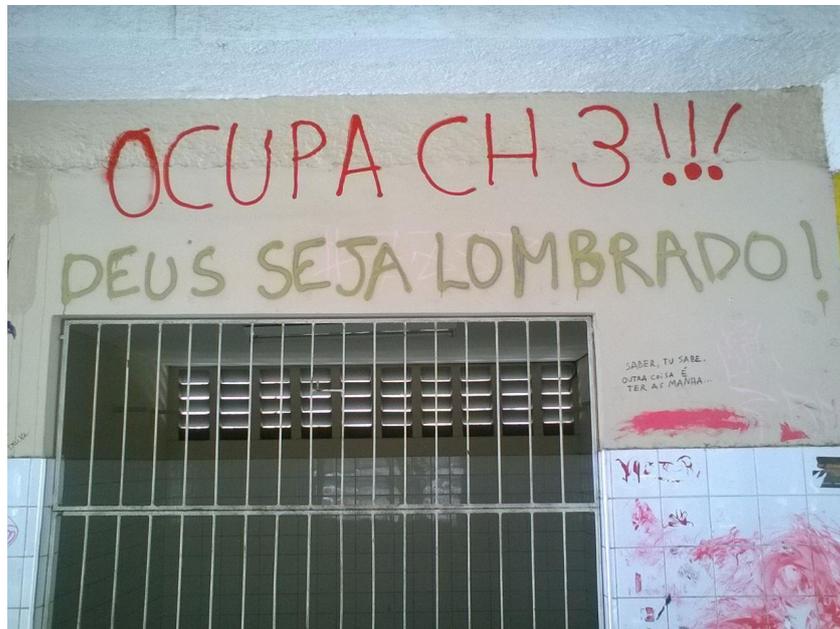
Quanto aos aspectos eidéticos dessa inscrição, pensamos não haver um trabalho relevante para a composição da significação. Entretanto, é digno de menção que a inscritora, ainda que casualmente, produziu seu texto em linha reta com o fito de promover a recepção do mesmo de modo rápido, isto é, com o propósito de que alcançasse os leitores, tornando possível para eles a leitura ágil da inscrição.

Passemos agora à próxima análise.

5.2.2 DEUS SEJA LOMBRADO

Neste subtópico, abordamos a última inscrição feita no *campus* do Centro de Humanidades III, que se trata de uma pichação em cor dourada feita sobre um dos muros de uma área interna, semelhante a uma praça. Abaixo reproduzimos a inscrição.

Figura 23 – Inscrição “DEUS SEJA LOMBRADO!”



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Como se vê, o texto-enunciado dessa inscrição é “DEUS SEJA LOMBRADO!”, que, com muita clareza, faz intertextualidade com a expressão “Deus seja louvado”, presente nas cédulas de real, e é um enunciado estereotipado do discurso religioso. Conforme se sabe, essa expressão de louvor a Deus passou a

figurar, inicialmente, em cédulas de cruzado, em 1986, por decisão do então presidente José Sarney. Em 1994, com a mudança de moeda para real, o lema foi mantido pelo ministro da Fazenda da época, Fernando Henrique Cardoso. Há alguns anos, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo chegou a solicitar à Justiça Federal a retirada dessa expressão de exaltação a Deus das cédulas de nossa moeda por considerar que a laicidade do Estado brasileiro não era resguardada, já que, segundo sua argumentação, o Estado não pode privilegiar qualquer religião e a presença desse lema em algo emitido pelo Estado seria prestigiar religiões monoteístas e cristãs³².

Evidenciada, então, essa intertextualidade e explicadas algumas circunstâncias concernentes ao uso e à querela em torno dessa expressão, consideremos o seguinte: se o Estado assume um discurso religioso, pode-se dizer que o sujeito inscritor recusa, a um só tempo, o destinador sociedade e o destinador igreja, tomando seu discurso, subvertendo-o e, pela via da insubordinação, instaurando novo sistema de valores. Dentro desse sistema de valores que propõe, a irreverência perante aspectos religiosos e a insubmissão a valores apresentados como da sociedade dão o tom. Se o destinador sociedade e/ou igreja intentam atribuir ao sujeito um /dever fazer/ e um /dever não fazer/, ele, por meio da inscrição, não faz o que o destinador espera dele, mas faz o que /quer fazer/. Assim, nega as convenções sociais atinentes ao contrato fiduciário estabelecido, infringindo-as num ambiente que ampara sua transgressão. Isto afirmamos considerando, por enquanto, apenas o vocábulo *lombrar*, que, consoante o dicionário Aulete, significa “estar sob efeito de drogas, especialmente de maconha”³³. Ora, ao enunciar “Deus seja lombrado”, o enunciador põe-se no lugar, por meio do recurso da intertextualidade já referida, de destinador, que lança novos valores para uma audiência hipotética, assim como o destinador Estado ou sociedade o faz ao enunciar “Deus seja louvado”. Ambos esperam de seus destinatários, pode-se supor, uma concordância, um “amém”, pela própria estrutura do enunciado, construído no imperativo para convocar a anuência do enunciatário.

32 Informação disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/procuradoria-quer-excluir-expressao-deus-seja-louvado-das-cedulas-dereal,675874e30862d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

33 Informação disponível em <<http://www.aulete.com.br/lombrar>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

Pensamos que, nessa inscrição, o enunciador quer fazer-se ver, quer, como o pichador que deixa sua inscrição no topo de um prédio alto, ser visto. A diferença entre ambos os inscritesores consiste nisto: se este quer a fama entre seus pares, aquele quer a divulgação de suas ideias, de sua irreverência e insubmissão, apoiando-se, inclusive, no anonimato para difundi-las. Ele quer ser visto para que a inscrição e, conseqüentemente, sua insubmissão ideológica sejam vistas. A favor de nossa argumentação estão os aspectos cromáticos dessa inscrição, já que a cor utilizada atrai a atenção por seu brilho, embora não haja um contraste gritante entre a cor do muro e a cor da inscrição.

No que tange à transgressão em si, claro está, já de partida, que ela é de ordem religiosa. Utilizando a nomenclatura de Saraiva (2012), temos um sujeito que tece para si, via enunciação, a identidade de um *eu que é alguém que recusa os valores religiosos e propõe a subversão deles* e de *um eu que é alguém que não aceita as determinações da sociedade e não se acanha, ainda que numa situação controlada pelo entorno e pelo suporte, de zombar dela no que diz respeito à reverência que se deve ter à religião, conforme os valores dessa mesma sociedade*. Ademais, podemos afirmar que essa transgressão de natureza religiosa ramifica-se em transgressões de outros tipos, uma vez que rejeitar a religião implica rejeitar a moral que lhe é correspondente. Aqui, consideramos sobremodo pertinente pensar no ambiente, isto é, no lugar onde a inscrição se encontra como determinante para a plausibilidade dessa ponderação.

No CH III, encontram-se muitas pichações e inscrições, conforme inclusive já demonstramos, que dizem respeito à sexualidade. Ora, tal combinação temática entre as inscrições somente é possível em razão de o espaço figurar como actante que abraça a transgressão, de modo que é imprescindível para a ocorrência da prática das inscrições urbanas que ali, e somente ali, podem se dar. O sema, portanto, que subjaz às inscrições que se encontram no CH III, embora não tenhamos podido analisar todas, evidentemente, é /transgressão/. Ele tanto se faz presente nos enunciados das inscrições, cujos conteúdos são subversivos, em sentido amplo, como na prática em si, que infringe regras. Dessa forma, as identidades do lugar e dos indivíduos que nele habitam retroalimentam-se, ou seja, constituem-se mutuamente por meio do dizer. Se, por um lado, o ambiente se torna um espaço de verbalização da transgressão, assim é, por outro lado, porque os indivíduos que o habitam habitam-

no transgressoramente. Percebe-se, então, mais uma vez como o ambiente atua como forte elemento de triagem até mesmo de produções discursivas, pois é no ambiente seguro do *campus* universitário que se pode enunciar ou produzir inscrições como as que vimos analisando. A transgressão que nele tem lugar não o teria em outro ambiente sem que não fosse censurada ou não recebesse as devidas sanções legais e/ou sociais. O dizer transgressor é possibilitado pelo lugar, portanto.

Observando agora os aspectos plásticos, podemos afirmar que, além do aspecto cromático já comentado, há aqui a presença arredondada e não uniforme da letra bastão utilizada, que, conforme já demonstramos, coopera para um efeito de sentido de subjetividade, dado que revela a presença de um sujeito autor da inscrição. É possível supor que o inscridor tenha utilizado a letra bastão também para servir à intertextualidade pretendida, já que, nas cédulas, a expressão “Deus seja louvado” é escrita com letras maiúsculas. Ali, sobre a cédula de uma moeda emitida por um destinador figurativizado pelo Estado e pelo poder público, as letras em formato bastão cooperam para a construção do efeito de sentido de objetividade. Entretanto, no muro da universidade, o efeito que ali é construído assemelha-se ao efeito alcançado pelo traço da inscrição “ABAIXO A DITADURA”, isto é, o traço do texto-enunciado permite entrever um enunciador que se aproxima de seu enunciatário a fim de persuadi-lo.

Quanto aos aspectos topológicos, o texto está posto num lugar alto, já próximo ao teto. Acima dele, encontra-se em vermelho e em maiúsculas uma nova inscrição, de cunho político, “OCUPA CH 3!!!”, realizada quando das ocupações feitas, em 2016, em protesto contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Abordando, assim, apenas o aspecto topológico, somos levados a considerar que a disposição do texto-enunciado no /alto/ serve ao propósito de destacá-la e, conseqüentemente, fazê-la mais visível. Por mais que a alocação da inscrição “OCUPA CH 3!!!” acima da inscrição “DEUS SEJA LOMBRADO!” tenha sido apenas casual, a proximidade de ambas permite-nos ver que, no que tange ao conteúdo, há um denominador comum, a saber, a transgressão. Por meio de ambas as inscrições, podemos ver um sujeito que não se submete a seu destinador, que, no que diz respeito às duas inscrições, é o mesmo: o poder público. Se com “DEUS SEJA LOMBRADO!”, como colocado, o inscridor insurge-se contra o Estado que até mesmo em sua moeda pede reverência a Deus, quando a ele caberia não confundir instâncias

religiosas com instâncias políticas, conforme a argumentação apresentada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, com a inscrição “OCUPA CH 3!!!” o inscritor insurge-se contra o poder público instituído por meio de *impeachment* de uma presidente eleita normalmente.

Vemos, portanto, que a prática da inscrição urbana no ambiente acadêmico vale-se de princípios que Fontanille (2005) apontou como presentes na afixagem, embora tenhamos aqui outro tipo de inscrição. Do texto-enunciado passa-se à situação semiótica, que nos permite analisar como a pichação, o cartaz ou a inscrição, de modo geral, funcionam segundo as regras de sua própria prática semiótica e como regulam sua interação com as demais práticas dos espectadores. Acrescentamos: a situação semiótica permite ainda que tratemos de como as inscrições influenciam-se mutuamente, isto é, como determinam-se ao menos quanto à temática. O lugar e o suporte, como já vimos dizendo, são dois dos atores da situação semiótica, ou seja, constituem-se como participantes dessa prática social, porque triam espectadores e possibilitam ou impossibilitam discursos. Ora, se pensarmos conforme Fontanille (2005, p. 46), para quem é preciso entender a situação semiótica como “situação formal, que reagrupa e unifica o conjunto dos elementos pertinentes à *cena* e à *estratégia* enunciativas”, constatamos que o lugar e o suporte das inscrições urbanas presentes nos *campi* universitários fazem parte da composição de uma cena dedicada à transgressão, montada conforme uma estratégia enunciativa cujo fim é precisamente viabilizar a transgressão, consagrar a ela, por assim dizer, um espaço seguro que possa abrigá-la.

Consideremos agora que esse espaço de transgressão associado ao texto-enunciado, ao material escolhido para fazer a inscrição (*spray*) e às demais inscrições que ali se encontram compõem um simulacro para seu enunciador, permitem-nos tecer uma imagem a partir do que o sujeito diz e do modo como o diz. Veja-se que, nos termos de Discini (2009, p. 73), essa imagem “confirma (...) um modo de ser no mundo. Isso, porque o faz querer querer-ser de certo modo, ou seja, sobremodaliza a construção de sua competência modal”. Ora, se falamos em modo de ser, falamos em formas de vida e, assim, ligamos os pontos entre as propostas de Discini (2009) e Fontanille (2005). O que é investigado pelo instrumental da semiótica de linha francesa é o modo de ser no mundo, a presença do sujeito que, existindo semioticamente, única existência possível, existe compondo textos e signos dentro de

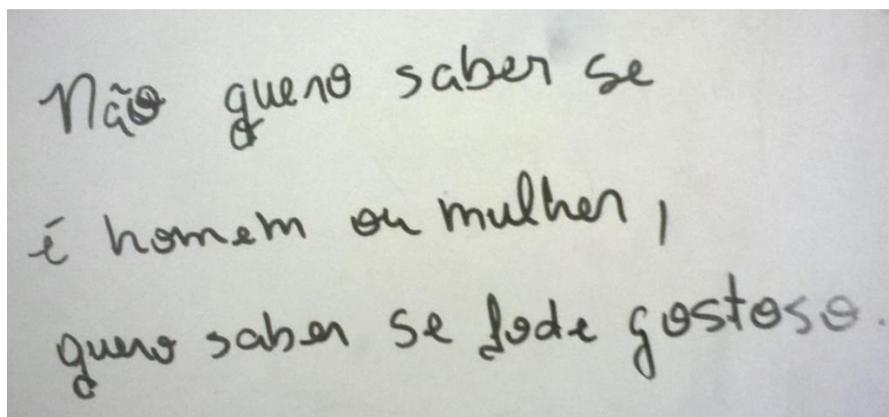
cenas predicativas e, por seu turno, compondo cenas dentro de estratégias para ser o que quer ser.

É dentro deste raciocínio e – por que não dizer? – desta narratividade que o inscritor de “DEUS SEJA LOMBRADO” faz-se um contraventor, um sujeito que quer destituir um sistema de valores e instaurar outro.

5.3 Inscrições em banheiros

Além das inscrições feitas em ambientes públicos dos espaços acadêmicos, consideramos neste trabalho também aquelas produzidas em ambientes privados, como já dito. Abordemos, assim, a seguinte inscrição feita na parte interna da porta de um dos banheiros femininos situados no bloco Tupinambá, no Centro de Humanidades:

Figura 24 – Inscrição “Não quero saber se é homem ou mulher, quero saber se fode gostoso.”.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Conforme demonstraremos nesta análise, o suporte desempenha aqui papel fundamental e mesmo decisivo para a produção dessa inscrição em virtude da triagem de enunciadores que opera e das práticas semióticas nas quais é actante. Em outros termos, o suporte escolhido, pensamos, não apenas seleciona enunciatários – o que, por si só, já é suficiente para compor o sujeito da enunciação (FIORIN, 2008) e determinar, portanto, como o enunciador se projeta no enunciado –, mas também seleciona conteúdos que fazem da privacidade própria da prática semiótica de uso de um banheiro condição de sua manifestação.

Por tratar-se de um banheiro feminino, podemos afirmar com relativa propriedade que a S_1 corresponde uma mulher com algum vínculo institucional com a UFC. Além da obviedade de tratar-se de um banheiro exclusivo para mulheres, o toalete onde a inscrição foi produzida está situado em um bloco que abriga diversas aulas das habilitações do curso de Letras e das Casas de Cultura Estrangeira, bem como a coordenação desse projeto de extensão. S_2 , por sua vez, diz respeito, no nível discursivo, a qualquer usuária do banheiro que porventura venha a ler o texto ali publicado.

Colocado isto, cabe questionar o que S_1 quer fazer S_2 fazer. Diferentemente das inscrições anteriores, de natureza política sobretudo, o texto-enunciado não está voltado para a enunciatária, mas para a própria enunciadora. Esta não espera uma performance daquela, não a convoca para uma dada ação, como o inscridor das inscrições políticas, nem a ameaça caso uma determinada performance não seja feita. Veja-se que, nas inscrições anteriores, o enunciado era voltado para o enunciatário, de modo que, frequentemente, era construído na segunda pessoa do singular. Aqui, temos um texto cujos verbos são conjugados no tempo presente, na primeira pessoa do singular. Ora, se, num breve excuro, recorrermos rapidamente a Jakobson (2010, p. 157), é possível reforçar a afirmação feita anteriormente ao considerarmos o predomínio de uma função emotiva nesse enunciado, visto tratar-se de um texto centrado no enunciador e que “visa a uma expressão direta da atitude de quem fala em relação àquilo de que está falando”.

Dessa forma, cremos ser possível afirmar, *a priori*, que o enunciador quer falar de si, isto é, expressar suas preferências sexuais, operando pelo regime da mistura para se afirmar, com vistas a criar identidade com um Outro. Quer dar voz, ainda que privada e anonimamente, a sua bissexualidade. Assim, é possível afirmar que, no que diz respeito ao fazer que S_1 intenta alcançar de S_2 , o objetivo comunicativo é promover uma aceitação de uma forma de vida que difere das positivamente sancionadas pelo destinador que aqui chamaremos de sociedade brasileira. Logo, a enunciadora quer fazer-se aceitar.

Por tratar-se de um texto de cunho sexual escrito para pessoas do mesmo sexo, dado que, em tese, apenas mulheres podem lê-lo, e no qual mostra-se clara abertura para relações sexuais com essas mesmas pessoas, poder-se-ia aventar a possibilidade de esse enunciado configurar algo como uma proposta ou oferta sexual, apesar de não haver um convite direto de natureza erótica. Ou, ainda, poder-se-ia

falar em manipulação por tentação, uma vez que o enunciador sugere, numa confiança garantida pela prática da inscrição naquele suporte específico, que seu enunciatário experimente a relação homossexual. Entretanto, dado que não há qualquer elemento que permita identificar a pessoa do enunciador, como é próprio das inscrições que analisamos anteriormente, resta-nos apenas a alternativa de atribuir a esse texto a intenção comunicativa de simples expressão de sentimentos e consequente aceitação social de outras formas de viver a sexualidade humana.

Se, nas inscrições anteriores, não era possível apontar um desejo por fama ou reconhecimento, pelas razões já colocadas, aqui permanece o desejo pelo anonimato. A inscritora não quer alcançar a fama por meio de sua inscrição menos por temer sanções negativas da universidade, cabíveis em função de a inscrição constituir depredação de patrimônio público. Primordialmente, pensamos, interessa a ela a manutenção de seu anonimato em virtude de ser ele a condição mesma de sua inscrição e da revelação que por meio dela faz. Contudo, tanto a inscrição que almeja trazer fama para seu inscridor por meio de uma assinatura, por exemplo, como a inscrição que serve a seu inscridor pela via do anonimato constituem meios de expressão de si, de fazer-se visto. Quanto a isto, o tipo de inscrição que vimos analisando aproxima-se do tipo analisado por Correa (2016).

Consideremos também que aqui fundem-se a prática da inscrição urbana com a de uso de um banheiro coletivo. Ora, se a inscrição urbana, por vezes, como demonstramos, requer anonimato como condição mesmo de sua existência, a fim de que seu enunciador não seja identificado e, eventualmente, punido, essa necessidade é aqui garantida, em parte, pela privacidade inerente ao uso do banheiro. Ou seja, com a falta de uma assinatura conjuga-se a condição de estar sozinho num ambiente que não é visto ou acessado por nenhum outro usuário, o que assegura a possibilidade de a inscrição ser feita. Em termos semióticos, esse texto-enunciado pode ser categorizado, então, como segredo, pois, da perspectiva que adotamos, a enunciatária enuncia aquilo que *é*, mas não *parece ser* (GREIMAS, 2011, p. 428). Isto afirmamos em razão do papel que o suporte e o local da inscrição nos revelam. Ora, se tal revelação requer o sigilo e o anonimato garantidos por um ambiente que só pode ser utilizado individualmente e sem quaisquer meios de registro, é de se supor plausivelmente que esse elemento seja um componente importante do contrato de veridicção, uma vez que “o bom funcionamento desse contrato depende, em definitivo, da instância do enunciatário”, que, ao receber a mensagem, decidirá sobre o seu *ser*

ou o seu *não ser* (GREIMAS & COURTÉS, 2011, p. 530). O enunciatário, vimos, é determinado precisamente pelo suporte, que tria destinatários, selecionando quem terá ou pode vir a ter acesso ao texto em questão. Dessa forma é que o dizer-verdadeiro desse discurso é validado e construído a partir do objeto-suporte que recebe a inscrição. Como nos ensina Fontanille (2005, p. 23), ele integra o texto, fornecendo uma estrutura de manifestação aos aspectos da enunciação, ou seja, carregando traços de sua enunciação.

Além disso, pode-se ainda afirmar que também “é o lugar de colocação que impõe algumas tendências temáticas” (FONTANILLE, 2005, p. 55). Assim como é frequente encontrarmos nas entradas de blocos das universidades afixagens com locais e horários de cursos ou palestras, por exemplo, porque ali o espaço atua como um actante que determina temas, pode-se assegurar que o espaço do banheiro, enquanto actante dedicado ao privado e íntimo, é elemento fundamental para ali enunciar-se o que diz respeito à intimidade. Não à toa, como já mencionamos anteriormente, com maior frequência, encontram-se nas portas dos banheiros temas como aborto, estupro, menstruação, sexualidade, depressão e relacionamentos, entre outros, ou seja, temas de foro íntimo. O que ocorre, portanto, com a porta do banheiro enquanto objeto-suporte é o que Fontanille (2005) chama de desvio. Em sua prática semiótica original e legítima, concernente ao uso do banheiro em si, cabe a esse actante resguardar a privacidade física de seus usuários. Ilegitimamente, isto é, desviando-se da prática original, afixam-se ou inscrevem-se enunciados sobre ele, de modo que “toda a força da proposição é deslocada para a enunciação imanente” do próprio objeto afixado ou inscrito (FONTANILLE, 2005, p. 57), constituindo, no caso das proposições ilícitas, um sentido de cumplicidade entre enunciador e enunciatário, segundo o semioticista francês. Ora, é precisamente essa cumplicidade que abriga um enunciado como o que aqui analisamos. Em termos de breagens, a debreagem enunciativa reforça essa ideia de cumplicidade, pois, como se sabe, cria um efeito de subjetividade e conseqüente aproximação entre enunciador e enunciatário.

Se ativermo-nos às propriedades sensíveis e materiais do traço da escrita, constataremos que a letra cursiva coopera também para a instauração desse efeito, como ocorre com o uso arredondado da letra bastão nas inscrições de natureza política. Visualmente, ela corrobora, então, o sentido de informação dada a um cúmplice, segredada, inclusive, em silêncio, porque por escrito, e num ambiente

dedicado à privacidade, que, nesta situação semiótica, é transmutada, conforme expusemos. Colocado isto, tratemos agora do caráter transgressor dessa inscrição.

Segundo dissemos anteriormente, com base em Vieira-Sobrinho (2017), a transgressão constitui-se da ação de um sujeito que *quer fazer, mas deve não fazer*. O sujeito inscriteur, portanto, quebra o contrato fiduciário estabelecido entre ele e seus destinatários porque não é com os valores do destinatário que deseja entrar em conjugação, mas com valores censurados, repudiados, evidentemente, pelo destinatário. A autora da inscrição que ora analisamos transgredir duplamente: fere o contrato fiduciário e social que deveria impedi-la de fazer uma inscrição em um patrimônio público e, além disso, por meio de sua transgressão primeira, pretende rejeitar “convenções sociais responsáveis pela manutenção das estruturas sociais vigentes” (VIEIRA-SOBRINHO, 2017, p. 13) no que tange à sexualidade. Vale-se, logo, de uma transgressão que já atingiu *status* de novo sistema de valores, uma vez que a arte urbana é reconhecida como prática cultural, para perpetrar outra violação de normas sociais, a saber, a quebra de paradigmas de ordem sexual.

Se apenas a escolha da prática semiótica da inscrição urbana como meio de dizer-se já seria suficiente para tecer uma identidade transgressora para a enunciadora, a escolha do tema de sua inscrição corrobora essa identidade. Se pensarmos que as formas de vida, conceitualmente, “subsumem as próprias estratégias” por meio das quais o sujeito atua em suas práticas e organiza seu dizer, bem como “manifestam as constantes de uma identidade”, entendemos quando Fontanille (2005) afirma que a “*forma de vida é a deformação coerente*”³⁴, obtida pela repetição e pela regularidade do conjunto das soluções estrategicamente adotadas para ajustar as cenas predicativas entre elas” (FONTANILLE, 2005, p. 30). É deformando sistemas de valores, de modo coerente com uma forma de vida transgressora, que o sujeito assume-se precisamente transgressor. Em contrapartida, assumir tal postura é o que dá lugar a essa forma de vida, dado que postura e forma de vida constituem-se mutuamente.

A enunciadora da inscrição ora em apreço deforma, então, a norma social que deveria ser suficiente para que o patrimônio público não fosse estragado e desfigura também convenções impostas por um destinatário que poderíamos identificar com a moral religiosa. No entanto, é preciso não esquecer que se trata de uma

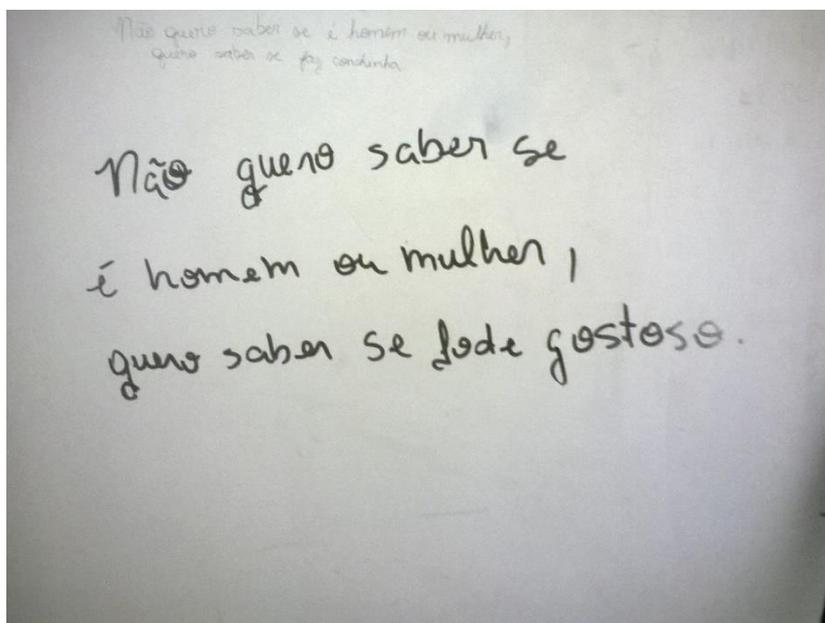
34 Grifos do autor.

identidade secretamente transgressora, pois suas contravenções são vividas no segredo, conforme já explicamos. A identidade é transgressora, de fato, porém, o que não se deseja é a publicação da transgressão.

Considere-se que, se o banheiro é o espaço da transgressão ou da sua confissão, é preciso notar que, aqui, é justamente o segredo que alimenta a transgressão porque é a condição *sine qua non* de sua vivência. Para essa vivência, é imperativo considerar o objeto-lugar como actante fundamental dentro das cenas predicativas rearranjadas pela enunciadora. São o lugar e o objeto-suporte os elementos que, majoritariamente, instauram os efeitos de sentido que aqui discutimos.

No que diz respeito aos aspectos cromáticos, pode-se afirmar apenas o que já disse sobre as demais inscrições. Sua cor preta serve ao propósito de fazer-se vista sobre o fundo branco que é a porta do banheiro. Além disso, o material utilizado aqui para a inscrição evidencia esse propósito em razão de muitas das outras inscrições que se encontram sobre o suporte terem sido grafadas com lápis, sendo, logo, menos visíveis que a inscrição que analisamos. Como exemplo, vejamos a imagem abaixo:

Figura 25 – Comparação entre os materiais utilizados em inscrições diferentes.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Além do que evidencia o material da inscrição “Não quero saber se é homem ou mulher, quero saber se fode gostoso.” em comparação com o da inscrição que se encontra logo acima, percebe-se que, na primeira, a enunciadora teve o

propósito comunicativo de fazer-se vista, optando por algo que lhe conferisse maior visibilidade. Ademais, atinente a aspectos topológicos, podemos afirmar que a inscrição encontra-se situada, aproximadamente, no meio da porta, de modo que qualquer usuária rapidamente tem acesso a seu conteúdo. Além disso, essa inscrição destaca-se das demais em virtude de seu tamanho, como evidencia a imagem acima. No que tange aos aspectos eidéticos, é preciso considerar, por um lado, como já colocado, o aspecto curvo das letras, que colaboram para a construção do efeito de sentido de subjetividade e, por outro, a rápida visualização da mensagem, já que o texto encontra-se em linha reta diante do enunciatório.

Do exposto, vemos que, conforme Fontanille (2005), o que perpassa a produção e a recepção dessa inscrição é o ajuste ocorrido entre cenas predicativas, ou seja, as pequenas cenas atinentes à inscrição urbana e à prática semiótica de uso de um banheiro coletivo entram em interseção. Os actantes sujeito, objeto e que ocupam o papel de enunciação mesclam-se e estabelecem relações entre si, essencialmente de caráter modal, como já expusemos, dando lugar às situações semióticas que, por natureza, são compósitas e multimodais. O que resolve a heterogeneidade de uma situação semiótica como a de produzir e/ou ter acesso a inscrições urbanas em um banheiro coletivo, isto é, de fazer daquele ambiente um espaço de enunciação é a reconstituição, precisamente, dos aspectos enunciativos. A inscrição acima colocada só se faz coerente se reconstituirmos as predicções em torno dela, como procedemos, visto que, segundo Fontanille (2005, p. 43), predicar é “enunciar qualquer coisa a um usuário”. O que significa nessa situação semiótica não é, portanto, apenas o texto, o objeto-suporte ou, ainda, o espaço, mas tudo coopera para a instauração de um sentido único e, conseqüentemente, de uma identidade única para o enunciador.

Dito isto, passemos à conclusão.

6 CONCLUSÃO

Nossa pretensão, nesta pesquisa, era averiguar se as inscrições urbanas presentes nos *campi* do Centro de Humanidades da UFC permitem-nos apontar para uma identidade que possa ser atribuída a seus inscriteores, bem como averiguar de que modo a prática da inscrição urbana em ambiente acadêmico forja essa imagem-fim, isto é, de que modo ela em si constitui um dos elementos componentes desse simulacro.

A partir de nossas análises, constatamos que os textos-enunciados e as práticas em que eles têm lugar manifestam um conteúdo invariante, ou seja, constroem uma arqui-identidade que perpassa a todas elas, a saber, a do sujeito transgressor. Essa identidade, partindo dos textos analisados, é figurativizada pelos seguintes termos:

- *greve* e *fora*, presentes na inscrição “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”;
- *sair*, *Facebook*, *vir* e *luta*, presente na inscrição “PROFESSOR SAI DO FACE E VEM PRA LUTA!”;
- *tirar onda*, *papo*, *machista*, *cortar* e *pica*, presentes na inscrição “SE FICAR TIRANDO ONDA COM ESSE PAPO DE MACHISTA EU VOU CORTAR TUA PICA!”;
- *Deus*, *ser* e *lombrar*, presente em “DEUS SEJA LOMBRADO!”;
- e *homem*, *mulher* e *foder*, presente em “Não quero saber se é homem ou mulher, quero saber se fode gostoso.”³⁵.

Vejamos que as figuras acima elencadas constroem a identidade transgressora em virtude do sentido que a elas é atribuído a partir da própria prática discursiva, bem como a partir das relações entre os demais signos linguísticos. É o signo *greve* associado ao pedido de saída do atual presidente que revela haver ali um enunciador disposto a infringir algo, a saber, o andamento regular do semestre em prol de um protesto político. Que tal texto tenha lugar numa prática que por si só já é transgressora coopera ainda mais para a construção de seu sentido contraventor. De

³⁵ Não reproduzimos o texto dessa inscrição com letras maiúsculas, enquanto as demais foram assim reproduzidas, com o objetivo de nos aproximarmos do modo como os textos originais foram feitos. Como comprovam as imagens inseridas ao longo de toda a tese, as quatro primeiras inscrições foram escritas em caixa alta e a última, em caixa baixa, excetuando-se sua letra inicial.

mesmo modo, as demais figuras colaboram com a construção da identidade transgressora de seus enunciadores, porque concretizam, respectivamente, sujeitos que dão corpo ao protesto, saindo do mundo virtual e indo para a luta política do mundo não virtual, não toleram ironias machistas de tal modo que mutilam homens, associam Deus a substâncias alucinógenas e, por fim, têm relações sexuais sem preocupações de ordem moral. A transgressão materializa-se, como se vê, nessas figuras que sugerem ou convocam ações de modo muito palpável.

Ademais, se, conforme demonstramos, aquele que picha um muro ou a porta de um banheiro transgride porque, já de partida, não se submete a seus destinadores e contra eles se insurge por meio dessa ação, é na prática da inscrição urbana, o que corresponde à produção do seu discurso, que o sujeito transgressor nasce. Nascendo pela via discursiva da transgressão, o sujeito inscridor pretende, então, destituir um sistema de valores e instaurar um novo, condizente com a forma de vida que adota. Assim é que as cenas predicativas em que o sujeito se insere como um dos actantes que a constituem têm uma dupla função: por um lado, permitem a vivência da prática semiótica em questão e, por outro, cooperam para a formação de um *ethos* e um comportamento que não só dizem quem o sujeito ali inserido é, semioticamente falando, como dão estrutura a toda uma forma de vida, em sentido fontanilleano (FONTANILLE, 2008b).

Ora, se afirmamos, com base em nossas análises, inclusive, que a cena predicativa permite a vivência da prática, queremos dizer que sem essa estrutura actancial a própria prática não se dá nem adquire força e eficácia enunciativa para se manter ou se propagar. Ou seja, sem o desempenho de funções específicas que configuram a própria prática e que interagem umas com as outras, não é possível dizer que há uma prática semiótica. A isto equivale conceber narrativamente as práticas semióticas, ou seja, concebê-las dentro de uma perspectiva *lato sensu* de narratividade (LEITE, 2017), em que todos os elementos da prática são passíveis de exercerem um determinado papel actancial que os permita, via enunciação, estabelecer relações polêmico-contratuais com grupos identitários ou não dentro da prática.

Em nossas análises, afirmamos claramente que o ambiente com seus suportes de inscrição, por exemplo, era um dos actantes da prática da inscrição urbana, por desempenhar, de fato, o papel de elemento que possibilita ou não um

dado fazer. Como vimos, a transgressão é o tema que se faz presente em cada texto-enunciado e na própria prática, que, aqui, vemos como texto nos termos de Fontanille (2011, p. 85), ou seja, “como conjunto dos fatos e dos fenômenos” que analisamos. No entanto, a figurativização desse tema nos textos-enunciados abordados somente foi possível em razão de o actante lugar ou ambiente poder abrigar a transgressão, de modo que, conforme demonstramos, há que se falar numa transgressão limitada ou mesmo permitida. Uma vez que se constrói a imagem para o *campus* universitário de espaço onde os distintos tipos de subversão são aceitos, o enunciador ali faz sua inscrição porque *sabe* que *pode*. Portanto, o sistema de valores a romper é ali mais fraco do que o sistema que um produtor de arte urbana rompe quando faz suas inscrições em ambientes públicos abertos a toda a comunidade.

No entanto, é necessário evidentemente considerar que, justamente por tratar-se de um jogo de papéis actanciais e de posições enunciativas, a produção de arte urbana dentro do *campus* universitário cumpre propósitos consideravelmente distintos da arte urbana produzida fora dele. Assim, aquele lugar é um componente do sentido da prática semiótica e discursiva que ali ocorre e é um componente do sentido do próprio texto-enunciado, pois, conforme vimos, o inscriteur vale-se de outras práticas que têm lugar no mesmo ambiente para, estrategicamente, inter-relacioná-las e fazer os actantes de dada cena predicativa atuarem em outra. Segundo vimos na análise da inscrição “CADÊ A GREVE? #FORATEMER”, o lugar da inscrição é ali o elemento que caracteriza aquele texto-enunciado como transgressor, subversivo e insubmisso a seu destinador. Além disso, a alocação dessa pichação na altura em que está é o que possibilita o cruzamento dos actantes transeunte e leitor da inscrição, ou seja, é o que propicia o cruzamento de discursos ideologicamente orientados e distintos.

Por meio das análises, vimos também que se, por um lado, as inscrições permitem-nos apontar para um simulacro que se repete e que pode ser atribuído ao enunciador, por outro, é possível falar numa identidade do *campus* construído a partir da prática que analisamos. Se pensarmos em identidade como recorrência de categorias sêmicas, portanto, como uma categoria isotópica que se imiscui nas formas de vida ou nos papéis actanciais assumidos pelos actantes em seus percursos narrativos, não é difícil ver que uma identidade é criada para aquele espaço a partir de semas que nele são recorrentes. Em nossa pesquisa, chegamos à conclusão de

que os *campi* do Centro de Humanidades têm a imagem-fim de local que abriga a transgressão, isto é, de espaço onde o *querer* transgredir entra em conjunção com o *poder* transgredir. O sujeito que circula por um desses *campi* quer infringir as normas que lhe foram impostas e é competente para esse fazer, por deter o saber necessário para afixar cartazes, pichar muros ou portas etc. Em contrapartida, seus destinadores-manipuladores não são competentes para fazer valer sanções negativas do fazer transgressor de seus sujeitos-manipulados. Dessa forma, está criado o ambiente em que a transgressão é não apenas possível, mas também tolerada, embora não autorizada.

Ainda sobre a arqui-identidade que apontamos, é plausível afirmar o que segue: as inscrições são, aparentemente, plurais, isto é, supõe-se, ao ter-se contato com elas, haver ali heterogeneidade discursiva. As análises mostraram que isto nem sempre ocorre. Por vezes, o que se tem são distintos enunciadores que dão voz a um mesmo sujeito discursivo, compondo, portanto, uma única identidade discursiva.

Tomemos como exemplo, novamente, as inscrições feitas nos muros de um dos pátios do CH 3 da UFC. O espaço que ali temos é, por assim dizer, democrático, uma vez que, supostamente, qualquer um dos universitários que frequente o *campus* mencionado tem a possibilidade de inscrever nos muros da universidade algo que julga representar seu posicionamento político, cultural ou intelectual acerca de um determinado tema. Assim, como vimos, em termos tensivos, temos, nestas inscrições, uma *mistura*, que supõe querer acolher diversas vozes, querer dar lugar – para usar um termo caro ao discurso acadêmico – à diversidade. No entanto, o que o todo destas inscrições nos mostra é haver ali uma *triagem* a demarcar com bastante clareza os limites do sujeito enunciatário e do sujeito enunciatário, a definir-lhes a identidade. Caracteriza, então, tais inscrições (e não apenas estas) a tensão entre o regime de triagem e o regime de mistura, pois, de uma perspectiva, tem-se um sujeito que quer dar voz ao diferente, ao diverso e, de outra, um sujeito que, ao fazer assim, exclui diferentes Outros, distintos daquele em relação ao qual escolheu definir-se – e é precisamente isto que evidencia a triagem de que se vale este sujeito para constituir-se enquanto opera com a mistura.

Por fim, no que tange aos aspectos metodológicos com os quais trabalhamos aqui, temos consciência de que quanto a um ponto, pelo menos, tentamos seguir, com a devida prudência, as ideias propostas por Fontanille (2005)

acerca das práticas semióticas, sem abandonarmos o rigor analítico da semiótica clássica. Adotamos a perspectiva de que é impossível fugir, quando se trata da organização semiótica do sentido, de uma abordagem que compreenda minimamente o percurso gerativo da significação, bem como de uma concepção ampla de narratividade, que permita ao analista realizar a chamada resolução de heterogeneidades (FONTANILLE, 2008b) em uma dada situação semiótica. Interessa-nos, então, muito mais o modo como os elementos constituintes se opõem e formam a estrutura significante que é o texto, compreendido aqui em termos semióticos, ou seja, como o objeto que o semioticista se presta a analisar.

Ademais, é preciso salientar que a semiótica greimasiana ainda tem muito a explorar no campo dos textos sincréticos e/ou multimodais e, mais ainda, no campo das situações e práticas semióticas. O intuito de nosso trabalho foi fornecer alguma contribuição para esse campo do estudo, na medida em que o tema da construção de identidades, tão cara aos estudos do discurso, extrapola o campo da linguagem verbal e ganha relevo e complexidade nas práticas e situações semióticas, no nosso caso, nas inscrições urbanas. O mais importante, porém, pareceu-nos ser tentar integrar as propostas teóricas recentes da semiótica sem abandonar todo o arcabouço teórico-metodológico característico dessa abordagem discursiva, a fim de evitarmos os riscos de ontologizar uma semiótica do vivido.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Rumos da semiótica. **Todas as letras**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 12-23, 2007.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- BERTRAND, Dennis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.
- CABRAL, Susy Anne Almeida. **A construção de identidades em capas de revista: uma investigação semiótica do pleito eleitoral de 2010 para presidente**. 2013. 89f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- COQUET, Jean-Claude. **Le discours e son sujet**. Paris: Klincksieck, 1984. tomo 1.
- COQUET, Jean-Claude. **A busca do sentido: a linguagem em questão**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- CORREA, Thiago Moreira. **Inscrições urbanas: abordagem semiótica**. 2016. 213f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, São Paulo (SP), 2016.
- CUNHA, Evandro Landulfo Teixeira Paradel. **A etiquetagem de micromensagens no twitter: uma abordagem linguística**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- DONDERO, Maria Giulia. A semiótica visual entre princípios gerais e especificidades: a partir do Groupe μ . **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 11, p. 53 – 62, 2015. Dossiê Especial Groupe μ .
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2014.
- FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. Para uma definição das linguagens sincréticas. In: OLIVEIRA, Ana Claudia; TEIXEIRA, Lucia. (Orgs.). **Linguagens na comunicação**:

desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p. 15-40.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. **Revista D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 177 – 207, 1999.

FLOCH, Jean-Marie. **Petite mythologie de l'oeil et de l'esprit**: pour une sémiotique plastique. Paris-Amsterdã: Hadès-Benjamins, 1985.

FLOCH, Jean-Marie. Semiótica plástica e linguagem publicitária: análise de um anúncio da campanha de lançamento do cigarro "News". In: OLIVEIRA, Ana Claudia; TEIXEIRA, Lucia. (Orgs.). **Linguagens na comunicação**: desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p.145-167.

FONTANILLE, Jacques. **Significação e visualidade**: exercícios práticos. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FONTANILLE, Jacques. **Pratiques sémiotiques**. Lyon: Presses Universitaires de France, 2008a.

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva. & PORTELA, Jean Cristtus. (Org.). **Semiótica e mídia**: textos, práticas e estratégias. Bauru: UNESP/FAAC, 2008b.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial: USP, 2001.

GABBERT, Jan. **Street Art**: Kommunikationsstrategie von Off-Kultur im urbanen Raum. Dissertação (Mestrado) – Freie Universität Berlin, Potsdam, 2007.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien. Semiótica figurativa e semiótica plástica. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de. (org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. p. 75-96.

GREIMAS, Algirdas Julien. & COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Dictionnaire raisonné de la théorie de langage**, Paris: Hachette, 1986. tomo 2.

HERNANDES, Nilton. **A Revista Veja e o discurso do emprego na globalização**: uma análise semiótica. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística, São Paulo (SP), 2001.

HERNANDES, Nilton. **Semiótica dos jornais: análise do Jornal Nacional**, Folha de São Paulo, Jornal da CBN, Portal UOL, revista Veja. 2005. 324 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística, São Paulo (SP), 2005.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estações das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2014.

LEITE, Ricardo Lopes. Transposição e narratividade nos desenvolvimentos da semiótica atual. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 51-58. dez. 2017. Edição especial. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em 25/04/2018.

LEITE, Ricardo Lopes; FARIAS, Otávia Marques de. Estratégias enunciativas na produção do efeito de imparcialidade em notícias jornalísticas. **Galaxia**, São Paulo, n. 34, p. 175-185, jan-abr., 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554201727375>>. Acesso em 08/11/2017.

LIMA NETO, Vicente de. **Um estudo da emergência de gêneros no facebook**. 2014. 313f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2014.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LOPES, Edward. **A Identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera**. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ana Claudia; TEIXEIRA, Lucia. (Orgs.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p. 15-40.

PICHAÇÃO “ABAIXO A DITADURA”. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/index.html>>. Acesso em: 26 outubro 2018.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Semiótica visual: os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTELA, Jean Cristtus. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva. & PORTELA, Jean Cristtus. (Org.). **Semiótica e mídia: textos, práticas e estratégias**. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.

RECUERO, Raquel. Sobre memes e redes sociais. In: Blog Raquel Recuero. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2011/09/sobre-memes-e-r-1.html>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

RODRIGUES, Carlos Augusto Alfeld. **Os gostos de Superbonita e Contemporâneo do GNT na formação de identidades do feminino e do masculino brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Edson Alves dos. **O sincretismo de sistemas nas primeiras páginas da Folha de São Paulo e Agora São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SARAIVA, José Américo Bezerra. **A identidade de um percurso e o percurso de uma identidade: um estudo semiótico das canções do pessoal do Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 2012.

SARAIVA, José Américo Bezerra. Sujeito do discurso, crise de identidade e poéticas contemporâneas. **Revista Casa – Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-21, dez. 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Claudiene Diniz da. **Hashtags: palavras, expressões, textos ou hipertextos?**. ENCONTRO NACIONAL DE HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS. IV., Maranhão. Anais do IV Encontro Nacional de Hipertexto e Tecnologias Educacionais. Maranhão 2015.

SOBRAL, Adail. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2017.

TATIT, Luiz. A abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2011.

TEIXEIRA, Lucia. Para uma metodologia de análise de textos verbovisuais. In: OLIVEIRA, Ana Claudia; TEIXEIRA, Lucia. (Orgs.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimentos de semiótica sincrética**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009. p. 41-77.

VIEIRA SOBRINHO, Raquel. **Sobre a transgressão**: uma análise semiótica da obra Lavoura Arcaica de Raduan Nassar. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ZILBERBERG, Claude. **Razão e poética do sentido**. São Paulo: EDUSP, 2006.

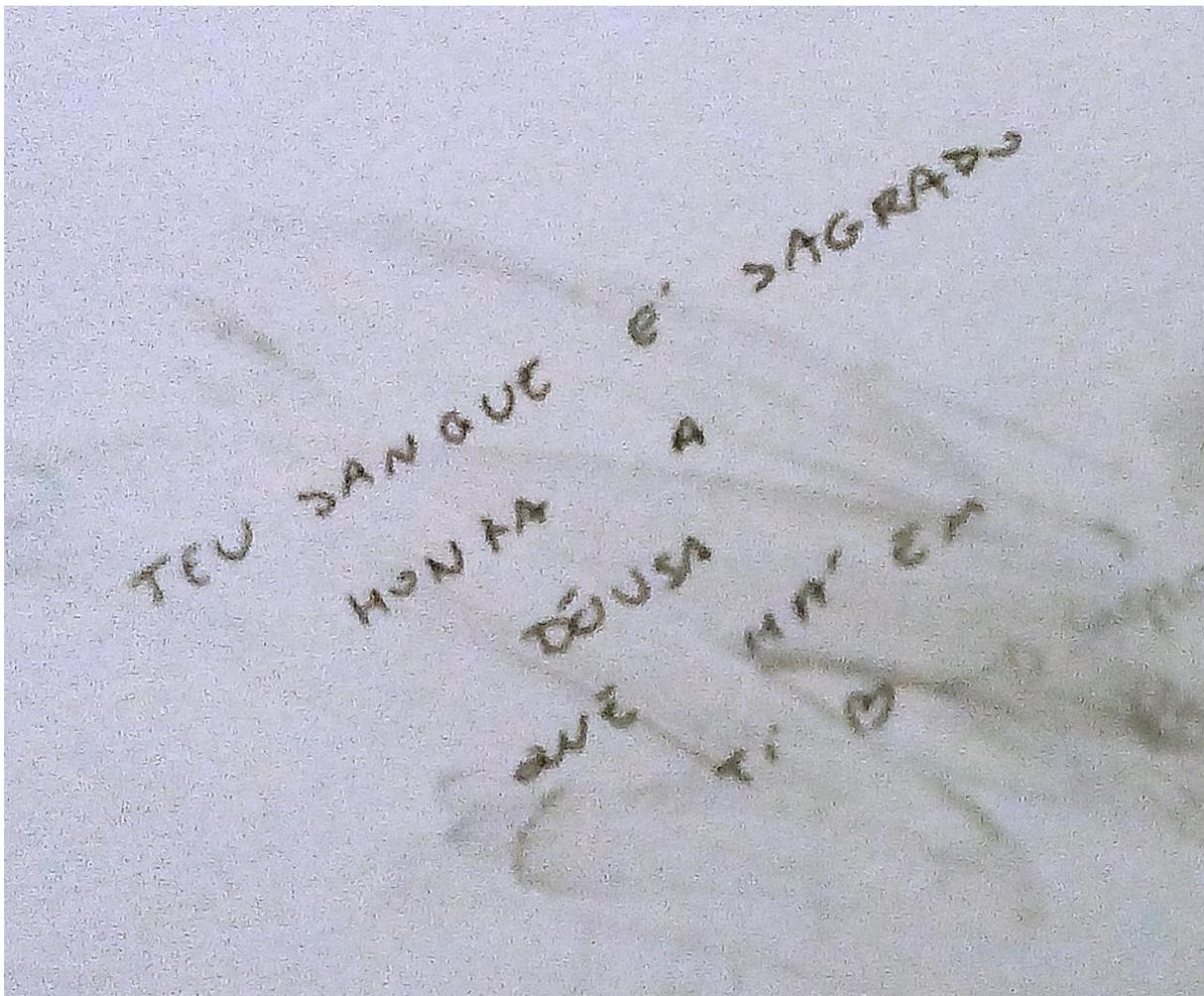
ANEXO A

Inscrição em uma das paredes do Instituto de Cultura e Arte da UFC.



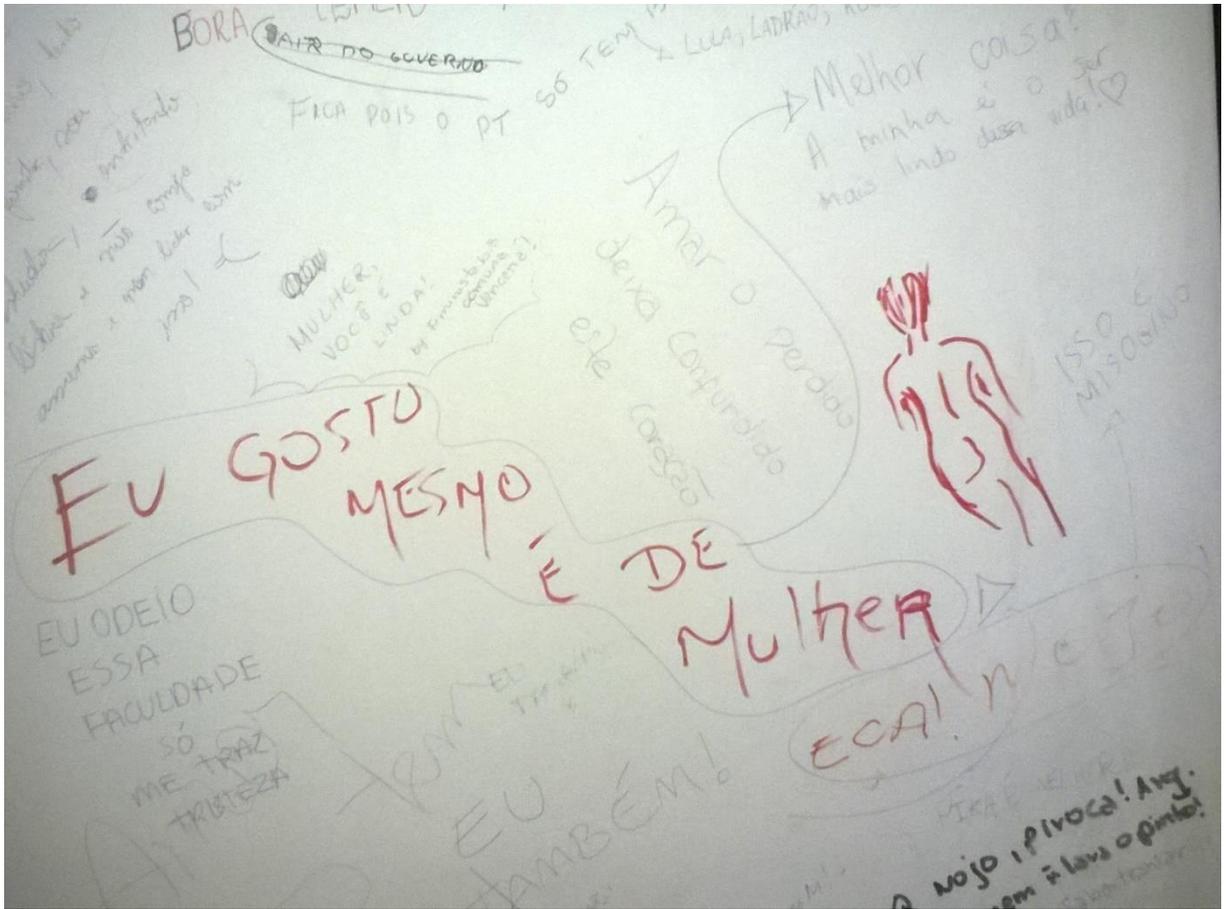
ANEXO B

Inscrição feita na parte interna de uma porta de banheiro feminino do Centro de Humanidades I.



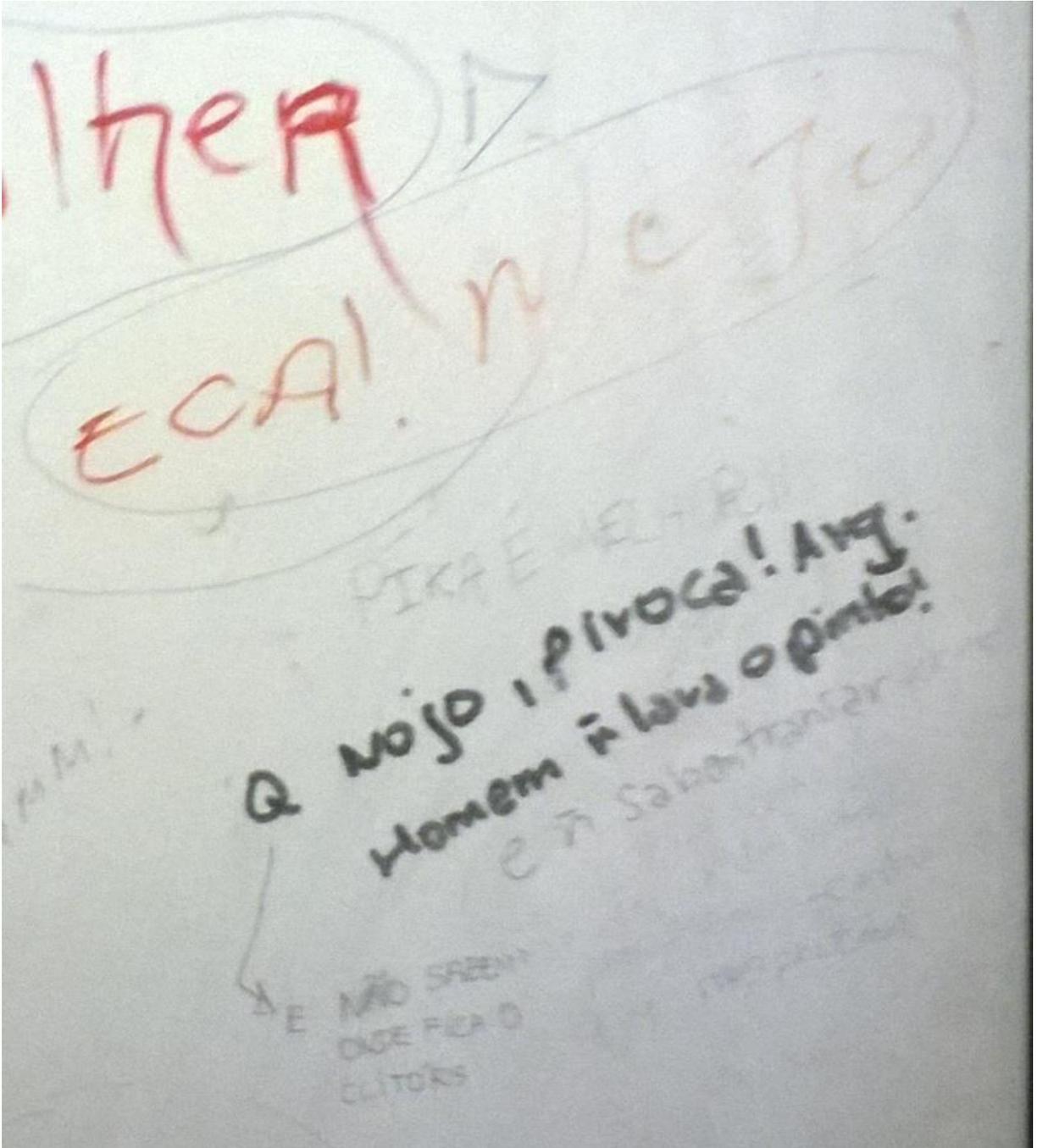
ANEXO C

Inscrição na parte interna de uma porta de banheiro feminino no Centro de Humanidades I.



ANEXO D

Recorte da inscrição anterior.



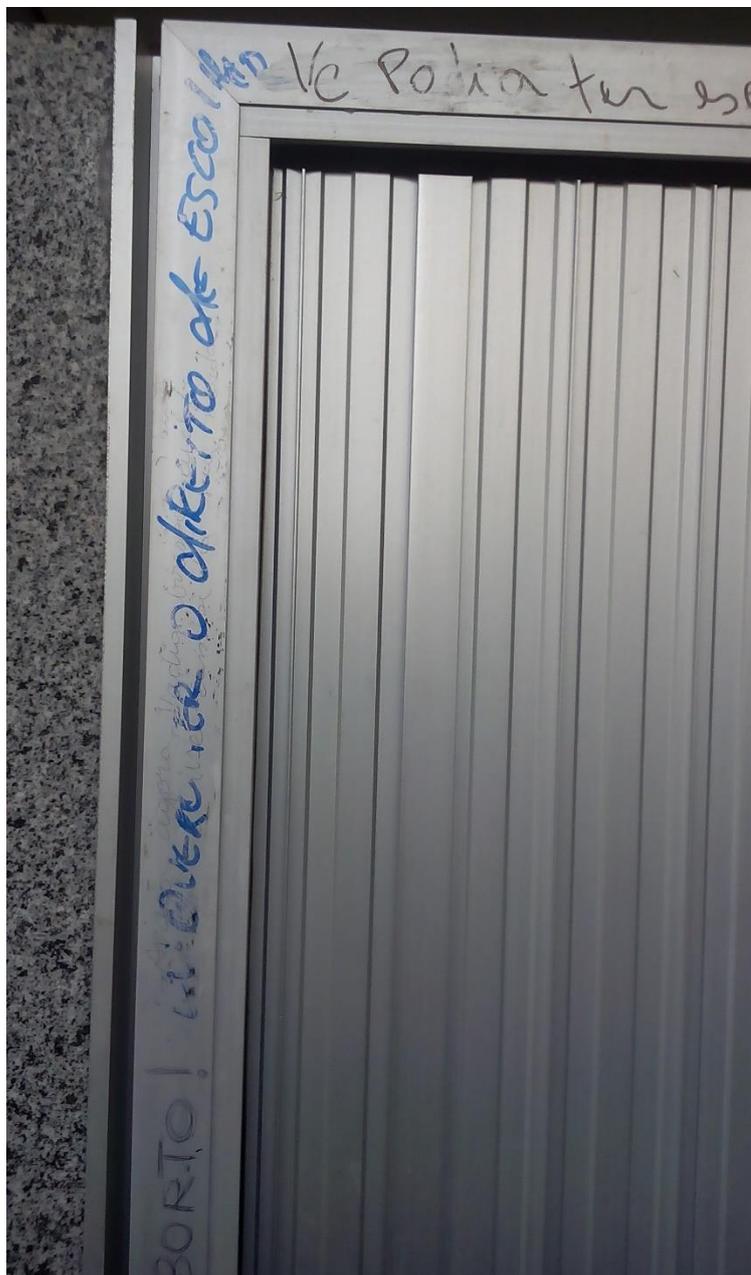
ANEXO E

Inscrição sobre aborto em porta de banheiro feminino (enunciador 1).



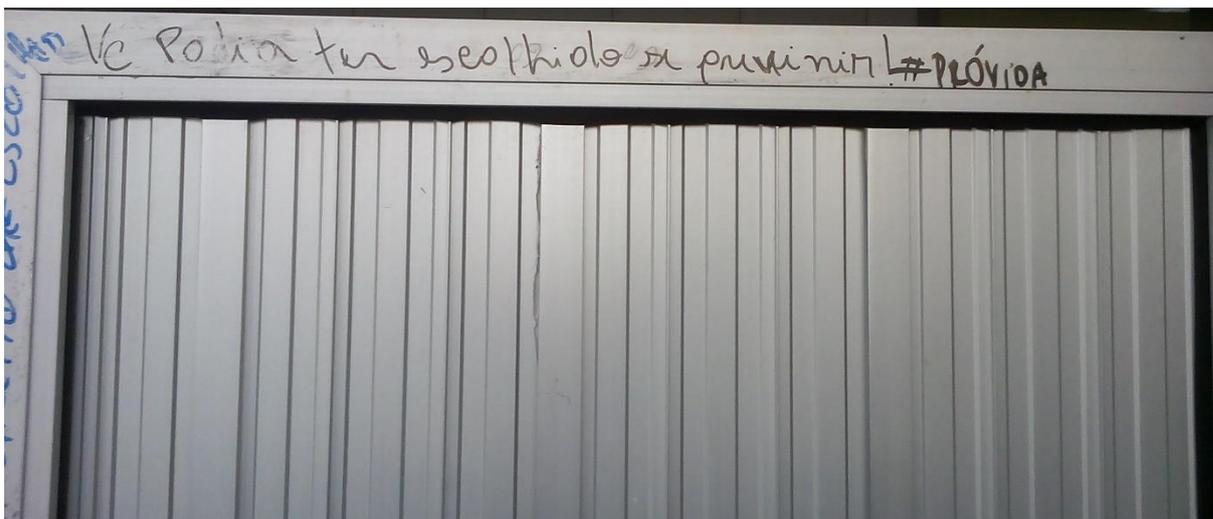
ANEXO F

Inscrição sobre aborto em porta de banheiro feminino (enunciador 2).



ANEXO G

Inscrição sobre aborto em porta de banheiro feminino (enunciador 3).



ANEXO H

Inscrição feita na parede do prédio da Diretoria do Centro de Humanidades da UFC.



ANEXO I

Muro do Centro de Humanidades III repleto de pichações.



ANEXO J

Recortes de muro do Centro de Humanidades III repleto de pichações.



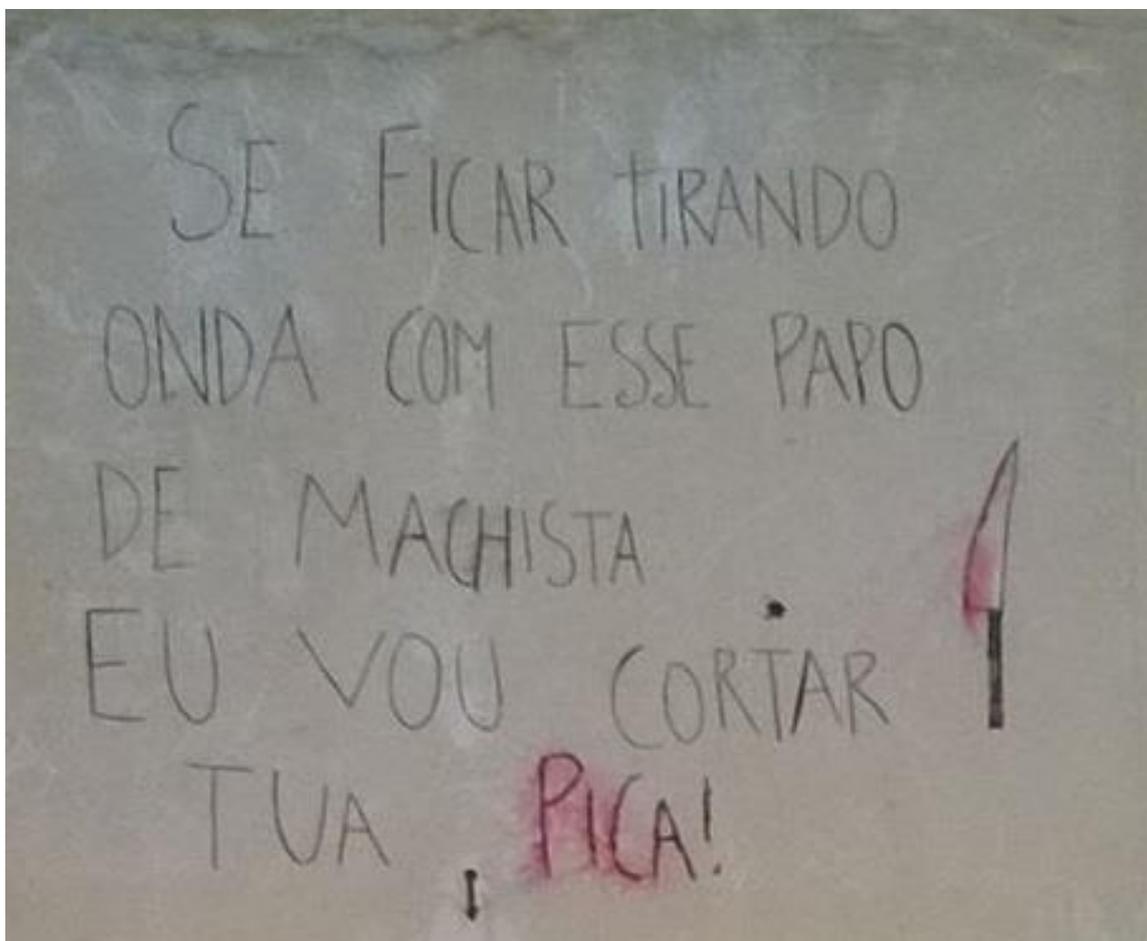
ANEXO K

Inscrição sobre o muro do Departamento de Letras Vernáculas da UFC.



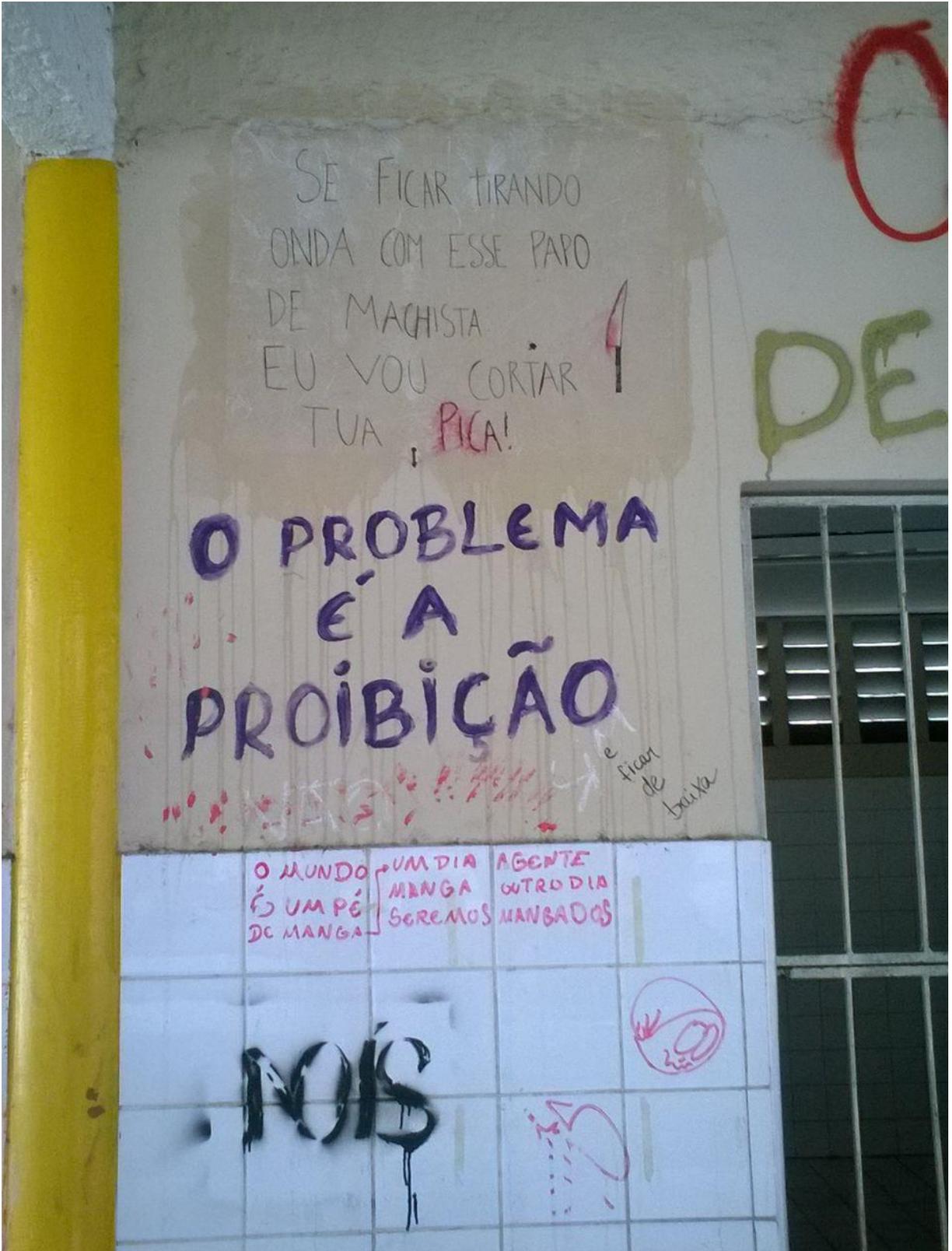
ANEXO L

Inscrição feita sobre muro no Centro de Humanidades III da UFC.



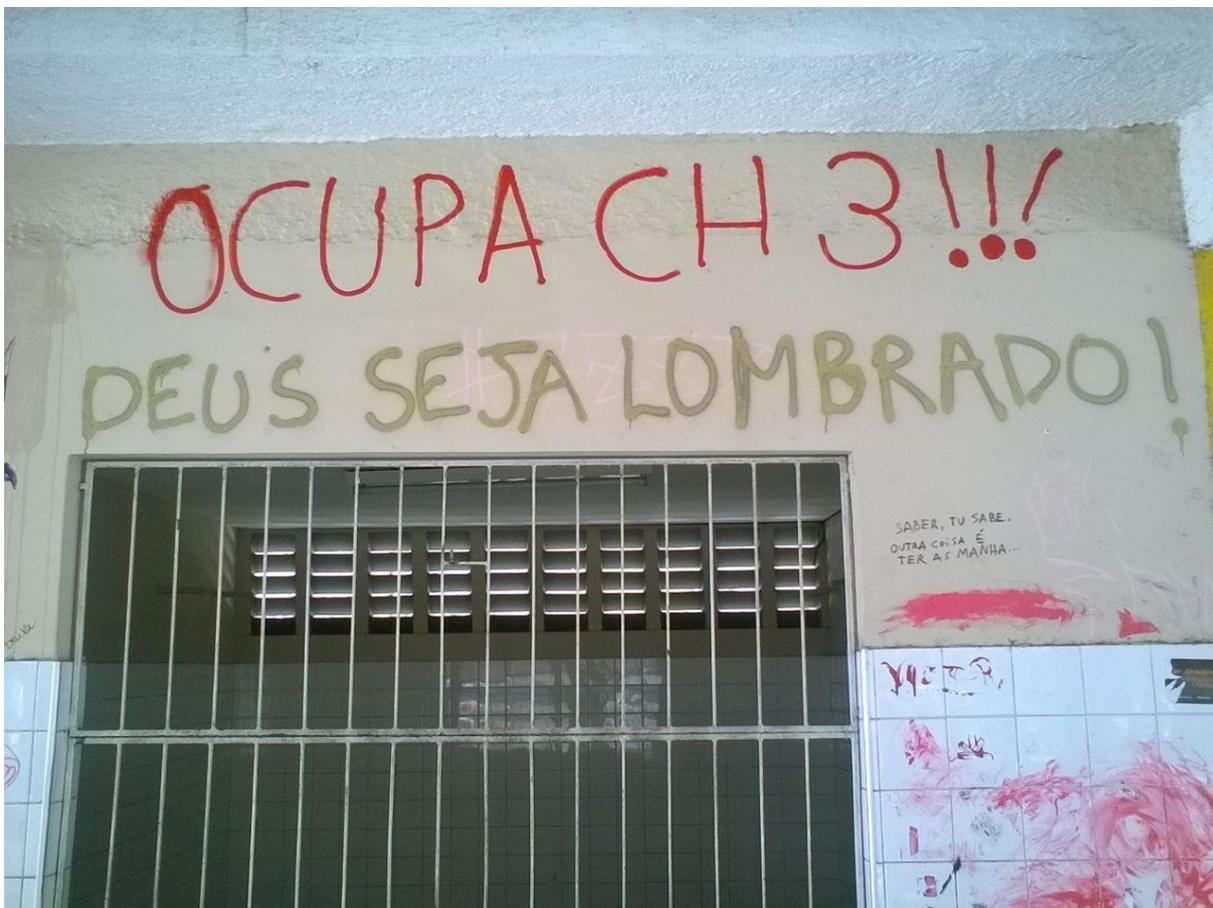
ANEXO M

Muro do Centro de Humanidades III repleto de inscrições.



ANEXO N

Inscrição sobre muro do Centro de Humanidades III.



ANEXO O

Inscrição sobre a parte interna de uma porta de banheiro feminino do bloco
Tupinambá no Centro de Humanidades I da UFC.

